

**PROCESSO COMPLETO INEXIGIBILIDADE Nº 013-2025 SERGIO LUIZ SANTANA NUNES REF MÊS  
NOVEMBRO/2025.**



**CÂMARA  
MUNICIPAL DE  
SIMÕES FILHO**  
A CIDADE PASSA POR AQUI

 <http://www.camarasimoesfilho.ba.gov.br>  
 Praça da Bíblia, S/N, Centro - Simões Filho/BA,  
CEP: 43700-000  
 (71) 2108-7200 / 2108-7250  
 [documentos.licita@camarasimoesfilho.ba.gov.br](mailto:documentos.licita@camarasimoesfilho.ba.gov.br)



**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº14155/2025**

ÓRGÃO: CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
INEXIGIBILIDADE Nº 013/2025

BASE LEGAL – ART. 74, INCISO V.

REGIME DE EXECUÇÃO – EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

OBJETO – LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO PARA FUNCIONAMENTO  
DOS GABINETES PROVISÓRIOS DOS VEREADORES, ENQUANTO  
PERDURAR O PERÍODO DE REFORMA DO PRIMEIRO PAVIMENTO DO  
PRÉDIO LEGISLATIVO.

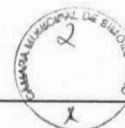
LOCADOR - SERGIO LUIZ SANTANA NUNES

VOLUME 01

Praça da Bíblia, s/n - Centro - Simões Filho/BA - CEP: 43.700-000



ESTADO DA BAHIA  
CAMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
Capa do Processo



PROTOCOLO Nº 14155/2025

Data: 15/10/2025 15:18:40

Tipo de Solicitação: Ação Administrativa

Solicitação: PROCESSO ADMINISTRATIVO

Descrição: LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO PARA FUNCIONAMENTO DOS GABINETES PROVISÓRIOS DOS VEREADORES, ENQUANTO PERDURAR O PERÍODO DE REFORMA DO PRIMEIRO PAVIMENTO DO PRÉDIO LEGISLATIVO.

Criado Por: LUZIARA OLIVEIRA ESPIRITO SANTO / CM - PROTOCOLO GERAL

#### 1º Tramitação

Origem	Destino
CM - PROTOCOLO GERAL	COMPRAS E LICITAÇÕES

#### Partes Envolvidas:

Tipo	Código	Nome
01		CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES


#### Comprovante

Nº Protocolo: 14155/2025

Tipo de Solicitação: Ação Administrativa

Solicitação: PROCESSO ADMINISTRATIVO

Descrição: LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO PARA FUNCIONAMENTO DOS GABINETES PROVISÓRIOS DOS VEREADORES, ENQUANTO PERDURAR O PERÍODO DE REFORMA DO PRIMEIRO PAVIMENTO DO PRÉDIO LEGISLATIVO.

  
LUZIARA OLIVEIRA ESPIRITO SANTO / CM - PROTOCOLO GERAL

criado por



ESTADO DA BAHIA

CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO

## DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA



### 1. DEMANDANTE

SETOR DEMANDANTE:	Diretoria Administrativa
RESPONSÁVEL:	Eudson Cerqueira da Silva

### 2. LEGISLAÇÃO

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:	Art. 74, Inc. V
-----------------------	-----------------

### 3. DA CONTRATAÇÃO

**OBJETO:** Locação de imóvel destinado para funcionamento dos gabinetes provisórios dos vereadores, enquanto perdurar o período de reforma do primeiro pavimento do prédio legislativo.

NATUREZA: ( x ) SERVIÇOS ( ) MATERIAIS ( ) MOBILIÁRIO ( ) OBRA		
ITEM	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	QTD
1	Locação de 01 imóvel destinado para funcionamento de 3 (três) gabinetes provisórios dos vereadores, enquanto perdurar o período de reforma do primeiro pavimento do prédio legislativo.	6 (seis) meses.

### 4. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A necessidade de locação de imóvel destinado para funcionamento dos gabinetes provisórios se justifica em razão da reforma do primeiro pavimento do Prédio Legislativo, não havendo espaço físico no pavimento térreo para comportá-los.

Considerando que, para o pleno funcionamento do referido objeto é indispensável a locação de imóvel com características específicas de localização e espaço físico adequado, com salas amplas e em número suficiente para acomodação de todos os gabinetes de forma a viabilizar o atendimento de forma eficiente e segura.

Considerando a necessidade de o imóvel atender aos requisitos mínimos estabelecidos por esta Casa Legislativa, como localização estratégica, facilidade de acesso e proximidade.

Tendo em vista que a Câmara Municipal não dispõe de imóvel de sua propriedade que possa abrigar os serviços objeto desse processo, justifica-se a escolha do imóvel a ser locado, que diante das características estruturais, de instalação e peculiaridades quanto à região (acesso, segurança, proximidades, etc.), o imóvel ambicionado é o único imóvel na área que atende as necessidades e possui preço compatível com o que é praticado no mercado.

Considerando que esta contratação trata-se de serviços de natureza comum, conforme especificações, quantitativos e características descritas no Termo de Referência, dispensa-se a elaboração de Estudo Técnico Preliminar – ETP e análise de risco, nos termos do Decreto Legislativo nº 005/2023.

### 5. FONTE DE RECURSOS

ÓRGÃO/UNIDADE:	01.01.001 – Câmara Municipal de Simões Filho
ATIVIDADE:	01.031.0001.2.001 – Manutenção dos Serviços Técnicos e Administrativos
ELEMENTO DE DESPESA:	3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física



ESTADO DA BAHIA

**CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO**



SUBELEMENTO DA DESPESA	3.3.90.36.15 – Locação de Imóveis
FONTE DE RECURSO:	1.500 – Recursos não vinculados de Impostos

Simões Filho- BA, 15 de outubro de 2025.

  
\_\_\_\_\_  
NOME: EUDSON CERQUEIRA DA SILVA  
FUNÇÃO: DIRETOR ADMINISTRATIVO

A CIDADE PASSA POR AQUI





ESTADO DA BAHIA  
CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
DIRETORIA ADMINISTRATIVA



## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. OBJETO

1.1. Locação de imóvel destinado para funcionamento dos gabinetes provisórios dos vereadores, enquanto perdurar o período de reforma do primeiro pavimento do prédio legislativo.

1.2. Especificações do imóvel: Edificação composta por 03 (três) salas, 01 (um) vão livre e 02 (dois) banheiros.

1.2.1. Imóvel localizado na Avenida Altamirando de Araújo Ramos, nº 228, Sala 02, 2º andar – Centro, Simões Filho – Bahia.

1.2.2. Área total construída = 60,93m².

1.2.3. As paredes da edificação são construídas em alvenaria de blocos cerâmicos vazados.

1.2.4. Na área interna, possui divisórias em madeira e vidro. Na área externa, as paredes são rebocadas e pintadas. Os pisos na área interna possuem revestimento cerâmico. As esquadrias (portas e janelas) são de madeiras, e portões de aço de enrolar. Cobertura: Salas em laje de concreto armado. As instalações elétricas e hidráulicas são próprias para o padrão construído e estão em bom estado de conservação.

1.2.5. A localização do imóvel situa-se na área central do Município, com distância aproximada de 1000m (mil metros) do Prédio da Câmara Municipal de Simões Filho.

### 2. JUSTIFICATIVA

2.1. A necessidade de locação de imóvel destinado para funcionamento dos gabinetes provisórios se justifica em razão da reforma do primeiro pavimento do Prédio Legislativo, não havendo espaço físico no pavimento térreo para comportá-los.

2.2. Considerando que, para o pleno funcionamento do referido objeto é indispensável a locação de imóvel com características específicas de localização e espaço físico adequado, com salas amplas e em número suficiente para acomodação de todos os gabinetes de forma a viabilizar o atendimento de forma eficiente e segura.

2.3. Considerando a necessidade de o imóvel atender aos requisitos mínimos estabelecidos por esta Casa Legislativa, como localização estratégica, facilidade de acesso e proximidade.

2.4. Tendo em vista que a Câmara Municipal não dispõe de imóvel de sua propriedade que possa abrigar os serviços objeto desse processo, justifica-se a escolha do imóvel a ser locado, que diante das características estruturais, de instalação e peculiaridades quanto à região (acesso, segurança, proximidades, etc.), o imóvel ambicionado é o único imóvel na área que atende às necessidades e possui preço compatível com o que é praticado no mercado, conforme laudo de avaliação.

2.5. Visto que a Concorrência Eletrônica nº 001/2025, deu origem ao Contrato de prestação de serviços nº 018/2025 e tem por objeto a contratação de empresa especializada em obras e



ESTADO DA BAHIA  
CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
DIRETORIA ADMINISTRATIVA



serviços de engenharia para a execução da readequação e reforma do primeiro pavimento da câmara municipal de Simões Filho – Bahia.

2.6. Considerando que esta contratação trata-se de serviços de natureza comum, conforme especificações, quantitativos e características descritas no Termo de Referência, dispensa-se a elaboração de Estudo Técnico Preliminar – ETP e análise de risco, nos termos do Decreto Legislativo nº 005/2023.

### 3. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. As razões fáticas acima apresentadas demonstram claramente a viabilidade da Inexigibilidade com fulcro no inc. V, do art. 74 da Lei Federal 14.133/2021. Vejamos:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

V- Aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.

### 4. OBRIGAÇÕES DO LOCATÁRIO

4.1. Pagamento do aluguel, bem como, ao pagamento do consumo de luz referente ao período da locação, e das despesas decorrentes desta contratação;

4.2. Fica o Locatário autorizado a fazer instalação, adaptação, obra ou benfeitoria, inclusive colocação de iluminação, placas, letreiros e cartazes, se houver;

4.3. Encaminhar ao Locador todas as notificações, avisos ou intimações dos poderes públicos que forem entregues a destinação da locação;

4.4. Restituir o imóvel, quando finda a locação, no estado em que o recebeu, conforme Laudo de Vistoria, salvo as deteriorações de seu uso normal; e que o Locatário poderá exercer o direito de retenção do imóvel locado até que seja devidamente indenizado pela execução, nele:

4.4.1. Realizar benfeitorias necessárias, quando o Locador, previamente notificado, houver se recusado a realizá-las.

### 5. OBRIGAÇÕES DO LOCADOR

5.1. Pagar os impostos incidentes sobre o imóvel, bem como consumo de água;

5.2. Incorrer nas despesas relacionadas com:

5.2.1. As obras ou serviços exigidos pela segurança da construção ou pela correção de falhas ocorridas na edificação do imóvel;

5.2.2. Desgastes ou deteriorações anteriores, total ou parcialmente, à presente locação;

5.3. Entregar o imóvel em perfeitas condições de uso para os fins a que se destina;

5.4. Garantir, durante o tempo da locação, o uso pacífico do imóvel;





ESTADO DA BAHIA  
CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
DIRETORIA ADMINISTRATIVA



- 5.5. Manter, durante a locação, a forma e o destino do imóvel;
- 5.4. Responder pelos vícios ou defeitos anteriores à locação;
- 5.5. Fornecer ao Locatário, caso solicitado, descrição minuciosa do estado do imóvel, quando de sua vistoria para entrega, com expressa referência aos eventuais defeitos existentes;
- 5.6. Fornecer ao Locatário recibo discriminado das importâncias pagas, vedadas a quitação genérica;
- 5.7. Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nas tratativas para a efetivação da locação.

#### 6. – PRAZO DE EXECUÇÃO

- 6.1. O prazo de execução iniciará a partir da assinatura do contrato de locação, mediante entrega das chaves, iniciando-se a partir daí o período locatício enquanto durar a reforma do primeiro pavimento do Prédio Legislativo.
- 6.2. Caso a obra do prédio da Câmara Municipal de Simões Filho seja concluída antes do prazo inicialmente previsto, o contrato de locação poderá ser rescindido antecipadamente, a qualquer tempo, sem ônus para o locatário, mediante comunicação prévia por escrito com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

#### 7. INSTRUMENTO CONTRATUAL

7.1. As obrigações decorrentes do presente Termo de Referência serão formalizadas por instrumento específico de contrato celebrado entre o(a) Locador(a) e a Câmara Municipal, por intermédio da Diretoria Administrativa, que observará os termos da Lei nº 14.133/2021.

7.2. Findo o prazo do contrato, o mesmo poderá ser prorrogado de acordo com o entendimento das partes e em conformidade com a Legislação em vigor, dada a natureza de essencialidade e continuidade.

7.3. No ato de assinatura do instrumento contratual, a CONTRATADA deverá apresentar os seguintes documentos em cópias autenticadas ou cópias com original:

7.3.1. Se a propriedade for de **Pessoa Física**: RG, contrato de compra e venda ou escritura pública em Cartório de Imóveis, certidão de regularidade federal, estadual e municipal negativa ou positiva com efeitos de negativa, certidão negativa de débitos trabalhistas, certidão negativa correcional da CGU unificada, certidão de 1º lançamento no Cadastro Imobiliário da Prefeitura Municipal de Simões Filho- BA, bem como a declaração anual de quitação de débitos junto à EMBASA e COELBA.

7.3.2 Se a propriedade for de **Pessoa Jurídica**: Cartão de CNPJ, RG do sócio administrador, contrato social ou ato constitutivo empresarial ou Certificado de Microempreendedor Individual, contrato de compra e venda ou escritura pública em Cartório de Imóveis, certidão de regularidade federal, estadual e municipal negativa ou positiva com efeitos de negativa, certidão negativa de débitos trabalhistas, certidão de regularidade do FGTS- CRF, certidão negativa correcional da CGU unificada, certidão de 1º lançamento no Cadastro Imobiliário da Prefeitura Municipal de Simões Filho- BA, bem como a declaração anual de quitação de débitos junto à EMBASA e COELBA.



ESTADO DA BAHIA  
CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
DIRETORIA ADMINISTRATIVA



## 8. PREÇO

8.1 O valor mensal para execução do objeto contratado será R\$ 3.692,77 (três mil, seiscentos e noventa e dois reais e setenta e sete centavos), sendo estimado para o período de 06 (seis) meses o valor global de R\$ 22.156,62 (vinte e dois mil, cento e cinquenta e seis reais e sessenta e dois centavos).

## 9. DO PAGAMENTO

9.1 O pagamento será realizado em até 10 (dez) dias, mediante a apresentação do recibo do aluguel, acompanhado das certidões de regularidade fiscal e trabalhista do Locador, após atesto do Fiscal Responsável.

## 10. DA FISCALIZAÇÃO

10.1. O Locatário fiscalizará, mensalmente, o imóvel, através de servidor que será designado através de Portaria publicada.

10.2. À Fiscalização compete:

10.2.1. Relatar em tempo hábil, ocorrências ou circunstâncias que possam acarretar dificuldade no desenvolvimento da locação;

10.2.2. Esclarecer prontamente, as dúvidas que lhe sejam apresentadas pelo Locador, através de correspondência protocolada;

10.2.3. Expedir por escrito, as determinações e comunicações dirigidas ao Locador, determinando as providências necessárias à correção das falhas observadas;

10.2.4. Rejeitar todo e qualquer documento inadequado ou não especificado e estipular prazo para sua retificação;

10.2.5. Exigir do Locatário o cumprimento integral deste Contrato.

## 11. DA BENFEITORIAS E CONSTRUÇÕES

11.1. Qualquer benfeitoria ou construção que seja destinada ao imóvel objeto desse Termo, que altere substancialmente a estrutura do imóvel deverá ser informada ao Locador. As benfeitorias, consertos ou reparos farão parte integrante do imóvel, sendo que a realização de benfeitorias úteis ou voluptuárias, desde que devidamente autorizadas, assistirá ao Locatário direito de retenção ou indenização sobre a mesma.

11.2. O Locatário restituirá o imóvel locado nas mesmas condições as quais recebeu, não podendo a recuperação/manutenção ultrapassar o montante de 20% do valor pactuado, sendo que as instalações elétricas, hidráulicas e acessórios deverão também estar em perfeitas condições de funcionamento, salvo as deteriorações decorrentes do uso normal e habitual do imóvel.

## 12. DA VISTORIA

12.1. O Locatário permitirá ao Locador, realizar vistorias no imóvel em dia e hora a serem previamente combinados, podendo este último averiguar o funcionamento de todas as instalações e acessórios, sendo constatado algum vício que ofereça perigo de danos a estrutura física do imóvel, desde que causado pelo Locatário, este deverá realizar o conserto, no prazo a ser estipulado entre ambos. Não tendo o Locatário dado causa ao dano como mencionado, o Locador será responsável pelo reparo.





ESTADO DA BAHIA  
CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
DIRETORIA ADMINISTRATIVA



### 13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes para a execução do objeto correrão à conta dos recursos constantes do Orçamento vigente, previamente indicados a saber:

Órgão/Unidade: 01.01.001 – Câmara Municipal de Simões Filho

Atividade: 01.031.0001.2.001 – Manutenção dos Serviços Técnicos e Administrativos

Elemento de Despesa: 3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

Subelemento da Despesa: 3.3.90.36.15 – Locação de Imóveis


Fonte de Recurso: 1.500 – Recursos não Vinculados de Impostos

### 14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. O desatendimento, pela Locadora, de quaisquer exigências Contratuais e seus anexos, garantida a prévia defesa e, de acordo com a conduta reprovável (infração), a sujeitará às sanções administrativas previstas no artigo 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021.

### 15. ANEXOS AO TERMO DE REFERÊNCIA

15.1 Registro de Anotações da Execução do Contrato - Anexo I

  
EUDSON CERQUEIRA DA SILVA  
DIRETOR ADMINISTRATIVO



ESTADO DA BAHIA  
CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
DIRETORIA ADMINISTRATIVA



## ANEXO I

## REGISTRO DE ANOTAÇÕES DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

<b>OBJETO:</b> Locação de imóvel destinado para funcionamento dos gabinetes provisórios dos vereadores, enquanto perdurar o período de reforma do primeiro pavimento do prédio legislativo.				<b>VIGÊNCIA CONTRATUAL:</b>		
				<b>EXECUÇÃO CONTRATUAL</b>		
<b>CONTRATADA:</b>				<b>PERÍODO:</b>		
<b>CNPJ:</b>				<b>FISCAL DO CONTRATO:</b>		
<b>RESPONSÁVEL PELA CONTRATADA:</b>				<b>ENDEREÇO CÂMARA:</b>		
<b>TELEFONE RESPONSÁVEL:</b>						
<b>E-MAIL RESPONSÁVEL:</b>						
PROCESSO ADM. nº 14155/2025 – INEXIGIBILIDADE Nº 013/2025 - CONTRATO nº ...../2025						
Nº	OCORRÊNCIA	DATA	DEMANDA SOLICITADA	DATA	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS	DATA
1						
2						
3						
4						
<b>OBSERVAÇÕES:</b>						
<b>DATA:</b>			<b>ASSINATURA/MATRÍCULA/CARIMBO DO RESPONSÁVEL CONTRATADA:</b>			
			<b>ASSINATURA/MATRÍCULA/CARIMBO DO RESPONSÁVEL CONTRATANTE/FISCAL DO CONTRATO:</b>			

## DIÁRIO OFICIAL



Edição 2.792 | Ano 2025  
06 de novembro de 2025  
Página 3

### CONTRATO Nº 018-2025 ASTEC CONSTRUÇÕES LTDA.



<http://www.camarasimoesfilho.ba.gov.br>  
Praça da Bíblia, s/n - Centro - Simões Filho/BA.  
CEP: 43.000-000  
(71) 2108-7200 / 2108-7250  
Nº em cartão: 00000000000000000000000000000000



CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
Coordenador de Licitação e Contratos  
Vagner Carlos Silva Mota

#### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 018-2025

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001-2025 - Processo Administrativo nº 9057-2025

CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
Yun Veloso Rosa e Almeida do Carmo  
Agente de Contratação

Termo de Contrato que entre si fazem a  
CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
e a Empresa ASTEC CONSTRUÇÕES LTDA

A Câmara Municipal de Simões Filho, com sede na Praça da Bíblia, s/n - Centro, na cidade de Simões Filho /Estado BA inscrito(a) no CNPJ sob o nº 13.812.270/0001-03, neste ato representado por seu Presidente, Sr. UILTON RAMOS DE ALENCAR, brasileiro, portador do RG nº 537457879 SSP-BA, inscrito no CPF/MF sob o nº 916.316.375-68, residente e domiciliado em Simões Filho-Ba, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a **ASTEC CONSTRUÇÕES LTDA**, inscrita(a) no CNPJ/MF sob o nº 04.554.102/0001-00, sediada a Rua Doutor José Peroba nº 297, Sala 806, Sítio Salvador-Bahia, doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado pelo titular o Sr. **RENATO RODENBURG DE MEDEIROS NETTO**, conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 9057/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **Concorrência Eletrônica nº 001-2025, Tipo MENOR PREÇO GLOBAL**, que se regerá pelas suas normas, pela Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e pelas demais disposições pertinentes.

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Este contrato tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DA READEQUAÇÃO E REFORMA DO PRIMEIRO PAVIMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO - BAHIA**, nas quantidades estimadas nos Anexos deste Contrato e Termo de Referência.

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos **supracitados**.

#### 2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. Prazo de execução: 04 (quatro) meses, conforme cronograma físico financeiro.



Concorrência Eletrônica nº 001/2025 - Processo Administrativo nº 9057/2025

fl. 1

Certificação Digital: QLHXE9L6-WBJHHVGZ-AS9GVZB-Y9I0AZNT  
Versão eletrônica disponível em: <https://camarasimoesfilho.ba.gov.br/>



## DIÁRIO OFICIAL

CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
A CIDADE PASSA POR AQUI

Edição 2.792 | Ano 2025  
06 de novembro de 2025  
Página 4

<http://www.camarasimoesfilho.ba.gov.br>  
Praça do Fórum, s/n, Centro - Simões Filho/BA  
CEP: 44100-000  
(71) 2106-7200 / 2106-7250  
@camarasimoesfilho | @camarasimoesfilho | @camarasimoesfilho

CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
A CIDADE PASSA POR AQUI

CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
2542

2.2. O prazo de vigência da contratação é de 06 (seis) meses contados da data de assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2.1. O prazo de vigência poderá ser prorrogado, em conformidade com art. 107 da lei 14.133/2021.

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – REGIME DE EXECUÇÃO

3.1. O objeto contratado será realizado por empreitada por preço global.

3.2. A CONTRATADA deverá executar o objeto utilizando-se dos materiais e equipamentos necessários à perfeita execução, conforme ordem de solicitação emitida pela Administração.

### 4. CLÁUSULA QUARTA – MODELO DE GESTÃO CONTRATUAL

4.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

4.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

4.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

4.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

4.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver e das sanções aplicáveis, dentre outros.

4.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

4.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

4.8. O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

4.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

4.10. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

PROCURADOR  
MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
VISTO

Edital - Concorrência Eletrônica nº 001/2025

RENATO  
RODENBURG DE  
MEDEIROS  
NETTO-81835283500

Certificação Digital: QLHXE9L6-WBJHVGZ-AS9GVZB-Y9I0AZNT  
Versão eletrônica disponível em: <https://camarasimoesfilho.ba.gov.br/>



## DIÁRIO OFICIAL



Edição 2.792 | Ano 2025  
06 de novembro de 2025  
Página 5

<http://www.camarasimoesfilho.ba.gov.br>  
Praça do Estado, S/N, Centro - Simões Filho/BA,  
CEP: 41.112-000  
(71) 2108-7200 / 2108-7250  
documentos@camarasimoesfilho.ba.gov.br



- 4.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 4.12. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
- 4.13. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 4.14. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 4.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 4.16. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 4.17. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 4.18. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

### 5. CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### 6. CLÁUSULA SEXTA – PREÇO

- 6.1. O valor global da contratação é de R\$ 782.920,45 (Setecentos e oitenta e dois mil, novecentos e vinte reais e quarenta e cinco centavos), sendo o valor unitário conforme proposta de preço.
- 6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

*Renato Rodenburg de Medeiros*  
Assessor de Planejamento e Gestão  
Assessor de Planejamento e Gestão

CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
Yuri Veloso Reis e Almeida do Carmo  
Agente de Contratação

CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
Membro da COPEL

RENATO RODENBURG  
DE MEDEIROS  
MÉDICO NETTO R-41220300  
CPF: 3015.09.11.59-00-11-0100



Certificação Digital: QLHXE9L6-WBJHVGZ-AS9OGVZB-Y9IOAZNT  
Versão eletrônica disponível em: <https://camarasimoesfilho.ba.gov.br/>

## DIÁRIO OFICIAL



Edição 2.792 | Ano 2025  
06 de novembro de 2025  
Página 6

<http://www.camarasimoesfilho.ba.gov.br>  
Praça do Povo, 114 Centro - Simões Filho/BA  
CEP: 41.700-000  
(71) 2038-1700 / 2108-7250  
@camarasimoesfilho - @camarasimoesfilho.ba.gov.br



### 7. CLÁUSULA SÉTIMA – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

#### RECEBIMENTO DO OBJETO:

CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
Coordenador de Licitação e Compras  
Vagner Cavalcanti Silva Mendes

- 7.1. O objeto será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 7.2. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

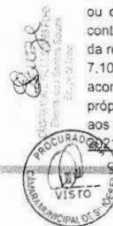
- 7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

#### LIQUIDACÃO:

CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
Yan Veloso Rosa é Almeida do Carmo  
Agente de Contratação

CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
Elmer Sales de Paula  
Agente de Contratação

- 7.8. Recebida a Nota Fiscal, conforme medições devidamente atestadas, ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo para fins de liquidação.
- 7.9. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.
- 7.10. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta própria do Município, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.



CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
Juscar Gonçalves Silva  
Membro do CAPEL

RENATO RODENBURG DE  
MEDEIROS NETTO 91835281500

Assinado de forma digital por RENATO  
ACERTADO em 04/11/2025  
NETTO 91835281500

Edital - Concorrência Eletrônica nº 001/2025

fl. 4

Certificação Digital: QLHXE9L6-WBJHVGZ-AS9OGVBZ-Y9I0AZNT  
Versão eletrônica disponível em: <https://camarasimoesfilho.ba.gov.br/>

## DIÁRIO OFICIAL



Edição 2.792 | Ano 2025  
06 de novembro de 2025  
Página 7

Site: <http://www.camarasimoesfilho.ba.gov.br>  
Praça da Bíblia, s/n, Centro - Simões Filho/BA  
CEP: 41.160-000  
(71) 2108-7200 / 2108-7250  
E-mail: [informacao@camarasimoesfilho.ba.gov.br](mailto:informacao@camarasimoesfilho.ba.gov.br)



### 7.11. A Administração deverá:

- verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.12. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.14. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

### PRAZO DE PAGAMENTO:

CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
Coordenador de Licitação e Contratos  
Vagner Corrêa Silva Mota

7.16. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

### FORMA DE PAGAMENTO:

CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
Yuri Veloso Rosa e Almeida do Carmo  
Agente de Contratação

7.17. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.18. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.19. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.20. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### 8. CLÁUSULA OITAVA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

8.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
Jusar Gonçalves Silva  
Membro do COPEL

Edital - Concorrência Eletrônica nº 001/2025

RENATO RODENBURG  
DE MOURA  
NETTO: 91.835283500

Assinado de forma digital por  
RENATO RODENBURG DE MOURA  
NETTO: 91.835283500  
Data: 2025.11.17 15:11:15  
+01'00'

Certificação Digital: QLHXE9L6-WBJHHVGZ-AS9OGVZB-Y9I0AZNT  
Versão eletrônica disponível em: <https://camarasimoesfilho.ba.gov.br/>

A CIDADE PASSA POR AQUI



## DIÁRIO OFICIAL



Edição 2.792 | Ano 2025  
06 de novembro de 2025  
Página 8

<http://www.camarasimoesfilho.ba.gov.br>  
Praça do Gólgota, 1.111 - Centro - Simões Filho/BA,  
CEP: 43701-000  
(71) 2108-7200 / 2108-7250  
E-mail: [contabilidade@camarasimoesfilho.ba.gov.br](mailto:contabilidade@camarasimoesfilho.ba.gov.br)



Unidade: 01.01.001 - CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO

Projeto Atividade: 01.031.0001.1.002 - REQUALIFICAÇÃO DA SEDE DO PODER LEGISLATIVO

Elemento de Despesa: 44.90.51 - OBRAS E INSTALAÇÕES

Subelemento de Despesa: 4.4.90.51.91 - OBRAS EM ANDAMENTOS

Fonte de Recurso: 1500 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
Yuri Valeso Rios e Almeida do Carmo  
Agente de Contratação

8.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
Yuri Valeso Rios e Almeida do Carmo  
Agente de Contratação

### 9. CLÁUSULA NONA - REAJUSTE DE PREÇO:

9.1. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie ou de alteração dos preços, comprovadamente, praticadas no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico e financeiro da avença.

9.2. Os preços serão reajustados observando-se a periodicidade de 12 (doze) meses, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, de acordo com a variação acumulada do Índice Nacional de Custo de Construção - INCC, ou em outro índice que venha substituí-lo, nos termos da legislação vigente, mediante requerimento protocolado pela CONTRATADA, em período de até 30 dias antes do fim de cada período de 12 (doze) meses.

9.3. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9.4. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

9.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.7. Caso o contratado solicite revisão ou repactuação do valor contratado, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para deferir ou indeferir o pedido.

### 10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV):

São obrigações do CONTRATANTE:

CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
Eduardo Caldeira  
Agente de Contratação

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.

10.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

10.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.



CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
Eduardo Caldeira  
Agente de Contratação

CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
Jusar Gonçalves Silva  
Membro da COPEL

Edital - Concorrência Eletrônica nº 001/2025

RENATO RODENBURG  
DE MEDeiros  
NETTO: 91.835.283.590  
CPF: 0380

Certificação Digital: QLHXE9L6-WBJHVGZ-AS9OGVZB-Y9I0AZNT  
Versão eletrônica disponível em: <https://camarasimoesfilho.ba.gov.br/>



## DIÁRIO OFICIAL



Edição 2.792 | Ano 2025  
06 de novembro de 2025  
Página 9

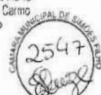


<http://www.camarasimoesfilho.ba.gov.br>  
Praça do Bêbô, S/N, Centro - Simões Filho  
CEP: 43700-000  
(71) 2108-7200 / 2108-7250  
@camarasimoesfilho



CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
A CIDADANIA PASSA POR AQUI

CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
Yuri Velloso Rosa e Almeida do Carmo  
Presidente da Contratação



- 10.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.
- 10.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato.
- 10.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.
- 10.8. Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.
- 10.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 10.10. A Administração terá o prazo de 30 (trintas) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 10.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 10.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII):

- 11.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 11.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
- 11.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 11.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.
- 11.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 11.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo



PROCURADORIA  
VISTO  
CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
Elder Carlos de G. Silva  
Procurador

CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
Josmar Gonçalves Silva  
Membro da COPEL

Edital - Concorrência Eletrônica nº 001/2025

RENATO  
RODENBURG DE  
MEDEIROS  
NETTO: 91835283500  
CVV

Assinatura do termo digital por  
RENATO RODENBURG DE  
MEDEIROS  
NETTO: 91835283500  
Data: 2025.09.11 14:12:28  
CVV

fl. 7

Certificação Digital: QLHXE9L6-WBJHHVGZ-AS9OGVZB-Y9I0AZNT  
Versão eletrônica disponível em: <https://camarasimoesfilho.ba.gov.br/>

A CIDADANIA PASSA POR AQUI

## DIÁRIO OFICIAL



Edição 2.792 | Ano 2025  
06 de novembro de 2025  
Página 10



[www.camarasimoesfilho.ba.gov.br](http://www.camarasimoesfilho.ba.gov.br)  
Praça do Brasil, 678, Centro - Simões Filho/BA  
CEP: 41.100-000  
(71) 2108-7200 / 2108-7290  
Atribuição: Rua 15 de Novembro, 100 - Simões Filho/BA



contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

11.7. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

11.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.

11.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

11.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

11.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

11.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.

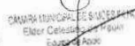
11.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

11.17. Registrar o contrato no CREA-BA e no INSS e apresentar a Câmara Municipal de Simões Filho - Bahia os comprovantes.

11.18. Providenciar a Anotação de Responsabilidade Técnica de execução da Obra, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA local ou ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, e atender as especificações do memorial descritivo e do contrato de prestação de serviço celebrado entre as partes.

  
Jussara Gonçalves Silva  
Membro do DOPEL

CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
Jussara Gonçalves Silva  
Membro do DOPEL

  
Renato Rodenburg de Medeiros  
Assessor de Apoio

RENATO RODENBURG  
DE MEDEIROS  
NETTO:91835283500  
Assinado de forma digital por  
RENATO RODENBURG DE  
MEDEIROS NETTO:91835283500  
Data: 2025.09.11 10:52:41 -03'



Edital - Concorrência Eletrônica nº 001/2025

CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
Yuri Veloso Rosa e Almeida do Carmo fl. 8  
Agente de Contratação

Certificação Digital: QLHXE9L6-WBJHHVGZ-AS9OGVZB-Y9IOAZNT  
Versão eletrônica disponível em: <https://camarasimoesfilho.ba.gov.br/>

A CIDADE PASSA POR AQUI

## DIÁRIO OFICIAL



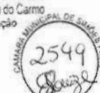
Edição 2.792 | Ano 2025  
06 de novembro de 2025  
Página 11



<http://www.camarasimoesfilho.ba.gov.br>  
Praça do Pílar, S/N, Centro - Simões Filho/BA  
CEP: 41700-000  
(71) 2908-7250 / 2908-7250  
documentos@camarasimoesfilho.ba.gov.br



CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
Yuri Veloso Rosa e Almeida do Carmo  
Agente de Contratação



### 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII):

12.1. A CONTRATADA prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, nas modalidades definidas no art. 96, §1º, da Lei nº 14.133/2021. Caberá à CONTRATADA manter a validade da garantia durante o período de vigência contratual, acrescido de 6 (seis) meses, renovando ou reforçando-a conforme necessário.

12.1.1. CAUÇÃO EM DINHEIRO OU TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA, conforme inciso I do §1º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

12.1.2. FIANÇA BANCÁRIA – CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA - GARANTIA DE CUMPRIMENTO DO CONTRATO: emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

12.1.3. SEGURO-GARANTIA – No caso da opção pelo Seguro Garantia, o mesmo será feito mediante entrega da competente apólice, emitida por Seguradora legalmente autorizada pela SUSEP a comercializar seguros, e em nome da Câmara Municipal, cobrindo, inclusive, os riscos de rescisão do contrato.

12.2. A apólice terá sua validade confirmada pelo segurado por meio da consulta ao site (<https://www2.susep.gov.br/safe/apolices/app/garantia>). A Câmara restituirá ou liberará a garantia ofertada, no prazo máximo 60 (sessenta) dias após assinatura do termo de recebimento definitivo dos serviços objetos desta licitação, conforme art. 100 da Lei nº 14.133/2021, mediante requerimento.

12.3. Em caso de rescisão do contrato ou de interrupção dos serviços, não será devolvida a garantia, a menos que a rescisão ou paralisação decorram de acordo com a Câmara, nos termos da legislação vigente.

12.4. Havendo prorrogação de prazo formalmente admitido pela Administração, deverá o Contratado apresentar nova garantia de execução do Contrato, de forma a abranger o período de prorrogação, restando à administração os créditos do Contratado, enquanto não efetivada tal garantia, ou valor a ela correspondente.

12.5. Ocorrendo aumento no valor contratual decorrente de acréscimos de obras ou serviços, o Contratado, por ocasião da assinatura do Termo Aditivo, deverá proceder ao reforço da garantia inicial, no mesmo percentual previsto.

12.6. A garantia deverá ser integralizada, no prazo máximo de 10 (dez) dias, inclusive quando houver aditivo.

12.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada.

### 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV):

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- der causa à inexecução parcial do contrato;
- der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
Rafael de Jesus Silva  
Assessor Jurídico

Cláudio de Jesus Silva  
Eletor dos Serviços  
Biblioteca

CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
Jusar Gonçalves Silva  
Membro da CUPREL

Edital - Concorrência Eletrônica nº 001/2025

RENATO  
RODRIGUES DE  
MEDIAS  
NFTT0-918K383505

Assinada de forma digital  
por RENATO RODRIGUES  
DE MEDIAS  
NFTT0-918K383505  
Data: 2025.09.11 13:52:56

Certificação Digital: QLHXE9L6-WBJHHVGZ-AS9OGVZB-Y9I0AZNT  
Versão eletrônica disponível em: <https://camarasimoesfilho.ba.gov.br/>



## DIÁRIO OFICIAL



Edição 2.792 | Ano 2025  
06 de novembro de 2025  
Página 12

<http://www.camarasimoesfilho.ba.gov.br>  
Praça do Brasil, S/N Centro - Simões Filho/BA  
CEP: 43700-000  
(41) 2108-7200 / 2108-7250  
e-mail: [documentos@camarasimoesfilho.ba.gov.br](mailto:documentos@camarasimoesfilho.ba.gov.br)



- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- I. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- II. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- III. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- IV. **Multa**:

CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
Yuri Veloso Rosa e Almeida do Carmo  
Agente de Contratação

CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
Coordenador de Licitação e Contratos  
Vagner Cezar de Oliveira Mares

- 1. moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 90 (noventa) dias;
- 2. compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

13.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO  
Beto Caldeira do Carmo  
Suplente

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO  
Beto Caldeira do Carmo  
Suplente

CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
Jusair Gonçalves Silva  
Membro da COPEL

Edital - Concorrência Eletrônica nº 001/2025



Fl. 10

Certificação Digital: QLHXE9L6-WBJHVGZ-AS9OGVZB-Y9I0AZNT  
Versão eletrônica disponível em: <https://camarasimoesfilho.ba.gov.br/>

A CIDADE PASSA POR AQUI



## DIÁRIO OFICIAL



Edição 2.792 | Ano 2025  
06 de novembro de 2025  
Página 13



Endereço: Rua da Vitória, S/N, Centro - Simões Filho/BA  
CEP: 41.100-000  
Telefone: (71) 2108-7200 / 2108-7250  
E-mail: [camarasimoesfilho.ba.gov.br](mailto:camarasimoesfilho.ba.gov.br)



13.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a natureza e a gravidade da infração cometida;
- as peculiaridades do caso concreto;
- as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- os danos que dela provierem para o Contratante;
- a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
Yuri Veloso Rosa e Almeida do Carmo  
Agente de Contratação

13.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Cneis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

#### 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XI):

14.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

CAIXA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES  
Ester Carlos

CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
Jusair Gonçalves Silva  
Técnicos da GED

RENATO RODENBURG DE MEDEIROS  
NETTO:91835233500  
Assinado digitalmente por RENATO RODENBURG DE MEDEIROS NETTO:91835233500  
Data: 2025.09.11 11:01:25 -03'00'

Edital - Concorrência Eletrônica nº 001/2025

fl. 11

Certificação Digital: QLHXE9L6-WBJHHVGZ-AS9OGVZB-Y9I0AZNT  
Versão eletrônica disponível em: <https://camarasimoesfilho.ba.gov.br/>

## DIÁRIO OFICIAL



Edição 2.792 | Ano 2025  
06 de novembro de 2025  
Página 14



<http://www.camarasimoesfilho.ba.gov.br>  
Praça da Bahia, s/n - Centro - Simões Filho,  
CEP: 43.702-000  
(71) 2158-7200 / 2108-7250  
Secretaria de Administração e Planejamento



14.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

14.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.2.2. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.2.3. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de conduzir o contrato.

14.2.3.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- Indenizações e multas.

14.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

### 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CASOS OMISSOS (art. 92, III):

15.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas e princípios gerais dos contratos.

### 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ALTERAÇÕES:

16.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

2025-01-28 11:02:12  
Eduardo de Almeida  
Agente de Contratação

CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
Praça da Bahia, s/n - Centro - Simões Filho,  
CEP: 43.702-000

CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
Jusar Gonçalves Silva  
Núcleo de Contratação

RENATO RODENBURG  
DE MEDEIROS  
NETTO: 91835283500  
Atestado de forma digital por  
RENATO RODENBURG DE  
MEDEIROS, NETTO: 91835283500  
Data: 2025-01-28 11:02:12  
e00f



Edital - Concorrência Eletrônica nº 001/2025

fl. 12

Certificação Digital: QLHXE9L6-WBJHHVGZ-AS9OGVZB-Y9IOAZNT  
Versão eletrônica disponível em: <https://camarasimoesfilho.ba.gov.br/>

## DIÁRIO OFICIAL



Edição 2.792 | Ano 2025  
06 de novembro de 2025  
Página 15



<http://www.camarasimoesfilho.ba.gov.br>  
Praça do Rêgo, S/N, Centro - Simões Filho/BA  
CEP: 43700-900  
(71) 2108-7200 / 2108-7250  
E-mail: [contabilidade@camarasimoesfilho.ba.gov.br](mailto:contabilidade@camarasimoesfilho.ba.gov.br)



### 17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO:

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

### 18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FORO:

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Simões Filho - BA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

18.2. Para firma e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 03 (Três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Simões Filho- BA, 11 de setembro de 2025.

Documento assinado digitalmente  
gub: ULTON RAMOS DE ALENCAR  
Data: 11/09/2025 10:11:05-0500  
Verifique em <https://validar.dig.br>

CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO – CONTRATANTE  
ULTON RAMOS DE ALENCAR

RENATO RODENBURG DE MEDEIROS  
Assinado de forma digital por:  
RENATO RODENBURG DE MEDEIROS NETTO  
Data: 11/09/2025 10:11:05-0500  
Verifique em <https://validar.dig.br>

ASTEC CONSTRUÇÕES LTDA – CONTRATADA  
RENATO RODENBURG DE MEDEIROS NETTO

CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
Guarantidor de Propostas e Contratos  
Vagner Gonçalves Silva Matos

CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
Yuri Veloso Rosa e Almeida do Carmo  
Agente de Contratação

### Testemunhas:

Documento assinado digitalmente  
gub: AMARELA SANTOS COSTA  
Data: 11/09/2025 10:12:02-0500  
Verifique em <https://validar.dig.br>

CPF:

Documento assinado digitalmente  
gub: ELIAS DE OLIVEIRA ASSIS  
Data: 11/09/2025 10:10:11-0500  
Verifique em <https://validar.dig.br>

CPF:



Edital - Concorrência Eletrônica nº 001/2025

Jusair Gonçalves Silva  
Membro da COPEL

fl. 13

Certificação Digital: QHXXE9L6-WBJHVGZ-AS9OGVZB-Y9IOAZNT  
Versão eletrônica disponível em: <https://camarasimoesfilho.ba.gov.br/>



## DIÁRIO OFICIAL



Edição 2.792 | Ano 2025  
06 de novembro de 2025  
Página 16

## DIÁRIO OFICIAL



Edição 2.750 | Ano 2025  
09 de setembro de 2025  
Página 3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2025, ASTEC CONSTRUÇÕES LTDA

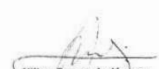


ESTADO DA BAHIA  
CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Com base nas informações constantes no Processo Administrativo nº 9057/2025, referente à Licitação na modalidade Concorrência Eletrônica nº 001/2025, cujo objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DA READEQUAÇÃO E REFORMA DO PRIMEIRO PAVIMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO - BAHIA, e considerando que foram observados todos os prazos e procedimentos previstos em legislação, **ADJUDICO E HOMOLOGO** o presente processo licitatório, nos termos do art. 71, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, com o valor global de R\$ 782.920,45 (setecentos e oitenta e dois mil novecentos e vinte reais e quarenta e cinco centavos), ficando em consequência, convocada a empresa **ASTEC CONSTRUÇÕES LTDA**, CNPJ nº 04.554.102/0001-00, para a assinatura do contrato, nos termos do Art. 90, caput, da Lei supracitada, sob as penalidades da Lei.

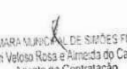
Simões Filho/BA, 08 de setembro de 2025.

  
Uilton Ramos de Alencar  
Presidente da Câmara Municipal de Simões Filho

  
Elton Carlos dos Santos  
Secretário de Apoio

  
Vagner Corrêa dos Santos  
Coordenador de Licitação e Compras

  
Jusair Gonçalves Silva  
Membro da COPEL

  
Yui Veloso Rosa e Almeida do Carmo  
Agente de Contratação

Certificação Digital: HWB0GPD4-KALIXR4D-T6S89WT-AVVAEZ2L  
Versão eletrônica disponível em: <https://camarasimoesfilho.ba.gov.br/>

  
Elton Carlos dos Santos  
Secretário de Apoio

Certificação Digital: QLHXE9L6-WBJHHVGZ-AS9OGVZB-Y9IOAZNT  
Versão eletrônica disponível em: <https://camarasimoesfilho.ba.gov.br/>

[illegible]

CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
Jusair Gonçalves Silva  
Membro da COPEL

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO  
Yuri Veloso Rosa e Almeida do Carmo  
Agente de Contratação

Elton dos Santos Souza  
Tutor da Área

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO  
Coordenador de Instalações e Compras  
Vagner Cerqueira Silva Neto

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS  
Elder Celestino de Paula  
Homero Amor

Certificação Digital: QLHXE9L6-WBJHHVGZ-AS9OGVZB-Y9I0AZNT  
Versão eletrônica disponível em: <https://camarasimoesfilho.ba.gov.br/>

## DIÁRIO OFICIAL



Edição 2.792 | Ano 2025  
06 de novembro de 2025  
Página 18

## DIÁRIO OFICIAL



Edição 2.754 | Ano 2025  
12 de setembro de 2025  
Página 3

EXTRATO DO CONTRATO Nº 018/2025



### EXTRATO DE CONTRATO

A Câmara Municipal de Simões Filho torna público o resumo do seguinte contrato: Processo Administrativo nº 5057/2025, CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 001/2025 - Objeto: Contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para a execução da readequação e reforma do primeiro pavimento da Câmara Municipal de Simões Filho - Bahia. Empresa contratada: ASTEC CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ nº 04.854.102/0001-00. Valor global de R\$ 762.920,45 (setecentos e oitenta e dois mil novecentos e vinte reais e quarenta e cinco centavos). Contrato nº 018/2025. Data da assinatura: 11/09/2025. Vigência: 11/09/2025 a 10/03/2026. Dotação: Órgão/Unidade: 01.01.001 - Câmara Municipal de Simões Filho. Atividade: 01.031.0001.1.002 - Requalificação da sede do poder legislativo. Elemento de despesa: 4.4.90.51 - Obras e instalações. Subelemento de despesa: 4.4.90.51.91 - Obras em andamento. Fonte de Recurso: 1.100 - Recursos não Vinculados de Impostos. Ulton Ramos de Alercar - Presidente da Câmara Municipal de Simões Filho-Bahia, 12 de setembro de 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
Coordenador de Licitação e Contratos  
Vagner Oliveira Silva Matos

CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
Elder Celestino de Paula  
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
Yuzi Valente Rocha e Almeida do Carmo  
Agente de Contratação

CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
Jusair Gonçalves Silva  
Membro da COPEL

CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
Eleonor dos Santos Gouveia  
Presidente do Conselho

Certificação Digital: NUSCOVOL-JHDAIRK-TRSZMFTS-BUGIESL6  
Versão eletrônica disponível em: <https://camarasimoesfilho.ba.gov.br/>

Certificação Digital: QLHXE9L6-WBJHHVGZ-AS9OGVZB-Y9I0AZNT  
Versão eletrônica disponível em: <https://camarasimoesfilho.ba.gov.br/>



## DIÁRIO OFICIAL



Edição 2.792 | Ano 2025  
06 de novembro de 2025  
Página 19



### PORTARIA FISCAL

CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
Coordenador de Licitações e Contratos  
Vagner Gonçalves Silva Matos

CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
Elder Cassiano de Pinho  
Coordenador

CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
Yuri Veloso Rocha e Almeida do Carmo  
Agente de Contratação

CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
Jusair Gonçalves Silva  
Membro da COPEL

CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
Elaine dos Santos Souza  
Secretária

Praça da Bíblia, s/n - Centro - Simões Filho/Ba. CEP: 43.700-000

Certificação Digital: QLHXE9L6-WBJHVGZ-AS9OGVZB-Y9I0AZNT  
Versão eletrônica disponível em: <https://camarasimoesfilho.ba.gov.br/>

## DIÁRIO OFICIAL



Edição 2.792 | Ano 2025  
06 de novembro de 2025  
Página 20

## DIÁRIO OFICIAL



Edição 2.754 | Ano 2025  
12 de setembro de 2025  
Página 4

PORTARIA Nº 664/2025



ESTADO DA BAHIA  
CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO-BA  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PORTARIA Nº 664/2025

DESIGNA SERVIDOR (A) PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DE CONTRATO NO ÂMBITO DESTA CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO, EM CONFORMIDADE COM OS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS NO DECRETO LEGISLATIVO Nº 002/2023 E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Regimento Interno da Câmara Municipal, pela Lei Orgânica do Município de Simões Filho-BA e conforme o Decreto nº 020/2023 que "Regulamenta o disposto no § 3º do art. 6º da Lei nº 14.130, de 01º de abril de 2021, para dispor sobre as regras para a situação do agente de contratação, da equipe de apoio, da comissão de contratação e dos gestores e fazedores de contratos no âmbito da Câmara Municipal de Simões Filho."

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o (a) servidor (a) EVERTON FERNANDES OLIVEIRA DOS SANTOS, matrícula nº 2268, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato de Prestação de Serviços nº 016/2024, celebrado entre a CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO-BA e a empresa ASTEC CONSTRUÇÕES LTDA, cujo objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DA READEQUAÇÃO E REFORMA DO PRIMEIRO PAVIMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO - BAHIA.

Art. 2º - Dê-se ciência para o (a) servidor (a) designado (a) e publique-se.

Art. 3º - Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de assinatura do respectivo contrato.

Gabinete da Presidência, 12 de setembro de 2025.

ULTON RAMOS DE ALENCAR  
Presidente da Câmara Municipal de Simões Filho

Prça. da Bahia, s/n - Centro - CEP: 43.700-00 - Simões Filho - Bahia  
Telefone: (71) 2108-7200  
Site: [www.camarasimoesfilho.ba.gov.br](http://www.camarasimoesfilho.ba.gov.br)

CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
Yuri Veloso Rosa e Almeida do Carmo  
Agente de Contratação

CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
Jusair Gonçalves Silva  
Membro da COPEL

Certificação Digital: NU5CCVOL-JH3AUIRK-TRSZMFTS-8UGIESLG  
Versão eletrônica disponível em: <https://camarasimoesfilho.ba.gov.br/>

Certificação Digital: QLHXE9L6-WBJHHVGZ-AS9OGVZB-Y9I0AZNT  
Versão eletrônica disponível em: <https://camarasimoesfilho.ba.gov.br/>

## DIÁRIO OFICIAL



Edição 2.792 | Ano 2025  
06 de novembro de 2025  
Página 21



## DIÁRIO OFICIAL



Câmara Municipal  
**SIMÕES FILHO**  
BAHIA

Edição 2.465 | Ano 2025  
09 de janeiro de 2025  
Página 3

PORTARIA N.º 341/2025



ESTADO DA BAHIA  
CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PORTARIA N.º 342/2025

NOMEIA GESTOR DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS  
NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES  
FILHO-BA

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO, Estado da Bahia, no uso de sua competência delegada pelo Lei Orgânica do Município de Simões Filho e Regimento Interno da Câmara Municipal:

CONSIDERANDO que cabe à Administração Pública, nos termos da Lei Federal n.º 14.133/2021 e Decreto Legislativo n.º 002/2023, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados, através de um representante da Administração Pública especialmente designado;

CONSIDERANDO a importância de a Administração Pública adotar procedimentos que permitam a gestão mais eficiente dos contratos administrativos;

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar os procedimentos de acompanhamento e fiscalização dos contratos mantidos por este órgão público;

RESOLVE:

CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
Coordenador de Licitação e Compras  
Vagner Cerqueira Silva Moraes

CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
Eleitor Carlos Roberto Pinheiro  
Presidente da Câmara

Art. 1.º, Designar o servidor EUDSON CERQUEIRA DA SILVA, matrícula n.º 2300, como Gestor de Contratos Administrativos no âmbito da Câmara Municipal de Simões Filho-BA, em conformidade com o art. 6.º do Decreto Legislativo n.º 002/2023.

Art. 2.º, Designar o servidor EVERTON FERNANDES OLIVEIRA DOS SANTOS, matrícula n.º 2298, como Gestor de Contratos Administrativos no âmbito da Câmara Municipal de Simões Filho-BA, em conformidade com o art. 6.º do Decreto Legislativo n.º 002/2023.

CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
Yuri Velloso Reis e Almeida do Carmo  
Agente de Contratação

CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
Jusair Gonçalves Silva  
Membro da COPEL

CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
Eleitor Carlos Roberto Pinheiro  
Presidente da Câmara

Certificação Digital: 1B3YLRWE-OJZJXCO-ZUEJHCXG-INVMEHVV  
Versão eletrônica disponível em: <https://camarasimoesfilho.ba.gov.br/>

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificação Digital: QLHXE9L6-WBJHHVGZ-AS9OGVZB-Y9I0AZNT  
Versão eletrônica disponível em: <https://camarasimoesfilho.ba.gov.br/>



## DIÁRIO OFICIAL



Edição 2.792 | Ano 2025  
06 de novembro de 2025  
Página 22



## DIÁRIO OFICIAL



Câmara Municipal  
**SIMÕES FILHO**  
BARRA DO RIO

Edição 2.465 | Ano 2025  
09 de janeiro de 2025  
Página 4



ESTADO DA BAHIA  
CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Art. 3º. O gestor do contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto, deverá observar o quanto disposto no art. 18 do Decreto Legislativo nº. 002/2023.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete da Presidência, 09 de janeiro de 2025.

VILTON RAMOS DE ALENCAR  
PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE SIMÕES FILHO - BAHIA

CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
Coordenador de Licitação e Contratos  
Vagner Carlos da Silva Almeida

CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
Elder Carlos de Paula  
Secretário Geral

CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
Yuri Veloso Rocha e Almeida do Carmo  
Agente de Contratação

CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
Jusair Gonçalves Silva  
Membro da COPEL

Certificação Digital: 1B3YL8WE-0JZJXCO-ZUEJHCX5-TNVMHWV

Versão eletrônica disponível em: <https://camarasimoesfilho.ba.gov.br/>

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Certificação Digital: QLHXE9L6-WBJHHVGZ-AS9OGVZB-Y9IOAZNT  
Versão eletrônica disponível em: <https://camarasimoesfilho.ba.gov.br/>

## DIÁRIO OFICIAL



Edição 2.754 | Ano 2025  
12 de setembro de 2025  
Página 3



### EXTRATO DO CONTRATO Nº 018/2025

#### EXTRATO DE CONTRATO

A Câmara Municipal de Simões Filho torna público o resumo do seguinte contrato: Processo Administrativo nº 9057/2025. CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 001/2025 – Objeto: Contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para a execução da readequação e reforma do primeiro pavimento da Câmara Municipal de Simões Filho - Bahia. Empresa contratada: ASTEC CONSTRUÇÕES LTDA; CNPJ nº 04.554.102/0001-00. Valor global de R\$ 782.920,45 (setecentos e oitenta e dois mil novecentos e vinte reais e quarenta e cinco centavos). Contrato nº 018/2025; Data da assinatura: 11/09/2025; Vigência: 11/09/2025 a 10/03/2026. Dotação: Órgão/Unidade: 01.01.001 – Câmara Municipal de Simões Filho; Atividade: 01.031.0001.1.002 – Requalificação da sede do poder legislativo; Elemento de despesa: 4.4.90.51 – Obras e instalações. Subelemento de despesa: 4.4.90.51.91 – Obras em andamento; Fonte de Recurso: 1.500 – Recursos não Vinculados de Impostos. Uilton Ramos de Alencar – Presidente da Câmara Municipal de Simões Filho/BA, 12 de setembro de 2025.

Certificação Digital: NJ5CCV0L-JH3AUIRK-TRSZMFTS-8UGIE5LG  
Versão eletrônica disponível em: <https://camarasimoesfilho.ba.gov.br/>

## DIÁRIO OFICIAL

Edição 1.864 | Ano 2023  
23 de maio de 2023  
Página 3



Câmara Municipal  
**SIMÕES FILHO**

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 005/2023: "DISPÕE SOBRE A ELABORAÇÃO DOS ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES-ETP, PARA A AQUISIÇÃO DE BENS E A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS E OBRAS, E ANÁLISE DE RISCO NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO-BA."



ESTADO DA BAHIA  
CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO-BA  
PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº. 005/2023

Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, e análise de risco no âmbito da Câmara Municipal de Simões Filho-BA.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, bem como pelo Regimento Interno, aprovou e eu, Presidente, sanciono o seguinte Decreto Legislativo:

#### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

##### Objeto e âmbito de aplicação

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras e análise de risco no âmbito da Câmara Municipal de Simões Filho-BA.

##### Definições

Art. 2º Para fins do disposto neste Decreto Legislativo, considera-se:

I - Estudo Técnico Preliminar - ETP: documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação;

II - contratações correlatas: aquelas cujos objetos sejam similares ou correspondentes entre si;

III - contratações interdependentes: aquelas que, por guardarem relação direta na execução do objeto, devem ser contratadas juntamente para a plena satisfação da necessidade da Administração;

VI - requisitante: agente ou unidade responsável por identificar a necessidade de contratação de bens, serviços e obras e requerê-la;

V - área técnica: agente ou unidade com conhecimento técnico-operacional sobre o objeto demandado, responsável por analisar o documento de formalização de demanda, e promover agregação de valor e a compilação de necessidades de mesma natureza; e

VI - equipe de planejamento da contratação: conjunto de agentes que reúnem as competências necessárias à completa execução das etapas de planejamento da contratação, o que inclui conhecimentos sobre aspectos técnicos-operacionais e de uso do objeto, licitações e contratos, dentre outros.

Praça da Bíblia, s/n - Centro - CEP: 43.700-00 - Simões Filho - Bahia  
Telefax: (71) 2158-7202/2158-7227 - Site: [www.camarasimoesfilho.ba.gov.br](http://www.camarasimoesfilho.ba.gov.br)

Certificação Digital: 2N3Y0DZ0-UUJRYKG6-QWGD8JXY-T6KAPCFD

Versão eletrônica disponível em: <https://camarasimoesfilho.ba.gov.br/>

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil



## DIÁRIO OFICIAL

Edição 1.864 | Ano 2023  
23 de maio de 2023  
Página 4



Câmara Municipal  
**SIMÕES FILHO**  
BAHIA



ESTADO DA BAHIA  
CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO-BA  
PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO

§ 1º Os papéis de requisitante e de área técnica poderão ser exercidos pelo mesmo agente público ou unidade, desde que, no exercício dessas atribuições, detenha conhecimento técnico-operacional sobre o objeto demandado, observado o disposto no inciso VI do caput.

§ 2º A definição dos requisitantes, das áreas técnicas e da equipe de planejamento da contratação não ensejara, obrigatoriamente, a criação de novas estruturas nas unidades organizacionais dos órgãos e das entidades.

### CAPÍTULO II ELABORAÇÃO

#### Diretrizes Gerais

Art. 3º O ETP deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental da contratação.

Art. 4º O ETP deverá estar alinhado com o Plano de Contratações Anual, quando for o caso, além de outros instrumentos de planejamento da Administração.

Art. 5º O ETP será elaborado conjuntamente por servidores, auxiliares da área técnica e requisitante ou, quando houver, pela equipe de planejamento da contratação, observado o § 1º do art. 2º.

#### Conteúdo

Art. 6º O ETP deve ser constituído dos seguintes elementos:

I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

II - descrição dos requisitos da contratação necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade, observadas as leis ou regulamentações específicas, bem como padrões mínimos de qualidade e desempenho;

III - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar, podendo, entre outras opções:

- a) ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, bem como por organizações privadas, no contexto nacional ou internacional, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da Administração;
- b) ser realizada audiência e/ou consulta pública, preferencialmente na forma eletrônica, para coleta de contribuições;
- c) em caso de possibilidade de compra, locação de bens ou de acesso a bens, ser avaliados os custos e os benefícios de cada opção para escolha da alternativa mais vantajosa, prospectando-se arranjos inovadores em sede de economia circular; e
- d) ser consideradas outras opções logísticas menos onerosas à Administração, tais como chamamentos públicos de doação e permutas.

IV - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à

Prça. da Bíblia, s/n - Centro - CEP: 43.700-00 - Simões Filho - Bahia  
Telefone: (71) 2108-7205/2108-7227 - Site: [www.camarasimoesfilho.ba.gov.br](http://www.camarasimoesfilho.ba.gov.br)

Certificação Digital: 2N3Y0DZO-UUJRYKG6-QWGD8JXY-T6KAPCFD

Versão eletrônica disponível em: <https://camarasimoesfilho.ba.gov.br/>

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

A CIDADE PASSA POR AQUI

Certificação Digital: HHNUODA2-IJDJ8FMO-NKIZPF5K-BL6YMJTX

Versão eletrônica disponível em: <https://camarasimoesfilho.ba.gov.br/>

## DIÁRIO OFICIAL



Câmara Municipal  
**SIMÕES FILHO**  
BAHIA

Edição 1.864 | Ano 2023  
23 de maio de 2023  
Página 5



ESTADO DA BAHIA  
CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO-BA  
PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO

assistência técnica, quando for o caso;

V - estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

VII - justificativas para o parcelamento ou não da solução;

VIII - contratações correlatas e/ou interdependentes;

IX - demonstrativo da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual, se houver, de modo a indicar o seu alinhamento com o instrumentos de planejamento do órgão ou entidade;

X - demonstrativo dos resultados pretendidos, em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

XI - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, tais como adaptações no ambiente do órgão ou da entidade, necessidade de obtenção de licenças, outorgas ou autorizações, capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e rejeitos, quando aplicável; e

XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina;

§ 1º O ETP deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, V, VI, VII e XIII do caput deste artigo e, quando não contemplar os demais elementos, apresentar as devidas justificativas.

§ 2º Caso, após o levantamento do mercado de que trata o inciso III, a quantidade de fornecedores for considerada restrita, deve-se verificar se os requisitos que limitam a participação são realmente indispensáveis, flexibilizando-os sempre que possível.

§ 3º Em todos os casos, o estudo técnico preliminar deve privilegiar a consecução dos objetivos de uma contratação, nos termos no art. 11 da Lei nº 14.133, de 2021, em detrimento de modelagem de contratação centrada em exigências meramente formais.

Art. 7º Durante a elaboração do ETP deverão ser avaliadas:

I - a possibilidade de utilização de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas existentes no local da execução, conservação e operação do bem, serviço ou obra, desde que não haja prejuízos à competitividade do processo licitatório e à eficiência do respectivo contrato, nos termos do § 2º do art. 25 da Lei nº 14.133, de 2021;

II - a necessidade de ser exigido, em edital ou em aviso de contratação direta, que os serviços de manutenção e assistência técnica sejam prestados mediante deslocamento de técnico ou disponibilizados em unidade de prestação de serviços localizada em distância compatível com suas

Prça da Bahia, s/n - Centro - CEP: 43.702-000 - Simões Filho - Bahia  
Fones: (71) 2106-7200/2108-7227 - Site: www.camarasimoesfilho.ba.gov.br

Certificação Digital: 2N3Y0DZO-UUJRYKG6-QWGD8JXY-T6KAPCFD

Versão eletrônica disponível em: <https://camarasimoesfilho.ba.gov.br/>

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

A CIDADE PASSA POR AQUI

## DIÁRIO OFICIAL



Câmara Municipal  
**SIMÕES FILHO**

Edição 1.864 | Ano 2023  
23 de maio de 2023  
Página 6



ESTADO DA BAHIA  
CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO-BA  
PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
necessidades, conforme dispõe o § 4º do art. 40 da Lei nº 14.133, de 2021; e

III - as contratações anteriores voltadas ao atendimento de necessidade idêntica ou semelhante atual, como forma de melhorar a performance contratual, em especial nas contratações de execução continuada ou de fornecimento contínuo de bens e serviços, com base, inclusive, no relatório final de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 8º Quando o ETP demonstrar que a avaliação e a ponderação da qualidade técnica das propostas que superarem os requisitos mínimos estabelecidos no edital são relevantes aos fins pretendidos pela Administração, deverá ser escolhido o critério de julgamento de técnica e preço, conforme o disposto no § 1º do art. 36 da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 9º Na elaboração do ETP, os órgãos e entidades deverão pesquisar, no Sistema ETP Digital, os ETP de outras unidades, como forma de identificar soluções semelhantes que possam se adequar à demanda da Administração.

Art. 10. Ao final da elaboração do ETP, deve-se avaliar a necessidade de classificá-lo nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

#### Exceções à elaboração do ETP

Art. 11. A elaboração do ETP é facultada, mediante justificativa, nos casos de contratação de bens, serviços e locação de natureza comum, e nos casos de prorrogações dos contratos de serviços e fornecimentos contínuos.

### CAPÍTULO III REGRAS ESPECÍFICAS

#### Contratações de obras e serviços comuns de engenharia

Art. 12. Quando da elaboração do ETP para a contratação de obras e serviços comuns de engenharia, se demonstrada a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados, a especificação do objeto poderá ser realizada apenas em termo de referência ou em projeto básico, dispensada a elaboração de projetos, conforme disposto no § 3º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

#### Contratações de soluções de tecnologia da informação e comunicação

Art. 13. Os ETP para as contratações de soluções de tecnologia da informação e comunicação deverão observar as características próprias para atender as necessidades da Câmara Municipal de Simões Filho-BA.

### CAPÍTULO VI DA ANÁLISE DE RISCO

Praça da Bahia, s/n - Centro - CEP 45.710-00 - Simões Filho - Bahia  
Telefax: (71) 2106-7200/2106-7227 - Site: www.contratasimoesfilho.ba.gov.br

Certificação Digital: 2N3Y0DZO-UUJRYKG6-QWGD8JXY-T6KAPCFD

Versão eletrônica disponível em: <https://camarasimoesfilho.ba.gov.br/>

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

A CIDADE PASSA POR AQUI

Certificação Digital: HHNUODA2-IJDJ8FMO-NKIZPF5K-BL6YMJTX

Versão eletrônica disponível em: <https://camarasimoesfilho.ba.gov.br/>



## DIÁRIO OFICIAL



Câmara Municipal  
**SIMÕES FILHO**

Edição 1.864 | Ano 2023

23 de maio de 2023

Página 7



ESTADO DA BAHIA  
CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO-BA  
PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO

Art. 14. Deverá ser elaborado na fase preparatória, um mapa de Análise de Risco, quando necessário, contendo os seguintes elementos:

I - identificação e avaliação dos riscos possíveis e seus impactos;

II - ações para controle e mitigação dos riscos.

Parágrafo único. O gerenciamento dos riscos somente será necessário em contratações de alta complexidade técnica, que não possam ser enquadradas como bens e serviços comuns.

### CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 16. Registre-se e publique-se.

Sala das Sessões, 23 de maio de 2023.

  
DEVALDO SOARES DE SOUZA  
PRESIDENTE

Praça da Bíblia, s/n - Centro - CEP: 43.700-000 - Simões Filho - Bahia  
Telefones: (71) 2108-7200/2108-7227 - Site: www.camarasimoesfilho.ba.gov.br

Certificação Digital: 2N3Y0DZO-UUJRYKG6-QWGD8JXY-T6KAPCFD

Versão eletrônica disponível em: <https://camarasimoesfilho.ba.gov.br/>

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil



ESTADO DA BAHIA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO**  
DIRETORIA ADMINISTRATIVA



Simões Filho- BA, 11 de novembro de 2025.

**Origem:** Diretoria Administrativa

**Destino:** Sérgio Luiz Santana Nunes

**Assunto:** Locação de imóvel destinado para funcionamento dos gabinetes provisórios dos vereadores, enquanto perdurar o período de reforma do primeiro pavimento do prédio legislativo.

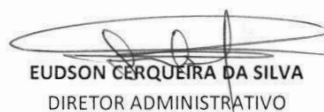
Prezado,

Cumprimentando-o cordialmente, venho através deste, solicitar manifestação de interesse em alugar o imóvel localizado na Avenida Altamirando de Araújo Ramos, nº 228, Sala 02, 2º andar – Centro, Simões Filho- BA, CEP: 43.700-120, pelo período de 06 (seis) meses para funcionamento dos gabinetes provisórios dos vereadores, enquanto perdurar o período de reforma do primeiro pavimento do prédio legislativo

Manifestando-se positivamente, já solicito apresentação de proposta de preço, cópia de documentos pessoais (RG, CPF), comprovação de propriedade por meio de contrato de compra e venda ou escritura pública do imóvel.

Para tanto, certo de vosso pronto atendimento, apresento meus protestos de estima e consideração, ao passo que me coloco à disposição para os esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Atenciosamente,



**EUDSON CERQUEIRA DA SILVA**  
DIRETOR ADMINISTRATIVO

Praça da Bíblia, s/n – Centro – CEP. 43.700-00 – Simões Filho – Bahia  
Telefone: (71) 2108-7200  
Site: [www.camarasimoesfilho.ba.gov.br](http://www.camarasimoesfilho.ba.gov.br)

## PROPOSTA DE PREÇO



Sergio Luiz Santana Nunes, Brasileiro, Casado, Empresário, Portador do RG nº 1.385.699 – SSA/BA, inscrito no CPF sob o nº 286.290.785-53, residente e domiciliado na Rua Francisco Almeida, nº 4, Centro, Simões Filho/BA, infra-assinado, para fins de Dispensa de Licitação referente à **LOCAÇÃO DE IMÓVEL** situado na Avenida Altamirando de Araújo Ramos, nº 228, Centro, Simões Filho/BA, CEP 43.700-120, vem apresentar a seguinte proposta de preço:


**VALOR MENSAL:** R\$ 3.692,77

**VALOR GLOBAL (06 MESES):** R\$ 22.156,62

As despesas decorrentes do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, bem como o consumo de água, ficarão sob responsabilidade do locador.

**Validade da Proposta:** 90 dias.

Simões Filho/BA, 12 de novembro de 2025.



**SERGIO LUIZ SANTANA NUNES**  
Proprietário do Imóvel



**REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA**  
**DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO**  
**CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO**

**NOME**  
SERGIO LUIZ SANTANA NUNES

**DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF**  
1385699 SSP BA

**CPF**  
286.290.785-53

**DATA NASCIMENTO**  
30/10/1959

**FILIAÇÃO**  
VALTAMIRO PEREIRA  
NUNES  
NATALIA SANTANA NUNES

**PERMISSÃO**  
ACC CAT. HAB.  
B

**Nº REGISTRO**  
01001290602

**VALIDADE**  
16/03/2027

**1ª HABILITAÇÃO**  
16/10/1980

**OBSERVAÇÕES**  
A ;

**LOCAL**  
SIMÕES FILHO, BA

**DATA EMISSÃO**  
23/03/2022

**ASSINATURA DO EMISSOR**  
Rodrigo Pimentel de Souza Lima  
Diretor Geral

**ASSINATURA DO PORTADOR**  
38183504501  
BA511524963

**BAHIA**  
**DENATRAN**

**O TERRITÓRIO NACIONAL**  
2156023990

**CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO**  
39

A CIDADE PASSA POR AQUI

## INSTRUMENTO PARTICULAR DE COMPROMISSO DE VENDA E COMPRA DE BEM IMÓVEL



### I. PARTES CONTRATANTES

PROMITENTE VENDEDOR: CURSOS DE LINGUAS HISPANO AMERICANO LTDA, solteira, dona inscrita no CNPJ sob o nº 02.641.667/0001-07, situado à Av. Altamirando de Araújo Ramos, 224, térreo, centro, na cidade de SIMÕES FILHO-BAHIA - CEP 43.700-000, doravante denominada simplesmente VENDEDOR.

PROMISSÁRIO COMPRADOR: SÉRGIO LUIZ SANTANA NUNES brasileiro, casado, empresário, portador do RG de nº 1.385.699 - SSA/BA, inscrita no CPF/MF sob o nº 286.290.785-53, residente na Rua Francisco Almeida, 4, centro, na cidade de SIMÕES FILHO-BAHIA - CEP 43.700-000, doravante denominada simplesmente COMPRADOR.

### II. CLÁUSULAS E ESTIPULAÇÕES

As partes contratantes, acima qualificadas e no final assinadas, têm, entre si, justas e acordadas o presente compromisso de venda e compra de bem imóvel que fazem por este instrumento e na melhor forma de direito, mediante as cláusulas e estipulações adiante pactuadas, mútua e reciprocamente outorgadas e aceitas.

#### CLÁUSULA 1ª

A VENDEDORA é senhora e legítima detentora da posse direta do imóvel a seguir descrito: "SALA COMERCIAL com 60,93M2, localizado na Av. Altamirando de Araújo Ramos, 224, sala 2, , 2º andar, com inscrição imobiliária nº 010101700469004.

#### Parágrafo Único

O COMPRADOR declara plena ciência acerca do estado físico e de conservação do imóvel supramencionado, já tendo realizado a vistoria completa do mesmo, concordando em adquiri-lo nas condições de conservação atuais, nada tendo a reclamar nesse sentido, seja a que título for.

Declara o COMPRADOR que tem pleno conhecimento que o imóvel transacionado não está livre de ônus, em razão de financiamento existe com a CAIXA ECONOMICA FEDERAL em nome da VENDEDORA, mediante sistema de amortização constante- SAC e cujo saldo devedor tem pleno conhecimento e concordância.

#### CLÁUSULA 2ª

Assim, por este instrumento particular e na melhor forma de direito, a VENDEDORA promete vender ao COMPRADOR, o imóvel descrito e caracterizado na cláusula 1ª, supra, mediante as estipulações adiante pactuadas.

### CLÁUSULA 3ª

O preço ajustado entre as partes para o presente instrumento é de R\$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais), que o COMPRADOR pagará a VENDEDORA à vista, através de transferência bancária para a mesma.

#### Parágrafo Primeiro

A VENDEDORA declara sob as penas da lei, que as prestações vencidas até esta data, referente ao financiamento sob sua responsabilidade, encontram-se rigorosamente em dia, assim como outras despesas, como água, energia e IPTU.

#### Parágrafo Segundo

Todas as despesas tais como tributos, certidões, emolumentos, selos e registros do instrumento serão de responsabilidade exclusiva do COMPRADOR, isentando a VENDEDORA de quaisquer despesas futuras para a transferência do financiamento com a CAIXA ECONOMICA FEDERAL e/ou registro de escritura pública.

### CLÁUSULA 4ª IRREVOGABILIDADE E IRRETRATABILIDADE

Ressalvada as hipóteses resolutivas acima pactuadas, o presente instrumento é celebrado em caráter irrevogável e irretratável, não sendo lícito a quaisquer das partes se arrependem das condições aqui estabelecidas, respondendo os contratantes, por todos seus termos, cláusulas e condições, por si, seus herdeiros ou eventuais sucessores, com expressa renúncia ao direito de arrependimento.

### CLÁUSULA 5ª CLAUSULA PENAL

Pactuem as partes, independentemente de qualquer outra penalidade antes ajustada, que na hipótese de descumprimento de qualquer disposição aqui avençada, responderá a parte culpada com o pagamento de multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor contratado, sem prejuízo de outras penalidades neste instrumento pactuadas.

### CLÁUSULA 6ª DISPOSIÇÕES FINAIS

I- A tolerância por qualquer dos contratantes, quanto a alguma demora, atraso ou omissão de qualquer outra parte, no cumprimento das obrigações ajustadas neste instrumento, ou a não aplicação oportuna, das cominações dele constantes e cabíveis, não acarretará o cancelamento das penalidades previstas neste instrumento.

II- O presente instrumento prevalece em relação a todas as tratativas anteriormente estabelecidas pelas partes, sejam elas verbais ou escritas, sendo que todas as disposições a ele contrárias estão expressamente revogadas.

III- As partes autorizam o Sr. Oficial do Registros de Imóveis competente a proceder a todos os atos necessários ao registro deste instrumento. Havendo necessidade de eventuais retificações e ratificações, com a finalidade de adequá-lo às exigências registrarias, bem como em relação a CAIXA ECONOMICA FEDERAL, a VENDEDORA se compromete a fazê-lo, inclusive outorgando procuração pública.



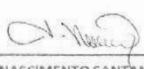


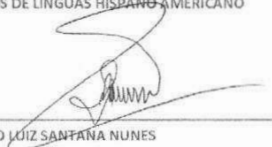
## CLÁUSULA 7ª FORO

As partes elegem o foro da comarca de SIMÕES FILHO/BA, com renúncia a qualquer outro, por mais especial e privilegiado que seja ou venha a ser, para nele serem diminuídas as dúvidas e questões resultantes deste instrumento particular.


E por estarem assim justas e contratadas, assinam as partes este instrumento, em duas ( 2 ) vias, de igual teor, para o mesmo efeito, juntamente com as duas testemunhas presentes.

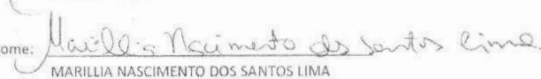
Simões Filho, BA, 14 de Julho de 2020.

  
IOMARA NASCIMENTO SANTANA NUNES  
CURSOS DE LINGUAS HISPANO-AMERICANO

  
SÉRGIO LUIZ SANTANA NUNES

Testemunhas :

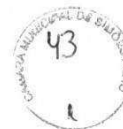
Nome:   
PATRICIA NASCIMENTO DOS SANTOS

Nome:   
MARILLIA NASCIMENTO DOS SANTOS LIMA





MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: **SERGIO LUIZ SANTANA NUNES**  
CPF: **286.290.785-53**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 10:00:32 do dia 07/07/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 03/01/2026.

Código de controle da certidão: **EE2E.3440.51D4.5097**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



ASSINATURA  
CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
Yuri Veloso Rosa e Almeida do Carmo  
Agente de Contratação

A CIDADE PASSA POR AQUI



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

SECRETARIA DA FAZENDA

Emissão: 22/10/2025 09:09

## Certidão Negativa de Débitos Tributários

(Emitida para os efeitos dos arts. 113 e 114 da Lei 3.956 de 11 de dezembro de 1981 - Código Tributário do Estado da Bahia)



Certidão Nº: 20255364147

NOME	
SERGIO LUIZ SANTANA NUNES	
INSCRIÇÃO ESTADUAL	CPF
	286.290.785-53

Fica certificado que não constam, até a presente data, pendências de responsabilidade da pessoa física ou jurídica acima identificada, relativas aos tributos administrados por esta Secretaria.

Esta certidão engloba todos os seus estabelecimentos quanto à inexistência de débitos, inclusive os inscritos na Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, ressalvado o direito da Fazenda Pública do Estado da Bahia cobrar quaisquer débitos que vierem a ser apurados posteriormente.

Emitida em 22/10/2025, conforme Portaria nº 918/99, sendo válida por 60 dias, contados a partir da data de sua emissão.

AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO PODE SER COMPROVADA NAS INSPETORIAS FAZENDÁRIA  
OU VIA INTERNET, NO ENDEREÇO <http://www.sefaz.ba.gov.br>

Válida com a apresentação conjunta do cartão original de inscrição no CPF ou no CNPJ da  
Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.







ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

**Contribuinte:** SERGIO LUIZ SANTANA NUNES

**Endereço:** Rua FELIPE CAMARAO Nº31 - CASA - LUIS EDUARDO MAGALHAES - Simões Filho-BA CEP: 43700-000

**CPF/CNPJ:** 286.290.785-53

Data de emissão: 07/10/2025 Validade: 05/01/2026

Ressalvando o direito do Município cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, **é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda.**

Esta Certidão se refere a inscrição municipal informada no âmbito da Secretaria Municipal da Fazenda, com amparo no artigo 314 da Lei 1.102/2018, que institui o Código Tributário Municipal, combinado com o artigo 205, do Código Tributário Nacional.

A autenticidade deste documento pode ser verificada através do seguinte link:  
<https://gpi09.cloud.ei.com.br/ServerExec/acessoBase/?idPortal=5b0d9cc1-211b-4ffb-a0a3-7a7ecbf439e8&idFunc=f5cb1aab-ffe4-43aa-8ed3-cde72144d105>

Chave de Validação WEB: **ce72314f**

Atenção: Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Página 1 de 1



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO



## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: SERGIO LUIZ SANTANA NUNES

CPF: 286.290.785-53

Certidão n°: 38353871/2025

Expedição: 07/07/2025, às 10:08:35

Validade: 03/01/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **SERGIO LUIZ SANTANA NUNES**, inscrito(a) no CPF sob o n° **286.290.785-53**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



ASSINATURA  
CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
Yuri Veloso Rosa e Almeida do Carmo  
Agente de Contratação

Dúvidas e sugestões: [cnst@tst.jus.br](mailto:cnst@tst.jus.br)

A CIDADE PASSA POR AQUI



## CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão Negativa Correccional - Entes Privados (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: SERGIO LUIZ SANTANA NUNES

CPF/CNPJ: 286.290.785-53

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM, mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes ou de procedimentos acusatórios em andamento, relativos ao CPF/CNPJ consultado.

*Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.*

*Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.*

*O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.*

*O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram quaisquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).*

*O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.*

Certidão emitida às 09:16:12 do dia 22/10/2025, com validade até o dia 21/11/2025.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>




Código de controle da certidão: rJZOyzlD7fNrPmTRz7nu

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



1/1



		PMFS - PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO			
		SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA			
		COORDENAÇÃO DE CADASTRO IMOBILIÁRIO			
CERTIDÃO DE DADOS CADASTRAIS DO IMÓVEL					
NÚMERO DA CERTIDÃO:		5258/2025		DATA DA EMISSÃO: 07/10/2025	
				VALIDADE: 05/01/2026	
SUJEITO PASSIVO:		SERGIO LUIZ SANTANA NUNES		CPF: 286.290.785-53	
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA:		010101700469004			
TIPOLOGIA DA CONSTRUÇÃO:		SALA		CATEGORIA DE USO: SERVIÇOS	
LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL					
ENDEREÇO:		Avenida Altamirando de Araujo Ramos		Nº 00228	
COMPLEMENTO:		NR ANTIGO 224 SALA 02 2º ANDAR			
LOTEAMENTO:				QUADRA: LOTE:	
CONDOMÍNIO:					
BAIRRO:		Centro		CEP.: 43700120	
DADOS DO TERRENO M²			DATA DE LANÇAMENTO: 04/05/2023		
ÁREA DO TERRENO VINCULADO:			398,22		
PRIVATIVO					
PRIVATIVO SEM PRESERVAÇÃO			PRIVATIVO COM PRESERVAÇÃO		
30,51			0,00		
TOTAL DO TERRENO PRIVATIVO			30,51		
ÁREA DE USO COMUM					
COMUM COM PRESERVAÇÃO			COMUM SEM PRESERVAÇÃO		
0,00			0,00		
TOTAL DO TERRENO COMUM			0,00		
DADOS DA CONSTRUÇÃO M²					
PRIVATIVA					
PRIVATIVA COBERTA			PRIVATIVA DESCOBERTA		
60,93			0,00		
MEZANINO			TOTAL		
0,00			60,93		
ÁREA DE USO COMUM					
COMUM COBERTA			COMUM DESCOBERTA		
0,00			0,00		
MEZANINO			TOTAL		
0,00			0,00		
VALOR VENAL PARA IPTU:			R\$ 44.578,98		
OBSERVAÇÃO:					
A presente certidão não exclui o direito da fazenda municipal cobrar em qualquer tempo os débitos que venham a ser apurados pela fiscalização.					
As informações referentes as áreas territoriais e edificadas são coletadas de acordo com a Lei nº 1.102/2018 em consonância com o que está estabelecido nos Artigos nº 86, 91 e 94. Assim, pode não coincidir com as informações consignadas nos Alvarás de Construção e de Habite-se.					
A autenticidade deste documento pode ser verificada através do seguinte link: <a href="https://gpi09.cloud.el.com.br/ServerExec/acessoBase/?idPortal=5b0d9cc1-211b-4ffb-a0a3-7a7ecbf439e8&amp;idFunc=f5cb1aab-ffe4-43aa-8ed3-cde72144d105">https://gpi09.cloud.el.com.br/ServerExec/acessoBase/?idPortal=5b0d9cc1-211b-4ffb-a0a3-7a7ecbf439e8&amp;idFunc=f5cb1aab-ffe4-43aa-8ed3-cde72144d105</a> Chave de Validação WEB: 8060210b					
					



## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO Nº 45112/2025

Nome: SERGIO LUIZ SANTANA NUNES

CPF/CNPJ: 286.290.785-53

A Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A – EMBASA, certifica, para os devidos fins, que, na presente data, não constam débitos, de responsabilidade do cliente acima mencionado, referentes ao fornecimento de água e/ou esgotamento sanitário, prestados por esta empresa, para a(s) matrícula(s) vinculada(s) ao seu CPF/ CNPJ.

Esta Certidão Negativa de Débito tem validade de 30 (trinta) dias, a partir da data de sua expedição, ficando ressalvado o direito da Embasa de cobrar débitos anteriores que vierem a ser apurados. Não tem validade para assinatura de convênios e contratos com o GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA e a sua autenticidade deverá ser confirmada na página do Atendimento Virtual Embasa na internet, no endereço: <https://atendimentovirtual.embasa.ba.gov.br>.

Autenticação: C953-CE27-2EAB-EDF0-C007-27DB-53BB-DA15

Emissão às 09:35 hs do dia 04 de Novembro de 2025

4ª avenida, nº 420 - Centro Administrativo da Bahia - CAB - Cep nº 41745-300 - Salvador - Bahia  
Contato: 0800 0555 195



CÂMARA  
MUNICIPAL DE  
SIMÕES FILHO  
A CIDADE PASSA POR AQUI



CASA LEGISLATIVA  
BIÊNIO 2025-2026



Origem: Diretoria Administrativa

Destino: Recursos Humanos

Prezada Coordenadora,

Cumprimentando-a cordialmente, utilizo-me do presente, para solicitar manifestação quanto à existência de vínculo empregatício entre a Câmara Municipal de Simões Filho e o Sr. SERGIO LUIZ SANTANA NUNES

Oportunamente, apresento meus protestos de estima e consideração.

Simões Filho – BA, 12 de Novembro de 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO

Eudson César da Silva  
Diretor Administrativo

Câmara Municipal de Simões Filho

Praça da Bíblia, s/n, Centro, Simões Filho - Bahia - CEP.: 43.700-00

Telefone: (71) 2108-7200 / (71) 98238-1638

Site: [www.camarasimoesfilho.ba.gov.br](http://www.camarasimoesfilho.ba.gov.br)

À

Ilma. Sra.

Maize Santana dos Santos

Coordenadora de Recursos Humanos

Praça da Bíblia, s/n, Centro, Simões Filho - Bahia - CEP.: 43.700-00

Telefone: (71) 2108-7200

Site: [www.camarasimoesfilho.ba.gov.br](http://www.camarasimoesfilho.ba.gov.br)

CNPJ: 13.612.270/0001-03





ESTADO DA BAHIA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO**  
COORDENAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS



Simões Filho – Bahia 12 de novembro de 2025

Origem: Recursos Humanos

Destino: Diretoria Administrativa

Caro Diretor,

Em atenção a vossa solicitação, declaro para os devidos fins e efeitos legais que o Sr. SERGIO LUIZ SANTANA NUNES, não faz parte do quadro de servidores desta casa legislativa e não recebe nenhum benefício.

Atenciosamente,

  
Maíze Santana dos Santos  
Coordenadora de Recursos Humanos

A CIDADE PASSA POR AQUI



ESTADO DA BAHIA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO**  
DIRETORIA ADMINISTRATIVA



Simões Filho/BA, 12 de novembro de 2025.

**Processo Administrativo:** nº 14155/2025

**Origem:** Diretoria Administrativa


**Destino:** Setor de Contabilidade

**Assunto:** Locação de imóvel destinado para funcionamento dos Gabinetes provisórios dos vereadores, enquanto perdurar o período de reforma do primeiro pavimento do prédio legislativo.

Prezados (a) Senhores (as):

Considerando as necessidades conforme descrição dos serviços nos documentos anexados, venho por meio desta solicitar a Vossa Senhoria, informações quanto à existência de previsão orçamentária para efetuarmos a despesa acima mencionada, através da locação de imóvel em nome do senhor **SERGIO LUIZ SANTANA NUNES**, com o valor total de R\$ 22.156,62 (vinte e dois mil, cento e cinquenta e seis reais e sessenta e dois centavos). Assim solicito também, na oportunidade, que nos discrimine a dotação orçamentária que correrá tal despesa.

Atenciosamente,

  
**Eudson Cerqueira da Silva**  
Diretor Administrativo

Praça da Bíblia, s/n – Centro – CEP. 43.700-00 – Simões Filho – Bahia  
Telefone: (71) 2108-7200  
Site: [www.camarasimoesfilho.ba.gov.br](http://www.camarasimoesfilho.ba.gov.br)



ESTADO DA BAHIA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO**  
DIRETORIA FINANCEIRA  
COORDENAÇÃO CONTÁBIL E FINANCEIRA



Simões Filho, 12 de novembro de 2025.

**Processo Administrativo:** nº 14155/2025

**Origem:** Setor de Contabilidade/ Diretoria Financeira

**Destino:** Diretoria Administrativa

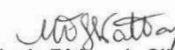
**Assunto:** Locação de imóvel destinado para instalação e funcionamento dos gabinetes provisórios dos vereadores enquanto perdurar o período de reforma do primeiro pavimento do prédio da Câmara Municipal de Simões Filho.

Senhor Diretor:

Em resposta à solicitação formulada por Vossa Senhoria, a respeito da existência de dotação orçamentária, informo que a despesa tem adequação orçamentária anual e compatibilidade com o Plano Plurianual 2022-2025, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2025, sendo constatada a existência de dotação orçamentária conforme abaixo:

- a) **Valor Reservado:** R\$ 22.156,62 (vinte e dois mil cento e cinquenta e seis reais e sessenta e dois centavos) para esta contratação.
- b) **A dotação orçamentária para a despesa será:**
  - Órgão/Unidade:** 01.01.001 – Câmara Municipal de Simões Filho
  - Atividade:** 01.031.001.2.001 – Manutenção dos Serviços Técnicos e Administrativos
  - Elemento de Despesa:** 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros –Pessoa Física.
  - Subelemento de Despesas:** 3.3.90.36.15 – Locação de Imóvel
  - Fonte de Recurso:** 1.500 – Recursos não Vinculados de Impostos

Atenciosamente,

  
**Maria de Fátima da Silva Guache Pattas**  
TÉC. CONTABILIDADE  
Matricula nº 033.032

Praça da Bíblia, s/n – Centro – CEP. 43.700-00 – Simões Filho – Bahia  
Telefone: (71) 2108-7200  
Site: [www.camarasimoes.ba.gov.br](http://www.camarasimoes.ba.gov.br)





ESTADO DA BAHIA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO**  
DIRETORIA ADMINISTRATIVA



Simões Filho/BA, 12 de novembro de 2025.

**Processo Administrativo:** nº 14155/2025.

**Origem:** Diretoria Administrativa

**Destino:** Gabinete da Presidência

**Assunto:** Locação de imóvel destinado para funcionamento dos gabinetes provisórios dos vereadores, enquanto perdurar o período de reforma do primeiro pavimento do Prédio Legislativo.

## INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 013/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Solicito de Vossa Excelência que autorize esse processo de Inexigibilidade de Licitação para a Locação de imóvel destinado para funcionamento dos Gabinetes provisórios dos vereadores, enquanto perdurar o período de reforma do primeiro pavimento do prédio legislativo.

O valor para esta contratação é de R\$ 22.156,62 (vinte e dois mil, cento e cinquenta e seis reais e sessenta e dois centavos) e considerando as características e natureza do objeto, tal contratação se enquadra no Art. 74, inciso V, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, conforme de passa a expor:

### DA JUSTIFICATIVA:

As compras e contratações das entidades públicas seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei. Nos termos do Art. 74, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/21, inclui expressamente a hipótese de "compra ou locação de imóvel" como

Praça da Bíblia, s/n – Centro – CEP. 43.700-00 – Simões Filho – Bahia  
Telefone: (71) 2108-7200  
Site: [www.camarasimoesfilho.ba.gov.br](http://www.camarasimoesfilho.ba.gov.br)



ESTADO DA BAHIA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO**  
DIRETORIA ADMINISTRATIVA



possibilidade de inexigibilidade desde que atendidos os requisitos legais. Um requisito a ser observado é a certificação de inexistência de imóveis públicos vagos e disponíveis que atendam à necessidade administrativa.

Em face do disposto na Lei 14.133/2021 e da situação concreta, justifica-se a adoção da modalidade de contratação por inexigibilidade pelos motivos de;

**Inviabilidade de competição** – O mercado local de imóveis cadastrados, disponíveis para locação imediata e com características compatíveis (dimensão, localização, adaptação mínima, prazo de disponibilização) revelou-se reduzido ou inexistente. A busca por alternativas encontrou apenas este imóvel apto a suprir a necessidade temporária, com entrega imediata e condições adequadas; **Imóvel singular para o fim pretendido** – A opção por este imóvel decorre das suas características específicas: proximidade ao prédio legislativo (facilitando a transição e o acesso de vereadores, servidores e público), condições físicas prontas ou com adaptação mínima e prazo de disponibilidade adequado ao cronograma da reforma. As demais opções de imóveis concorrentes apresentavam condições inferiores, exigiam adaptações extensivas ou estavam em locais menos acessíveis, o que comprometeria o funcionamento legislativo; **Certificação de inexistência de imóvel público disponível** – Verificou-se que não há imóvel público municipal vago ou disponível que atenda, no momento, aos requisitos de localização, dimensão e infraestrutura, dentro do prazo compatível com o cronograma da reforma do 1º pavimento. Assim, torna-se inviável buscar imóvel público próprio, o que reforça a necessidade de locação privada como solução imediata; **Temporalidade e excepcionalidade** – A locação tem caráter provisório, vinculada à reforma do prédio legislativo, o que reforça o caráter excepcional da contratação e a necessidade de agilidade, diante do interesse público de continuidade das atividades dos vereadores e atendimento ao público; **Vantajosidade e economicidade** – A análise comparativa demonstra que a locação desse imóvel se apresenta como a opção mais vantajosa frente às alternativas existentes – em termos de prazo, custo, adaptabilidade e proximidade – e assegura o desempenho regular da atividade legislativa. A contratação direta por

Praça da Bíblia, s/n – Centro – CEP. 43.700-00 – Simões Filho – Bahia  
Telefone: (71) 2108-7200  
Site: [www.camarasimoesfilho.ba.gov.br](http://www.camarasimoesfilho.ba.gov.br)



ESTADO DA BAHIA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO**  
DIRETORIA ADMINISTRATIVA




inexigibilidade permite responder com maior celeridade à necessidade administrativa premente, evitando o risco de paralisação ou prejuízo ao funcionamento dos gabinetes e ao atendimento público.

Diante do exposto, fica consignado nos autos do respectivo Processo de Inexigibilidade, a documentação do senhor **SERGIO LUIZ SANTANA NUNES** proprietário do imóvel, que atesta regularidade fiscal e trabalhista, contrato de compra e venda do imóvel, bem como os demais documentos exigidos. Assim, permite concluir que se chegará à plena satisfação do objeto do contrato, o que evidencia, ainda, a singularidade do imóvel a ser oferecido.

Vale ressaltar que a Diretoria Financeira já constatou a existência de disponibilidade financeira para atender à contratação em tela conforme documento acostado no processo. Por isso, venho requerer que Vossa Excelência se manifeste pela autorização ou não da contratação deste processo administrativo.

Atenciosamente,

  
Eudson Cerqueira da Silva  
Diretor Administrativo

Praça da Bíblia, s/n – Centro – CEP. 43.700-00 – Simões Filho – Bahia  
Telefone: (71) 2108-7200  
Site: [www.camarasimoesfilho.ba.gov.br](http://www.camarasimoesfilho.ba.gov.br)



ESTADO DA BAHIA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO**  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA



Simões Filho/BA, 12 de novembro de 2025.

**Processo Administrativo:** nº 14155/2025

**Origem:** Gabinete da Presidência

**Destino:** Coordenação de Compras e Licitações

**Assunto:** Locação de Imóvel destinado para funcionamento dos gabinetes provisórios dos vereadores, enquanto perdurar o período de reforma do primeiro pavimento do Prédio Legislativo.

## DESPACHO

Tendo em vista que o setor competente assegurou a disponibilidade de recursos, autorizo o prosseguimento do presente processo administrativo para Locação de imóvel destinado para funcionamento dos gabinetes provisórios dos vereadores, enquanto perdurar o período de reforma do primeiro pavimento do Prédio Legislativo, com o senhor **SERGIO LUIZ SANTANA NUNES**. Submeta-se à Coordenação de Compras e Licitações e posteriormente, à Procuradoria Jurídica desta Casa Legislativa, para apreciação acerca da legalidade da **INEXIGIBILIDADE nº 013/2025**.



**UILTON RAMOS DE ALENCAR**

Presidente da Câmara Municipal de Simões Filho

Praça da Bíblia, s/n – Centro– Simões Filho – Bahia–CEP.: 43.700-00  
Telefone: (71) 2108-7200  
Site: [www.camarasimoesfilho.ba.gov.br](http://www.camarasimoesfilho.ba.gov.br)





ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA



## AVALIAÇÃO DE BENS - IMÓVEL URBANO

O presente Laudo foi elaborado em atendimento às diretrizes gerais e específicas da NBR 14653 Avaliação de Bens da Associação Brasileira de Normas Técnicas- ABNT em suas partes: 1 - Procedimentos Gerais e 2 - Imóveis Urbanos.

### 1. SOLICITANTE:

CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO

### 2. PROPRIETÁRIO:

SERGIO LUIZ SANTANA NUNES

### 3. FINALIDADE DO LAUDO:

Avaliação de imóvel urbano destinado para funcionamento de Gabinetes de Vereadores da Câmara de Simões Filho.

### 4. OBJETIVO DA AVALIAÇÃO:

Determinação do valor de mercado para locação do avaliando.

#### 4.1 Tipo do bem:

Edificação em concreto armado.

#### 4.2 Descrição sumária do bem:

Imóvel localizado na Av. Altamirando de Araújo Ramos, nº 00228, Sala 02, 2º andar - Centro, CEP 43.700-120 - Simões Filho, Bahia.

O avaliando consiste em uma edificação composta por 03 (três) salas, 01 (um) vão livre e 02 (dois) banheiros.

Área total construída = 60,93m².

#### 4.3 Ocupante do imóvel:

Câmara de Simões Filho.

#### 4.4 Tipo de ocupação:

Imóvel locado para funcionamento de Gabinetes de Vereadores da Câmara de Simões Filho.

### 5. PRESSUPOSTOS, RESSALVAS E FATORES LIMITANTES:

Os trabalhos técnicos, envolvendo vistoria ao local, contatos, levantamento de dados e cálculos foram realizados no mês de outubro de 2025.

Os dados obtidos no mercado imobiliário local foram fornecidos por proprietários de imóveis, corretores, imobiliárias e profissionais habilitados, portanto, são premissas aceitas como válidas corretas e fornecidas de "boa fé".

O imóvel foi avaliado na suposição de que esteja livre e desembaraçado de ônus, encargos ou gravames de qualquer natureza que possam afetar o seu valor, pressupondo-se que as medidas do terreno e de construção, bem como seus

  
JEFFERSON GIOVANNI DE C. ALVES  
ASSESSOR ESPECIAL I DE ENGENHARIA



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA



respectivos títulos, estejam corretos, registrados em cartório e que a documentação enviada para consulta seja a vigente.

Não foram efetuadas análises jurídicas da documentação do imóvel, ou seja, de investigações específicas relativas a defeitos em títulos, invasões, hipotecas, desapropriações, superposição de divisas, usufrutos, sub-rogação de vínculos e outros por não se integrarem ao escopo desta avaliação.

Não foram consultados os órgãos públicos de âmbito Municipal, Estadual ou Federal, quanto à situação legal e fiscal do imóvel, como existência de dívidas tributárias, execução fiscal, ações judiciais de execução ou de reintegração de posse, ou outras ações judiciais que não tenham o imóvel por objeto, mas que possam vir a incidir sobre ele como, por exemplo, execução por dívidas (trabalhistas, previdenciárias, etc.) dentre outras.

Ressalte-se que não foram levantados eventuais passivos ambientais relativos ao imóvel avaliando.

O signatário não assume responsabilidade sobre matéria legal ou de engenharia fornecidos pelo interessado, excluindo as necessárias para o exercício de suas funções.

Foram efetuadas medições de campo, além de analisadas, ainda, informações complementares de apoio, obtidas durante a visita ao local, que serviram de base para os cálculos e apropriação final de valor.

## 6. IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO E DO IMÓVEL AVALIANDO:

### 6.1 Caracterização da Região:

O Centro de Simões Filho, onde fica localizado o avaliando, caracteriza-se por ocupação diversificada com imóveis comerciais, residenciais, prédios públicos, sendo uma área valorizada, próxima a Ferrovia Centro Atlântica, pequenos mercados, comércio, clínicas médicas da Rede Municipal, farmácias, restaurantes etc. A rua do avaliando possui infraestrutura completa com pavimentação, redes de abastecimento de água, energia, telefonia, etc.

### 6.2 Equipamento Urbanos e Comunitários Melhoramentos:

Rede de Água	:	Existente
Coleta de Lixo	:	Existente
Energia Elétrica	:	Existente
Drenagem de Água Pluvial	:	Existente
Esgotamento Sanitário	:	Existente
Iluminação Pública	:	Existente
Pavimentação Asfáltica	:	Existente
Telefone	:	Existente

  
JEFFERSON ROBERTO DE L. ALVES  
ASSESSOR ESPECIAL 1 DE ENGENHARIA



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA



### 6.3 Atividades Existentes no Entorno - Serviços:

Comércio	:	Até 50m
Escolas	:	Até 300m
Serviços Médicos	:	Até 500m
Recreação e Lazer	:	Até 500m
Correios	:	Até 1000m
Agências Bancárias	:	Até 50m
Transporte	:	Até 100m

### 6.4 Caracterização da Construção:

Zoneamento: O imóvel enquadra-se em **ZR-2- Zona Residencial 2**.

O avaliando consiste em uma **edificação composta por 03 (três) salas, 01 (um) vão livre e 02 (dois) banheiros**.

As paredes da edificação são construídas em alvenaria de blocos cerâmicos vazados. Na área interna, possui divisórias em madeira e vidro. Na área externa, as paredes são rebocadas e pintadas. Os pisos na área interna possuem revestimento cerâmico. As esquadrias (portas e janelas) são de madeiras, e portões de aço de enrolar.

Cobertura:

Salas em laje de concreto armado.

As instalações elétricas e hidráulicas são próprias para o padrão construído e estão em bom estado de conservação.

#### 6.4.1 Estado atual da construção:

Na vistoria efetuada nos sistemas construtivos da edificação, foram verificadas que a construção se encontra em bom estado de conservação.

#### 6.4.2 Características principais:

Estrutura	:	Em concreto;
Fechamento	:	Alvenaria de blocos cerâmicos;
Fachada	:	Reboco com aplicação de pintura;
Idade da construção	:	Aproximadamente quinze (15) anos;
Estado de Conservação	:	Bom estado de conservação.

  
JEFFERSON GIOVANI DE L. ALVES  
ASSESSOR ESPECIAL 1 DE ENGENHARIA



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA



#### 6.4.3 Acabamentos:

Piso	Área interna: revestimento cerâmico e na área externa, cimentado;
Paredes	Divisórias em madeira e vidro.
Esquadrias	Portas e janelas em madeira e grades em ferro.

#### 7. DIAGNÓSTICO DO MERCADO:

A região onde está localizado o avaliando é uma área valorizada no município, sendo ocupada por edificações de padrão de nível médio.

O imóvel avaliando é classificado como:

- a) Liquidez: Normal
- b) Desempenho de mercado: Normal
- c) Número de ofertas: Alto
- d) Absorção pelo mercado: Normal
- e) Público alvo para absorção do bem: Comercial
- f) Facilitadores para negociação do bem: Bom padrão construtivo e boa localização.

#### 8. INDICAÇÃO DO MÉTODO E PROCEDIMENTO UTILIZADO:

##### Método comparativo direto de dados de mercado.

Foi realizada na região do avaliando uma pesquisa de aluguel de imóveis comerciais e residenciais e em seguida, procedeu-se com o tratamento dos dados com a utilização de homogeneização para tornar as amostras com características as mais próximas possíveis do avaliando. Logo após, aplicaram-se os cálculos estatísticos conforme memorial de cálculo (ANEXO I), para obtenção do valor de mercado por metro quadrado deste tipo de imóvel na região, e determinar o valor do aluguel do avaliando.

  
JEFFERSON GUVANI DE L. ALVES  
ASSESSOR ESPECIAL I DE ENGENHARIA





ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA



**9. PESQUISA DE VALORES E TRATAMENTO DOS DADOS:**  
Elementos Comparativos - Pesquisa de mercado:

Nº	Informante	Data	Endereço	Bairro	Área construída (m²)	Tipo de ocupação	Transação	Valor locação (R\$)
01	OLX	04/2025	Rua Vital Brasil N 144B Pitanguinha velha	Pitanguinha	110	Comércio	Locação	2000
02	OLX	04/2025	Jardim São João de Deus, Simões Filho - BA, 43700-000	Centro	150	Comércio	Locação	3000
03	OLX	04/2025	Av. Altamirando de Araujo Ramos, 421	Centro	15	Comércio	Locação	450
04	OLX	04/2025	Simões Filho, Cia Sul	Cia Sul	3.000	Comércio	Locação	45000
05	OLX	04/2025	Simões Filho, Cia Sul	Cia Sul	590	Comércio	Locação	14300

  
JEFFERSON GIOVANNI DE L. ALVES  
SESSOR ESPECIAL I DE ENGENHARIA


 ESTADO DA BAHIA  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA


### 9.1 Tratamento dos dados:

Conforme demonstrado no **ANEXO I**.

Tipo de tratamento:

O tratamento adotado para os dados pesquisados foi de homogeneização das amostras por fatores de homogeneização.

Está técnica consiste em proceder a modificações nos preços de cada elemento da amostra, decorrentes da alteração dos diversos atributos, de modo que, ao final do tratamento, os preços homogeneizados se refiram a um imóvel de características padronizadas, que poderão até mesmo ser coincidentes com a do imóvel adotado.

O campo de arbitrio corresponde ao intervalo compreendido entre o valor máximo e mínimo dos preços homogeneizados que efetivamente foram utilizados no tratamento dos dados, limitado a 10% entorno do valor calculado.

### 10. GRAU DE FUNDAMENTAÇÃO E PRECISÃO:

Este laudo, segundo a classificação da NBR 14.653-2 Avaliação de bens - Parte 2 Imóveis Urbanos da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, fica enquadrado nas seguintes situações:

**Grau de Fundamentação = Grau II** conforme Tabela 3, considerando que foram utilizadas **cinco (5) amostras**.

**Grau de Precisão = Grau III** conforme Tabela 5, tendo em vista que o Cálculo de Amplitude (Intervalo de Confiança) ficou em 88,93% demonstrado no **ANEXO I**.

Tabela 3 - Grau de fundamentação no caso de utilização do tratamento por fatores da ABNT NBR 14653-2:2011

Tabela 3 - Grau de fundamentação no caso de utilização do tratamento por fatores

Item	Descrição	Grau		
		III	II	I
1	Caracterização do imóvel avaliado	Completa quanto a todos os fatores analisados	Completa quanto aos fatores utilizados no tratamento	Adoção de situação paradigma
2	Quantidade mínima de dados de mercado, efetivamente utilizados	12	5	3
3	Identificação dos dados de mercado	Apresentação de informações relativas a todas as características dos dados analisados, com foto e características observadas pelo autor do laudo	Apresentação de informações relativas a todas as características dos dados analisados	Apresentação de informações relativas a todas as características dos dados correspondentes aos fatores utilizados
4	Intervalo admissível de ajuste para o conjunto de fatores	0,80 a 1,25	0,50 a 2,00	0,40 a 2,50 *

\* No caso de utilização de menos de cinco dados de mercado, o intervalo admissível de ajuste é de 0,60 a 1,25, para a amostra que, com um número menor de dados de mercado, a amostra seja menos heterogênea.

  
 JEFFERSON G. DE A. ALVES  
 ASSESSOR ESPECIAL I DE ENGENHARIA

6



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA



Tabela 4 - Enquadramento do laudo segundo seu grau de fundamentação no caso de utilização de tratamento por fatores da ABNT NBR 14653-2:2011

Tabela 4 – Enquadramento do laudo segundo seu grau de fundamentação no caso de utilização de tratamento por fatores

Graus	III	II	I
Pontos mínimos	10	6	4
Itens obrigatórios	Itens 2 e 4 no Grau III, com os demais no mínimo no Grau II	Itens 2 e 4 no mínimo no Grau II e os demais no mínimo no Grau I	Todos, no mínimo no Grau I

Tabela 5 - Grau de precisão nos casos de utilização de modelos de regressão linear ou de tratamento por fatores da ABNT NBR 14653-2:2011

Tabela 5 – Grau de precisão nos casos de utilização de modelos de regressão linear ou do tratamento por fatores

Descrição	Grau		
	III	II	I
Amplitude do intervalo de confiança de 80 % em torno da estimativa de tendência central	≤ 30 %	≤ 40 %	≤ 50 %

NOTA: Quando a amplitude do intervalo de confiança ultrapassar 50 %, não há classificação do resultado quanto à precisão e é necessária justificativa com base no diagnóstico do mercado.

#### 11. RESULTADO DA AVALIAÇÃO E DATA DE REFERÊNCIA:

##### Valor de Mercado:

Conclui-se que o valor da locação mensal do avaliando Imóvel localizado na Av. Altamirando de Araújo Ramos, nº 00228, Sala 02, 2º andar - Centro, CEP 43.700-120 - Simões Filho, Bahia, desta avaliação, deve estar contido no intervalo de R\$ 3.021,35 (Três mil vinte e um reais e trinta e cinco centavos) e R\$ 3.692,77 (Três mil seiscentos e noventa e dois reais e setenta e sete centavos).

#### 12. OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES IMPORTANTES:


Não faz parte deste laudo a análise da documentação do imóvel. Para esta avaliação considerou-se que o imóvel está livre de quaisquer ônus ou problema que impeçam sua utilização ou comercialização.

Os valores encontrados neste laudo representam uma situação particular, inserida no contexto presente no momento da elaboração do mesmo.

Não utilizar os valores obtidos neste laudo como subsídio para negociações na ocorrência de fato econômico que possam influenciar o valor de mercado.

#### 13. PROFISSIONAL RESPONSÁVEL:

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART (anexo), pelo Imóvel localizado na Av. Altamirando de Araújo Ramos, nº 00228, Sala 02, 2º andar - Centro, CEP 43.700-120 - Simões Filho, Bahia.

  
JEFFERSON SOUZA DE L. ALVES  
ASSESSOR ESPECIAL I DE ENGENHARIA

Simões Filho, Bahia, 14 de novembro de 2025.

7



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA



## ANEXO I

### MEMÓRIA DE CÁLCULO

  
JEFFERSON GIOVANNI DE L. ALVES  
ASSESSOR ESPECIAL I DE ENGENHARIA





ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA



## 1- Memorial de Cálculo do tratamento por fatores de homogeneização para o imóvel avaliando

Imóvel avaliando: localizado na Av. Altamirando de Araújo Ramos, nº 00228, Sala 02, 2º andar - Centro.

Número de amostras: 6

Amostra	Área construída	Valor (R\$)	Valor do m²	Fo	Ft	Fz	Valor m² Homogenizado	Observação
1	50,00	5.000,00	100,00	1,1	1	1	110,00	Amostra pertinente
2	40,00	2.500,00	62,50	1	1	1	62,50	Amostra pertinente
3	800,00	26.000,00	32,50	1	1	1	32,50	Amostra pertinente
4	64,00	700,00	10,94	1,1	1,1	1,1	14,56	Amostra pertinente
5	21,42	1.800,00	84,03	1	1	1	84,03	Amostra pertinente
6	1.676,58	45.252,00	26,99	1	1	1	26,99	Amostra pertinente

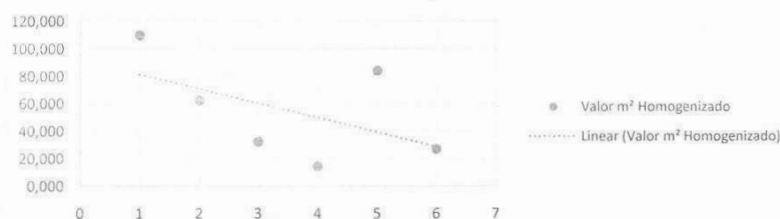
Média	55,10
Desvio P.	37,01

Fator de oferta (Fo)

Fator de localização ou transposição (Ft)

Fator de aproveitamento ou zoneamento (Fz)

Gráfico de dispersão



### 1.1 - SANEAMENTO AMOSTRAI PELO CRITÉRIO DE CHAUVENET

Verificação dos valores pelo Critério Excludente de Chauvenet

O quociente entre o desvio (d) de cada amostra e o desvio padrão deve ser menor que o valor crítico (VC) fornecido pela tabela de Chauvenet, ou seja:  $d = |X_i - \bar{X}| / S < VC$

Amostra	Quociente de Desvio	VC	Observação
1	1,483269999	1,65	Amostra pertinente
2	0,200000538	1,65	Amostra pertinente
3	0,610485438	1,65	Amostra pertinente
4	1,09521515	1,65	Amostra pertinente
5	0,781756928	1,65	Amostra pertinente
6	0,759326877	1,65	Amostra pertinente

*Jeferson*  
JEFERSON GIOVANI DE L. ALVES  
ASSESSOR ESPECIAL I DE ENGENHARIA



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA



## 2. Memória de Cálculo (campo de arbitrio e intervalo de confiança)

1- Grau de liberdade:	5
2- Média:	55,0970143
3- Desvio Padrão	37,0148292
4- Valor mínimo	14,5578125
5- Valor máximo	110
6- Coeficiente de Variação, CV= 100 S/X	67%

## 2.1 Cálculo do intervalo de confiança

Da fórmula  $(X_{ta} * S / (n-1)AI/2)$ 

Xta	1,48
Grau de liberdade	80%
Grau de confiança	24,499232
Amplitude do Grau	88,93%

O intervalo de Confiança		Campo de Arbitrio ( 10%)	
Limite Superior	79,596	Limite Superior	60,607
Valor médio	55,097	Valor médio	55,097
Limite Inferior	30,598	Limite Inferior	49,58731283
Intervalo adotado			
Descrição	Área construída(m²)		Valor
Limite Superior	60,607		R\$ 3.692,77
Valor médio	55,097	60,93	R\$ 3.357,06
Limite Inferior	49,5873128		R\$ 3.021,35

Este item tem peso de 1/4 do valor da locação de área construída:

O intervalo de Confiança		Campo de Arbitrio ( 10%)	
Limite Superior	38,273	Limite Superior	15,152
Valor médio	13,774	Valor médio	13,774
Limite Inferior	-10,725	Limite Inferior	12,39682821
Intervalo adotado			
Descrição	Área coberta e descoberta(m²)		Valor
Limite Superior	15,152		R\$ -
Valor médio	13,774	0,00	R\$ -
Limite Inferior	12,3968282		R\$ -

Desta forma, o valor da locação é determinado através da seguinte solução:			
VALOR DO SOMATÓRIO DAS ÁREAS (Área Construída + Área Coberta e descoberta) = Valor final			
Limite Superior	R\$	3.692,77	
Valor Médio	R\$	3.357,06	
Limite Inferior	R\$	3.021,35	
Conclusão: O valor de mercado para o aluguel do imóvel avaliado deve estar entre:			
R\$ 3.021,35	e	R\$ 3.692,77	

*Ja*  
JEFFERSON GIOVANI DE L. ALVES  
ASSESSOR ESPECIAL I DE ENGENHARIA



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA



## ANEXO II

## CATÁLOGO FOTOGRÁFICO

  
JEFFERSON GIOVANNI DE L. ALVES  
ASSESSOR ESPECIAL I DE ENGENHARIA



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

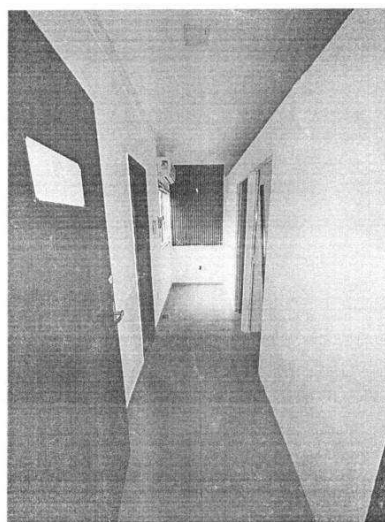


Imagem 1 – Ambiente Interno do Avaliando

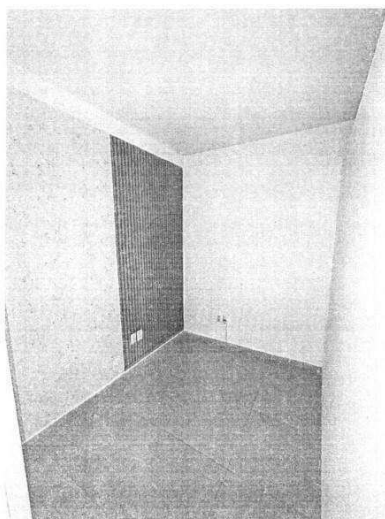


Imagem 2 – Sala 01 do Avaliando

  
JEFFERSON GUARANÍ DE L. ALVES  
ASSESSOR ESPECIAL I DE ENGENHARIA





ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

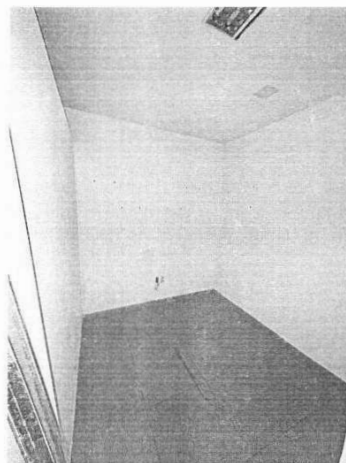


Imagem 3 – Sala 02 do Avaliando



Imagem 4 – Sala 03 do Avaliando

  
JEFFERSON COLMAN DE L. ALVES  
ASSESSOR ESPECIAL I DE ENGENHARIA



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

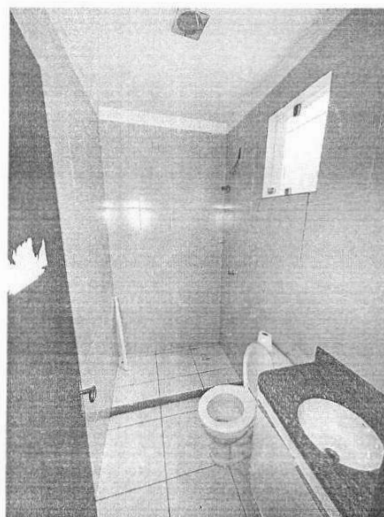


Imagem 5 – Banheiro do Avaliando

  
JEFERSON GIOVANNI DE L. ALVES  
ASSESSOR ESPECIAL I DE ENGENHARIA



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA



## ANEXO III

### ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - ART

  
JEFFERSON GIOVANI DE L. ALVES  
ASSESSOR ESPECIAL I DE ENGENHARIA

Página 1/1

 **Anotação de Responsabilidade Técnica - ART**  
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

**CREA-BA**

**ART CARGO-FUNÇÃO**  
Nº BA20251099440

**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia**

INICIAL

1. Responsável Técnico

JEFERSON GIOVANI DE LIMA ALVES  
Título profissional: ENGENHEIRO CIVIL

RNP: 0521341981  
Registro: 3000136859BA

2. Contratante

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMOES FILHO  
PRAÇA SETE DE NOVEMBRO  
Complemento: Bairro: CENTRO  
Cidade: SIMÕES FILHO UF: BA CEP: 43700000  
País: Brasil  
Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Público  
Ação Institucional: NENHUMA - NAO OPTANTE

3. Vínculo Contratual

Unidade administrativa: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMOES FILHO  
PRAÇA PRAÇA SETE DE NOVEMBRO Nº: 359  
Complemento: Bairro: CENTRO  
Cidade: SIMÕES FILHO UF: BA CEP: 43700000  
Data de início: 05/05/2025 Previsão de término: Não especificado  
Tipo de vínculo: EMPREGADO  
Identificação do cargo/função: Quadro Técnico

4. Atividade Técnica

	Quantidade	Unidade
1000 - OUTRA		
44 - DESEMPENHO DE CARGO TÉCNICO > OBRAS E SERVIÇOS - CARGO/FUNÇÃO > #3367 - VÍNCULO TÉCNICO COM A EMPRESA (DESEMPENHO DE CARGO/FUNÇÃO TÉCNICA DENTRO DA EMPRESA)	40,00	h/sem

A mudança de cargo ou função exige o registro de nova ART

5. Observações

DESEMPENHO DE CARGO TECNICO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS

6. Declarações

- Declaro que estou cumprindo as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.

7. Entidade de Classe

NENHUMA DAS ENTIDADES

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Local \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

JEFERSON GIOVANI DE LIMA ALVES - CPF: 062.185.315-11  
JEFERSON GIOVANI DE L. ALVES  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMOES FILHO  
Secretaria de Infraestrutura  
MAT: 948208

9. Informações


A autenticação desta ART pode ser verificada em <https://crea-ba.sitac.com.br/publico/>


10. Valor

Valor da ART: R\$ 103,03 Registrada em: 02/09/2025 Valor pago: R\$ 103,03 Nosso Número: 60895796

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <http://crea-ba.sitac.com.br/publico/>, com a chave: a0631  
Impressão em: 03/09/2025 às 09:28:19 por: , ip: 200.216.78.66

[www.crea-ba.org.br](http://www.crea-ba.org.br) [creaba@crea-ba.org.br](mailto:creaba@crea-ba.org.br)  
Tel: (71) 3453-8990 Fax: (71) 3453-8989

 **CREA-BA**  
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia







ESTADO DA BAHIA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO**  
DIRETORIA ADMINISTRATIVA  
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Simões Filho- BA, 21 de novembro de 2025.

**Processo Administrativo:** nº 14155/2025

**Origem:** Coordenação de Compras e Licitações

**Destino:** Procuradoria Jurídica

**Assunto:** Locação de imóvel destinado para funcionamento dos gabinetes provisórios dos vereadores, enquanto perdurar o período de reforma do primeiro pavimento do Prédio Legislativo.

## RECONHECIMENTO DE MODALIDADE

O Gabinete da Presidência encaminhou a esta Coordenação, uma solicitação de manifestação acerca do processo administrativo nº 14155/2025, que visa contratar com o senhor **SERGIO LUIZ SANTANA NUNES**, para Locação do imóvel destinado para funcionamento dos gabinetes provisórios dos vereadores, enquanto perdurar o período de reforma do primeiro pavimento do Prédio Legislativo.

A Diretoria Administrativa, enquanto setor demandante, justifica a necessidade de locação de imóvel destinado para funcionamento dos gabinetes provisórios em razão da reforma do primeiro pavimento do Prédio Legislativo, não havendo espaço físico no pavimento térreo para comportá-los. Considerando ainda que para o pleno funcionamento do referido objeto é indispensável a locação do imóvel com características específicas de localização e espaço físico adequado, com salas amplas e em número suficiente para acomodação de todos os gabinetes de forma a viabilizar o atendimento de forma eficiente e segura. Considerando também a necessidade de o imóvel atender aos requisitos mínimos estabelecidos por esta Casa Legislativa, como localização estratégica, facilidade de acesso e proximidade. Tendo em vista que a Câmara Municipal não dispõe de imóvel de sua propriedade que possa abrigar os serviços objeto desse processo, justifica-se a escolha do imóvel a ser locado, que diante das características estruturais, de instalação e peculiaridades quanto à região (acesso,

1

CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
Yuri Veloso Rosa e Almeida do Carmo  
Agente de Contratação

A CIDADE PASSA POR AQUI



ESTADO DA BAHIA

**CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO**

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

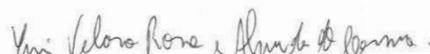
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



segurança, proximidades, etc.), o imóvel ambicionado é o único imóvel na área que atende as necessidades e possui preço compatível com o que é praticado no mercado.

Assim, verificou-se, com base no Termo de Referência, que a contratação solicitada se enquadra na hipótese de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, prevista no art. 74, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas posteriores alterações, destacando-se que foi acostado ao processo toda a documentação que comprova a regularidade jurídica, fiscal e trabalhista do supracitado, necessário à regular contratação, bem como restou demonstrado que a sua finalidade e o seu ramo são pertinentes ao objeto deste processo, denotando em conjunto a inviabilidade de competição.

Diante do exposto, opino pelo reconhecimento da modalidade de contratação direta por inexigibilidade, salvo melhor juízo, cabendo à Administração a tomada de decisão pela contratação ou não na modalidade indicada. Submeto à Procuradoria Jurídica para análise e emissão de parecer legal.

  
Yuri Veloso Rosa e Almeida do Carmo

Agente de Contratação

Portaria nº 320/2025

## DIÁRIO OFICIAL

Edição 2.461 | Ano 2025  
08 de janeiro de 2025  
Página 4



Câmara Municipal  
**SIMÕES FILHO**

PORTARIA N.º 320/2025



ESTADO DA BAHIA  
CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO-BA  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PORTARIA N.º 320/2025

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA  
COMISSÃO E AGENTE DE CONTRATAÇÃO  
CONFORME A Lei 14.133/21.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor:

**CONSIDERANDO** a publicação da Lei Federal 14.133/2021, no dia 01 de abril de 2021, que trata sobre normas de Licitações e contratos Administrativos;

**CONSIDERANDO** que o artigo 7º da Lei Federal 14.133/2021, dispõe que caberá a autoridade máxima do órgão promover a gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução da referida Lei;

**CONSIDERANDO** que nos termos do art. 6º, inciso V, da Lei Federal 14.133/2021, agente público é o indivíduo que, em virtude de eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, exerce mandato, cargo, emprego ou função em pessoa jurídica integrante da Administração Pública;

**CONSIDERANDO** que conforme art. 8º da Lei Federal 14.133/2021, a licitação será conduzida por agente de contratação, pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação;

### RESOLVE:

**Art. 1º** - Designar o servidor YURI VELOSO ROSA ALMEIDA DO CARMO, matrícula 1332, como Agente de Contratação e suplente ELDER CELESTINO DE PAULA, matrícula nº 2306, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

**Art. 2º** Fica instituída, no âmbito da CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO a Comissão de Contratação, composta pelos servidores efetivos, para sob a presidência do primeiro receber, examinar e julgar documentos relativos às licitações e aos procedimentos auxiliares:

1. VAGNER CERQUEIRA SILVA MATOS, matrícula nº 2305 - **PRESIDENTE**
2. YURI VELOSO ROSA E ALMEIDA DO CARMO, matrícula nº 1332 - **MEMBRO**
3. ELDER CELESTINO DE PAULA, matrícula nº 2306 - **MEMBRO**

Praça da Bíblia, s/n - Centro - CEP 43.700-00 - Simões Filho - Bahia  
Telefone: (71) 2108-7200/2108-7221  
Site: www.camarasimoesfilho.ba.gov.br

Certificação Digital: QK2WDZBL-2UYSMTQ-3A4MNI0I-KG2GY8CS

Versão eletrônica disponível em: <https://camarasimoesfilho.ba.gov.br/>

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

A CIDADANIA PASSA POR AQUI

## DIÁRIO OFICIAL



Câmara Municipal  
**SIMÕES FILHO**

Edição 2.461 | Ano 2025  
08 de janeiro de 2025  
Página 5



ESTADO DA BAHIA  
CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO-BA  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete da Presidência, 08 de janeiro de 2025.



UILTON RAMOS DE ALENCAR  
PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE SIMÕES FILHO - BAHIA

Praça da Bitola, s/n - Centro - CEP: 43.700-00 - Simões Filho - Bahia  
Telefax: (71) 2108-7200/2108-7227  
Site: [www.camarasimoesfilho.ba.gov.br](http://www.camarasimoesfilho.ba.gov.br)

Certificação Digital: QK2WDZBL-2UYSMQTQ-3A4MNIQI-KG2GY8CS

Versão eletrônica disponível em: <https://camarasimoesfilho.ba.gov.br/>

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil



## Certificado

A GOV Academy declara que

**YURI VELOSO ROSA E ALMEIDA DO CARMO**

Participou do curso "**Formação de Agente de Contratação e Pregoeiro**", realizado pela GOV Academy, CNPJ: 47.469.238/0001-24, nos dias 19 a 21 de março de 2025, com carga horária de 20h(vinte horas), 100% presencial.

Salvador / BA, 21 de março de 2025



Rafael Logrado | Sócio

gov >>>  
academy

[www.govacademy.com](http://www.govacademy.com)



# SIMÕES FILHO

## A CIDADE PASSA POR AQUI



ESTADO DA BAHIA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO**  
DIRETORIA ADMINISTRATIVA  
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS



## MINUTA DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL (FINS NÃO RESIDENCIAIS) nº ...../2025

MINUTA DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL (FINS NÃO RESIDENCIAIS), QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO E O SENHOR SERGIO LUIZ SANTANA NUNES.

Pelo presente contrato de locação de imóvel à **CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO** ESTADO DA BAHIA, inscrita no CNPJ 13.612.270/0001-03, com sede à Praça da Bíblia, S/N, Centro – Simões Filho–BA, aqui representada pelo seu Presidente, Exmo. Vereador **UILTON RAMOS DE ALENCAR**, brasileiro, portador do RG nº. 537457879 SSP-BA, inscrito no CPF/MF sob o nº. 916.316.375-68, residente e domiciliado em Simões Filho – Bahia, doravante denominado, **LOCATÁRIO** e o Senhor **SERGIO LUIZ SANTANA NUNES**, brasileiro, portador do RG nº 1385699 SSP-BA e CPF nº 286.290.785-53, doravante denominada **LOCADOR**, conforme decisão exarada no Processo Administrativo nº 14155/2025, referente à **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 013/2025**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21 e, consoante as seguintes cláusulas e condições:

### 1. CLAÚSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1 Locação de imóvel destinado para funcionamento dos Gabinetes Provisórios dos Vereadores, enquanto perdurar o período de reforma do primeiro pavimento do Prédio Legislativo.  
§ 1º. O objeto deste CONTRATO será realizado em conformidade com o Termo de Referência (TR) - que juntamente com o Anexo I passam a integrar este instrumento.
- 1.2 Imóvel localizado na Avenida Altamirando de Araújo Ramos, nº 228, Sala 02, 2º andar – Centro, CEP 43.700-120, Simões Filho – Bahia.
- 1.3 Especificações do imóvel: Edificação composta por 3 (três) salas, 01 (um) vão livre e 02 (dois) banheiros.

### 2. CLAÚSULA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 2.1 As despesas para o pagamento deste Contrato correrão por conta do recurso da dotação orçamentária a seguir especificada:

Órgão/Unidade: 01.01.001 – Câmara Municipal de Simões Filho;  
Atividade: 01.031.0001.2.001 – Manutenção dos Serviços Técnicos e Administrativos;  
Elemento de Despesa: 3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física;  
Subelemento da Despesa: 3.3.90.36.15 – Locação de Imóveis  
Fonte de Recursos: 1.500 – Recursos não Vinculados de Impostos.



Página 1 de 5



ESTADO DA BAHIA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO**  
DIRETORIA ADMINISTRATIVA  
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS



3. CLÁUSULA TERCEIRA – REGIME DE EXECUÇÃO, PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 3.1 O regime de execução será o de locação com preço mensal certo;
- 3.2 **O valor global deste contrato é de R\$ 22.156,62 (vinte e dois mil, cento e cinquenta e seis reais e sessenta e dois centavos). Sendo o valor mensal de R\$ 3.692,77 (três mil, seiscentos e noventa e dois reais e setenta e sete centavos), estimado para o período de 06 (seis) meses.**
- 3.3 O LOCADOR declara que o valor supracitado na cláusula 3.2, já inclui todos os tributos incidentes sobre o imóvel, objeto desta avença.
- 3.4 O pagamento será realizado em até 10 (dez) dias, mediante a apresentação do recibo do aluguel, acompanhado das certidões de regularidade fiscal e trabalhista do LOCADOR, após atesto do Fiscal Responsável.
- 3.5 Quando do pagamento, será efetuado a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 3.6 As despesas referentes ao objeto do TERMO DE REFERÊNCIA - TR correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento existente nas dotações, na data dos respectivos empenhos.

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBLOCAÇÃO

- 4.1 É vedado ao LOCATÁRIO sublocar, ceder a terceiros, seja a título gratuito ou oneroso, ou dar destinação diversa ao imóvel.

5. CLÁUSULA QUINTA – VIGÊNCIA E EXECUÇÃO CONTRATUAL

- 5.1 O prazo de vigência é fixado a partir da data da assinatura do contrato de locação, mediante a entrega das chaves, iniciando-se a partir daí o período locatício enquanto durar a reforma do primeiro pavimento do Prédio do Legislativo e a execução do contrato terá a duração de 06 (seis) meses;
- 5.2 Caso a obra do prédio da Câmara Municipal de Simões Filho seja concluída antes do prazo inicialmente previsto, o contrato de locação poderá ser rescindido antecipadamente, a qualquer tempo, sem ônus para o locatário, mediante comunicação prévia por escrito com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

6. CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DO LOCATÁRIO

- 6.1. Pagamento do aluguel, bem como, ao pagamento do consumo de luz referente ao período da locação, e das despesas decorrentes desta contratação;
- 6.2. Fica o LOCATÁRIO autorizado a fazer instalação, adaptação, obra ou benfeitoria, inclusive colocação de iluminação, placas, letreiros e cartazes, se houver;
- 6.3. Encaminhar ao LOCADOR todas as notificações, avisos ou intimações dos poderes públicos que forem entregues a destinação da locação;
- 6.4. Restituir o imóvel, quando finda a locação, no estado em que o recebeu, conforme Laudo de Vistoria, salvo as deteriorações de seu uso normal; e que o LOCATÁRIO poderá exercer o direito de retenção do imóvel locado até que seja devidamente indenizado pela execução;
- 6.5. Realizar Benfeitorias necessárias, quando o LOCADOR, previamente notificado, houver se recusado a realizá-las.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DO LOCADOR

- 7.1. Pagar os impostos incidentes sobre o imóvel, bem como o consumo de água;
- 7.2. Incorrer nas despesas relacionadas com:
- 7.2.1 As Obras ou serviços exigidos pela segurança da construção ou pela correção de falhas ocorridas na edificação do imóvel;
- 7.2.2 Desgastes ou deteriorações anteriores, total ou parcialmente, à presente locação.







ESTADO DA BAHIA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO**  
DIRETORIA ADMINISTRATIVA  
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS



- 7.3. Entregar o imóvel em perfeitas condições de uso para os fins a que se destina;
- 7.4. Garantir, durante o tempo da locação, o uso pacífico do imóvel;
- 7.5. Manter, durante a locação, a forma e o destino do imóvel;
- 7.6. Responder pelos vícios ou defeitos anteriores à locação;
- 7.7. Fornecer ao LOCATÁRIO, caso solicitado, descrição minuciosa do estado do imóvel, quando de sua vistoria para entrega, com expressa referência aos eventuais defeitos existentes;
- 7.8. Fornecer ao LOCATÁRIO recibo discriminando as importâncias pagas, vedadas a quitação genérica;
- 7.9. Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nas tratativas para a efetivação da locação.

**8. CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 8.1. O desatendimento, pelo **LOCADOR**, de quaisquer exigências Contratuais e seus anexos, garantida a prévia defesa e, de acordo com a conduta reprovável (infração), a sujeitará às sanções administrativas previstas no artigo 156 da Lei nº 14.133/2021:
- 8.2. I - advertência;
- 8.3. II - multa;
- 8.4. III - impedimento de licitar e contratar;
- 8.5. IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;
- 8.6. § 1º Na aplicação das sanções serão considerados:
- 8.7. I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 8.8. II - as peculiaridades do caso concreto;
- 8.9. III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 8.10. IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 8.11. V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**9. CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO**

- 9.1. O LOCATÁRIO fiscalizará, mensalmente o imóvel, através de servidor que será designado através de Portaria publicada;
- 9.2. À fiscalização compete:
- 9.3. Relatar em tempo hábil, ocorrências ou circunstâncias que possam acarretar dificuldade no desenvolvimento da locação;
- 9.4. Esclarecer prontamente, às dúvidas que lhe sejam apresentadas pelo LOCADOR, através de correspondência protocolada;
- 9.5. Expedir por escrito, as determinações e comunicações dirigidas ao LOCADOR, determinando as providências necessárias à correção das falhas observadas;
- 9.6. Rejeitar todo e qualquer documento inadequado ou não especificado e estipular prazo para sua retificação;

**10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO**

- 10.1. A não execução, total ou parcial, deste Contrato ensejará a sua rescisão com as consequências contratuais e as previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 1º. O LOCATÁRIO poderá rescindir administrativamente o presente Contrato nas hipóteses previstas no art. 138 da Lei 14.133/2021.

§ 2º. Nas hipóteses de rescisão com base nos incisos I a VIII do art. 137 da Lei 14.133/2021, não cabe ao LOCADOR o direito a qualquer indenização.



A CIDADANIA PASSA POR AQUI





ESTADO DA BAHIA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO**  
DIRETORIA ADMINISTRATIVA  
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS



**11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS**

- 11.1. O LOCADOR declara neste ato, ter pleno conhecimento e compreensão das especificações técnicas, dos documentos e demais condições contratuais, não podendo, pois em nenhuma circunstância, alegar o desconhecimento dos mesmos para isentar-se de responsabilidade pela correta execução do objeto deste Contrato;
- 11.2. A tolerância, ou não exercício pelo LOCATÁRIO de quaisquer direitos a ele assegurados neste Contrato ou na legislação em geral, não importará em renovação ou renúncia a qualquer desses direitos, podendo a mesma exercitá-los a qualquer tempo;
- 11.3. O LOCADOR ficará obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, na forma prevista no art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021 e posteriores alterações;
- 11.4. Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, conforme as disposições do art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – FORO**

- 12.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Simões Filho, Estado da Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas, que subscrevem depois de lido e achado conforme.

Simões Filho, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO – LOCATÁRIO  
**UILTON RAMOS DE ALENCAR**

SERGIO LUIZ SANTANA NUNES - LOCADOR

Testemunhas:

1ª \_\_\_\_\_  
C.P.F:

2ª \_\_\_\_\_  
C.P.F:



Página 4 de 5



ESTADO DA BAHIA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO**  
DIRETORIA ADMINISTRATIVA  
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS



**ANEXO I**  
**REGISTRO DE ANOTAÇÕES DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

REGISTRO DE ANOTAÇÕES DA EXECUÇÃO DO CONTRATO						
<b>OBJETO:</b> Locação de imóvel destinado para funcionamento dos Gabinetes provisórios dos vereadores, enquanto perdurar o período de reforma do primeiro pavimento do Prédio Legislativo.				<b>VIGÊNCIA CONTRATUAL:</b>		
				<b>EXECUÇÃO CONTRATUAL:</b>		
<b>CONTRATADA:</b>				<b>PERÍODO:</b>		
<b>CNPJ:</b>				<b>FISCAL DO CONTRATO:</b> SÉRGIO RICARDO FRAGA SILVA		
<b>RESPONSÁVEL PELA CONTRATADA:</b>				<b>MATRÍCULA:</b> 700		
<b>TELEFONE RESPONSÁVEL:</b>				<b>ENDEREÇO CÂMARA:</b>		
<b>E-MAIL RESPONSÁVEL:</b>						
PROCESSO ADM. Nº 14155/2025 – INEXIGIBILIDADE 013/2025 – CONTRATO Nº XXX/2025						
Nº	OCORRÊNCIA	DATA	DEMANDA SOLICITADA	DATA	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS	DATA
1						
2						
3						
4						
5						
<b>OBSERVAÇÕES:</b>						
<b>DATA:</b>		<b>ASSINATURA/MATRÍCULA/CARIMBO DO RESPONSÁVEL CONTRATADA:</b>				
		<b>ASSINATURA/MATRÍCULA/CARIMBO DO RESPONSÁVEL CONTRATANTE/FISCAL DO CONTRATO:</b>				



Página 5 de 5



**ESTADO DA BAHIA  
CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
PROCURADORIA JURÍDICA**



PARECER JURÍDICO Nº 078/2025  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 14.155/2025  
DISPENSA Nº 013/2025

Inexigibilidade de Licitação. Parecer Jurídico. Locação de Imóvel. Empreitada por preço global. Enquadramento nas Hipóteses Legais. Obediência aos parâmetros do art. 74, V, da Lei Federal nº 14.133/2021. Legalidade da Contratação. Pelo deferimento.

## CONSULTA

Vieram os autos a esta Procuradoria Jurídica para análise e emissão de parecer jurídico concernente ao procedimento administrativo na modalidade **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, cujo objeto é a locação de imóvel destinado para funcionamento dos gabinetes provisórios dos Vereadores, enquanto perdurar o período de reforma do primeiro pavimento do prédio legislativo da Câmara Municipal de Simões Filho/BA.

A Diretoria Administrativa, responsável pela requisição de compras/serviços, apresentou justificativa à aquisição pretendida, conforme documento colacionado ao processo em epígrafe.

De outro norte, consta no processo declaração da Diretoria Financeira desta Administração, confirmando a existência de dotação orçamentária com saldo suficiente para arcar com as despesas que eventualmente vierem a ser despendidas.

A minuta indica o imóvel localizado na Avenida Altamirando de Araújo Ramos, nº 228, Sala 02, 2º andar, Centro, CEP 43.700-120, Simões Filho/BA, com edificação composta por 3 salas, 1 vão livre e 2 banheiros.

O valor global estimado é de R\$ 22.156,62, correspondente ao aluguel mensal de R\$ 3.692,77, para o período estimado de 06 (seis) meses.

Consta, ainda, dotação orçamentária específica, com classificação de despesa compatível com locação de imóveis (3.3.90.36.15 – Locação de Imóveis).

Juntamente com a consulta foram encaminhados requisição da locação do imóvel, contendo justificativa e solicitação de autorização para a contratação; Avaliação de bens/ Imóvel Urbano; Memória de Cálculo; Catálogo fotográfico; Anotação de Responsabilidade Técnica – ART; Termo de Referência; Contrato com a empresa ASTEC Construções LTDA; Portarias de gestão do contrato; Minuta de Contrato de Locação, entre outros elementos que a este pronunciamento se incorporam.







**ESTADO DA BAHIA  
CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
PROCURADORIA JURÍDICA**



É o breve relatório. Passo a opinar.

## 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Cumprido ressaltar que a análise a ser empreendida no presente parecer toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, dos autos do processo em epígrafe, incumbindo a este órgão prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo imiscuir-se na conveniência ou na oportunidade dos atos a serem praticados e os já praticados pela autoridade solicitante, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnica ou administrativa.

Feitas essas considerações preliminares, passemos à análise jurídica propriamente dita.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO

### 2.1 DA INEXIGIBILIDADE

Preambularmente, sobre a obrigatoriedade de licitação, o art. 37, XXI, da CF/88 estabelece:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Como se vê, a exigência de prévia licitação é requisito essencial, de índole constitucional, para a realização de contratos com a Administração. Com efeito, tal exigência se faz necessária para a efetiva concretização dos princípios basilares que regem a Administração Pública, elencados no art. 37, caput, da CF/88.

No entanto, o próprio dispositivo constitucional admite a ocorrência de casos específicos, expressamente previstos pela legislação, em que se permitem exceções à regra geral da prévia licitação como requisito à celebração de contratos com a Administração. Tais exceções encontram-se previstas atualmente nos arts. 74 e 75 da Lei n. 14.133/2021, que tratam, respectivamente, de inexigibilidade e de dispensa de licitação.







**ESTADO DA BAHIA  
CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
PROCURADORIA JURÍDICA**



A leitura dos dispositivos constitucionais e legais sobre o tema permite concluir que a validade da contratação direta está igualmente condicionada à observância dos princípios fundamentais norteadores da licitação – legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa e julgamento objetivo.

Especificamente acerca das hipóteses de inexigibilidade, a contratação direta será possível quando houver inviabilidade de competição, que decorre da falta de um pressuposto lógico da licitação: a própria concorrência. Ou seja, não se mostra razoável exigir da Administração Pública a realização de um procedimento licitatório se desde já é sabido a quem será direcionada a contratação.

Nos dizeres de Lucas Rocha furtado:

“sabe-se que a competição é um dos fundamentos básicos da licitação. Realiza-se esta a fim de que se possa obter a proposta que, nos termos da lei, seja considerada mais vantajosa para a Administração. A licitação não pode ser realizada quando não houver competitividade em relação ao objeto licitado.”

No que interessa por ora, objetiva-se a elaboração de Parecer que abarque a inexigibilidade de licitação prevista no art. 74, inciso V, da Lei n. 14.133/2021, *in verbis*:

**Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:(...)**

**V – Aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha;**

A norma supracitada entende ser inaplicável a regra referente à licitação quando não for viável a competição e para a LOCAÇÃO DE IMÓVEL COM CARACTERÍSTICA PECULIAR.

A hipótese tratada é de inexigibilidade de licitação por inviabilidade de competição, admissível para locação de imóvel quando as características de localização e de instalação tornem necessária a escolha de determinado imóvel (art. 74, inciso V).

Em locações administrativas, a competição nem sempre é “viável e útil”, porque o atendimento da necessidade pública pode exigir imóvel com requisitos específicos (ponto, acesso, proximidade, configuração interna, disponibilidade imediata, instalações, etc.). Nessa modelagem legal, a Administração deve demonstrar — como regra já inserida na instrução — a necessidade pública, a adequação do imóvel às exigências e a compatibilidade do preço com o mercado.





**ESTADO DA BAHIA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO**  
**PROCURADORIA JURÍDICA**



No caso, o objeto contratual está descrito como locação de imóvel para funcionamento temporário de gabinetes, vinculada à reforma do Prédio Legislativo.

Ressalte-se que as hipóteses previstas nos incisos da norma são meramente exemplificativas, sendo certo que na existência de um caso concreto de inviabilidade de competição que não se enquadre em nenhuma das hipóteses ali referidas, aplica-se o caput do artigo.

Com efeito, é importante frisar, mais uma vez, que os requisitos legais de habilitação acerca de contratações administrativas não eximem o futuro contratado por inexigibilidade de licitação de sua regularidade jurídica previstos na Lei Federal nº. 14.133/21.

Assim, observados os preceitos da legislação vigente e os apontamentos acima enumerados, opina-se pela viabilidade jurídica da modelagem de contratação ora apresentada.

## **2.2 COMPROVAÇÃO DA INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO.**

Para que a contratação direta por inexigibilidade, na locação de imóvel, se mantenha hígida perante os princípios da legalidade, motivação, eficiência, economicidade e transparência, a Administração deve demonstrar, de forma objetiva e coerente, o preenchimento cumulativo de três núcleos de requisitos materiais inerentes ao art. 74, inciso V:

- (i) necessidade pública atual e devidamente caracterizada;
- (ii) imprescindibilidade/necessidade de escolha do imóvel em razão de sua localização e de suas instalações;
- (iii) compatibilidade do preço com o praticado no mercado. A hipótese tratada é de inexigibilidade de licitação por inviabilidade de competição, aplicável à locação de imóvel quando as características de localização e de instalação tornem necessária a escolha de determinado bem.

Nessa situação, ainda que existam outros imóveis em tese disponíveis no mercado, a competição se revela inviável ou ineficiente para atender ao interesse público, porque a Administração necessita de imóvel que reúna requisitos objetivos imprescindíveis ao desempenho das atividades públicas, especialmente quanto à localização, acessibilidade, configuração interna e prontidão para uso.

Importa distinguir a inexigibilidade de licitação das hipóteses de dispensa: enquanto a dispensa pressupõe a possibilidade de competição, mas a lei autoriza contratar diretamente por razões específicas, a inexigibilidade decorre de incompatibilidade lógica entre o objeto e uma disputa competitiva útil. Em locações administrativas, a





ESTADO DA BAHIA  
CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
PROCURADORIA JURÍDICA



competição pode ser artificial quando o atendimento da necessidade pública depende, por motivação técnica, de imóvel com características específicas de instalação e localização, tornando a seleção comparativa por "melhor proposta" inadequada ou incapaz de reproduzir, com isonomia, a realidade do mercado para aquela necessidade concreta.

No caso concreto, o objeto contratual é a locação de imóvel destinado ao funcionamento temporário dos gabinetes, em razão de reforma do Prédio Legislativo, o que reforça a exigência de disponibilidade imediata, adequação do layout, acessibilidade e localização compatível com o atendimento ao público e com a continuidade das atividades legislativas.

O primeiro núcleo (necessidade pública) exige delimitação clara da demanda administrativa, com indicação do problema a ser solucionado, do público atendido e do resultado esperado, inclusive evidenciando a temporariedade da solução quando for o caso. O segundo núcleo (**localização e instalações**) demanda que os requisitos do imóvel sejam descritos objetivamente (ex.: **proximidade de órgãos e serviços relevantes, acesso por transporte, segurança, acessibilidade, metragem, número de salas, ventilação/iluminação, banheiros, disponibilidade de energia e internet, possibilidade de instalação de mobiliário e equipamentos, entre outros**), e que se demonstre o nexo causal entre tais requisitos e a necessidade do serviço público. O terceiro núcleo (**preço**) impõe comprovação de que o valor pactuado é compatível com o mercado, sobretudo porque a ausência de disputa formal torna obrigatória a demonstração documental da razoabilidade do preço.

Em síntese, a "necessidade de escolha" prevista no art. 74, inciso V, não se confunde com preferência subjetiva: ela deriva de requisitos técnicos e funcionais que, reunidos, tornam a seleção por competição ampla inadequada, justificando a contratação direta do imóvel que melhor atende ao interesse público, desde que o preço se revele compatível com o mercado.

A melhor doutrina ensina que deve haver uma comunicação entre a necessidade da Administração e as características do imóvel escolhido para ser locado, devendo ser valoradas, para tanto, as características do bem designado, sua localização e as peculiaridades relacionadas ao interesse público envolvido. Elucidando tal apontamento, segue o magistério do professor Marçal Justen Filho, veja-se:

"As características do imóvel (tais como localização, dimensão, edificação, destinação, etc.) são relevantes, de modo que a Administração não tem outra escolha. Quando a Administração necessita de imóvel para destinação peculiar ou com localização determinada, não se torna possível a competição entre particulares. Ou a Administração







ESTADO DA BAHIA  
CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
PROCURADORIA JURÍDICA



encontra o imóvel que se presta a atender seus interesses ou não o encontra. Na primeira hipótese, cabe-lhe adquirir (ou locar) o imóvel disponível; na segunda, é impossível a locação ou aquisição."

Quando se trata de locação de imóvel pela Administração, a inviabilidade de competição pode decorrer das próprias características do bem pretendido. Com efeito, localização, dimensão, configuração/edificação, destinação, acessibilidade, condições de uso e disponibilidade não são meros elementos acessórios; ao contrário, podem constituir requisitos essenciais para que o imóvel atenda ao interesse público, especialmente quando se busca assegurar continuidade do serviço, eficiência administrativa e adequada prestação ao cidadão.

É oportuno destacar que o imóvel supracitado atende as disposições estabelecidas no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da CGU/AGU, que demonstra que a inclusão de critérios e práticas de sustentabilidade não ocorre unicamente no momento do procedimento licitatório. A sustentabilidade estará presente desde o planejamento da contratação, passando o procedimento da licitação e chegando até a execução e fiscalização do contrato e a gestão dos resíduos. Assim, as boas práticas de sustentabilidade deverão ser adotadas pelo locatário na utilização

### 3. CONFORMIDADE DA MINUTA E RECOMENDAÇÕES DE AJUSTE REDACIONAL

A minuta identifica o vínculo com o processo e a inexigibilidade, define objeto e características do imóvel, prevê preço e forma de pagamento e disciplina vigência/rescisão vinculada à conclusão da reforma, com aviso prévio e sem ônus. Isso se mostra adequado ao caráter temporário da locação e à necessidade de continuidade do serviço público.

Ainda assim, recomenda-se ajuste redacional pontual para perfeição técnica:

- Titulo do instrumento: a minuta está nomeada como "Contrato de Prestação de Serviços", embora o objeto seja locação de imóvel. Recomenda-se alterar para "Contrato de Locação de Imóvel (fins não residenciais)", mantendo a referência ao processo.
- Regime de execução: consta "empreitada por preço global", expressão típica de obras/serviços e inadequada para locação. Recomenda-se substituir por redação compatível, como "locação com preço mensal certo" (ou equivalente), preservando o valor global estimado e o valor mensal.
- Registro de execução/fiscalização: a minuta prevê Anexo I – Registro de Anotações da Execução do Contrato, o que é positivo para gestão e fiscalização; recomenda-se o preenchimento completo com identificação do fiscal e dados operacionais, bem como o registro sistemático de ocorrências relevantes (vistoria, manutenção, consumo, entrega/devolução e eventuais ajustes).







**ESTADO DA BAHIA  
CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
PROCURADORIA JURÍDICA**



Tais ajustes não alteram o mérito da contratação, apenas elevam a qualidade formal do instrumento e reduzem riscos de apontamentos de controle.

#### 4. CONCLUSÃO

Considerando o preenchimento dos requisitos que autorizam a contratação, por inexigibilidade de licitação e, demonstrada a inviabilidade da competição, o opinativo desta Procuradoria é pela possibilidade da contratação pretendida, eis que a pretensão deduzida no Termo de Referência encontra amparo normativo.


Recomenda-se também os ajustes redacionais apontados no item 3. deste parecer.

Na oportunidade, sugere-se que o presente feito seja encaminhado ao Controle Interno, a fim de verificar a regularidade dos atos até aqui praticados, advertindo-se que eventuais apontamentos deverão ser superados para que a contratação pretendida seja levada a efeito.

Por derradeiro, cumpre realçar que, caso a área técnica competente discorde da orientação emanada neste pronunciamento, deverá carrear aos autos as justificativas necessárias para embasar a celebração da pretendida avença, sem a necessidade de retorno do feito a esta consultoria jurídica.

É o parecer, salvo melhor juízo, que submeto à apreciação da autoridade superior para regular prosseguimento do feito.

Simões Filho, 25 de novembro de 2025.

  
**MOISÉS SALOMÃO NETO**  
Procurador Geral  
OAB/BA N° 59.482



ESTADO DA BAHIA  
CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
CONTROLADORIA INTERNA



## CHECK-LIST DO CONTROLE INTERNO

**Processo Administrativo nº:** 14.155/2025

**Requerente:** Diretoria Administrativa.

**Modalidade:** Inexigibilidade de Licitação nº 013/2025.

**Objeto:** Locação de imóveis para funcionamento dos Gabinetes provisórios dos vereadores, enquanto perdurar o período de reforma do primeiro pavimento do prédio legislativo.

Cumprindo determinações contidas na Resolução Nº. 1120/2005 do Tribunal de Contas dos municípios do Estado da Bahia que *"Dispõe sobre a criação, a implementação e a manutenção de Sistemas de Controle Interno nos Poderes Executivo e Legislativo municipais, e dá outras providências"*, procede-se à verificação documental do processo, à luz da lei 14.133/2021 e das legislações relacionadas à contratações públicas.

	Sim	Não	Não se aplica
Apresenta capa com identificação número do processo?	X		
Foi apresentada documentação de formalização da demanda?	X		
Possui Termo de Referência?	X		
Foi juntado os decretos e ou Leis a serem observados?	X		
Possui manifestação do proprietário demonstrando interesse na locação?	X		
Foi encaminhado proposta de preço?	X		
Possui documentações do proprietário?			



A CIDADE PASSA POR AQUI

ESTADO DA BAHIA  
CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
CONTROLADORIA INTERNA92  
CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO

	Sim	Não	Não se aplica
Possui documentações do imóvel?			
Foram apresentadas e autenticadas:			
• Certidão Negativa ou positiva com efeito negativo Municipal	X		
• Certidão Negativa ou positiva com efeito negativo estadual	X		
• Certidão Negativa ou positiva com efeito negativo Federal	X		
• Certidão Negativa ou positiva com efeito negativo trabalhista	X		
Foi certificado do que o proprietário do imóvel não faz parte do quadro de servidores, pelo setor de Recursos Humanos?	X		
Houve confirmação do Setor de Contabilidade sobre a existência de saldo para a despesa em comento?	X		
Houve comunicação ao presidente sobre a necessidade e justificativa para a aquisição?	X		
Há autorização da autoridade competente para o feito?	X		
Foi realizado Avaliação do imóvel em análise?	X		
Foi anexado relatório da comissão encaminhado processo ao jurídico?	X		
Foi anexado a qualificação do agente de contratação?	X		
Foi anexado a portaria de nomeação do agente de contratação?	X		
A Minuta de Contrato foi anexado ao Processo?	X		
Há Parecer Jurídico favorável ao procedimento?	X		

A CIDADE PASSA POR AQUI



ESTADO DA BAHIA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO**  
CONTROLADORIA INTERNA



	Sim	Não	Não se aplica
O processo administrativo foi regularmente constituído, devidamente autuado em sequência cronológica, numerado, rubricado?	X		

Ante a análise realizada, verifica-se a presença dos documentos necessários ao prosseguimento do processo em questão.

Simões filho, 27 de novembro de 2025.

  
Jane Brito da Silva  
Controladora Interna

A CIDADE PASSA POR AQUI





ESTADO DA BAHIA

CAMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO

O. 0 - 0

Simões Filho - BA

C.N.P.J.: 13.612.270/0001-03

Solicitação / Reserva de Dotação

NOVEMBRO/2025

Tipo: Inexigibilidade		Situação: Aprovada
<b>SOLICITANTE</b>		
Orgão: 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		SD Nº: 116 / 2025
Responsável: UILTON RAMOS DE ALENCAR		Data Reserva: 27/11/2025
Cadastrado por: Rosângela Oliveira da Silva		Reservado: 7.385,54
Aprovado por: Uilton Ramos de Alencar		Processo: 14155/2025
DFD: 29		Reg. de Preço: Não
<b>CLASSIFICAÇÃO</b>		
Orgão:	01 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	
Unid. Orçamentária:	0101 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	
Função:	01 Legislativa	
SubFunção:	031 Ação Legislativa	
Programa:	0001 AÇÕES LEGISLATIVAS E O CONTROLE DAS CONTAS PÚBLICAS	
Ação:	2001 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS E ADMINISTRATIVOS	
Natureza de Despesa:	33903600 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	
SubElemento:	33903615 LOCAÇÃO DE IMÓVEIS	
Fonte:	15000000 Recursos não Vinculados de Impostos	
Centro Custo:		
Base Legal:	165 Inexigível, Art. 74, Inciso V, DA LEI Nº 14.133/21	

Objeto: Locação de imóvel destinado para funcionamento dos gabinetes provisórios dos vereadores, enquanto perdurar o período de reforma do primeiro pavimento do prédio legislativo

Justificativa: A necessidade de locação de imóvel destinado para funcionamento dos gabinetes provisórios se justifica em razão da reforma do primeiro pavimento do Prédio Legislativo, não havendo espaço físico no pavimento térreo para comportá-los.

Considerando que, para o pleno funcionamento do referido objeto é indispensável a locação de imóvel com características específicas de localização e espaço físico adequado, com salas amplas e em número suficiente para acomodação de todos os gabinetes de forma a viabilizar o atendimento de forma eficiente e segura.

Considerando a necessidade de o imóvel atender aos requisitos mínimos estabelecidos por esta Casa Legislativa, como localização estratégica, facilidade de acesso e proximidade.

Tendo em vista que a Câmara Municipal não dispõe de imóvel de sua propriedade que possa abrigar os serviços objeto desse processo, justifica-se a escolha do imóvel a ser locado, que diante das características estruturais, de instalação e peculiaridades quanto à região (acesso, segurança, proximidades, etc.), o imóvel ambicionado é o único imóvel na área que atende as necessidades e possui preço compatível com o que é praticado no mercado.

Considerando que esta contratação trata-se de serviços de natureza comum, conforme especificações, quantitativos e características descritas no Termo de Referência, dispensa-se a elaboração de Estudo Técnico Preliminar - ETP e análise de risco, nos termos do Decreto Legislativo nº 005/2023.

**FORNECEDOR/PARTICIPANTE**

Nome: SÉRGIO LUIZ SANTANA NUNES	CNPJ/CPF: 28629078553
Endereço: RUA B	Compl: LT 04
Bairro: CENTRO	Cidade: Simões Filho
E-Mail:	UF: BA
ADOS BANCÁRIOS	RG: 1385669
Banco:	Agência:
	Conta:

Produto/Serviço	Und.	Qtd.	Estimado	Total
64565 - Locação de 01 imóvel	MÊS	2,00	3.692,77	7.385,54
destinado para funcionamento de 3 (três) gabinetes provisórios dos vereadores, enquanto perdurar o período de reforma do primeiro pavimento do prédio legislativo.				
Valor Reservado:				7.385,54

**PARECER**

Manifesto-me favorável.

Essa despesa foi devidamente reservada  
Solicitada: 27/11/2025

UILTON RAMOS DE ALENCAR  
PRESIDENTE DA CÂMARA Mat.2288

Aprovada 27/11/2025

Autorizo a solicitação da despesa



ESTADO DA BAHIA

CAMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO

O, 0 - 0  
Simões Filho - BA  
C.N.P.J.: 13.612.270/0001-03

Solicitação / Reserva de Dotação

NOVEMBRO/2025

Tipo: Processo sem Bloqueio Saldo

Situação: Aprovada

## SOLICITANTE

Orgão: 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
Responsável: UILTON RAMOS DE ALENCAR  
Cadastrado por: Rosângela Oliveira da Silva  
Aprovado por: Uilton Ramos de Alencar  
DFD: 29SD Nº: 117 / 2025  
Data Reserva: 27/11/2025  
Reservado: 14.771,08  
Processo: 14155/2025  
Reg. de Preço: Não

## CLASSIFICAÇÃO

Orgão: 01 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
Unid. Orçamentária: 0101 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
Função: 01 Legislativa  
SubFunção: 031 Ação Legislativa  
Programa: 0001 AÇÕES LEGISLATIVAS E O CONTROLE DAS CONTAS PÚBLICAS  
Ação: 2001 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS E ADMINISTRATIVOS  
Natureza de Despesa: 33903600 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física  
SubElemento: 33903615 LOCAÇÃO DE IMÓVEIS  
Fonte: 15000000 Recursos não Vinculados de Impostos  
Centro Custo:  
Base Legal: 165 Inexigível, Art. 74, Inciso V, DA LEI Nº 14.133/21

Objeto: Locação de imóvel destinado para funcionamento dos gabinetes provisórios dos vereadores, enquanto perdurar o período de reforma do primeiro pavimento do prédio legislativo.

Justificativa: A necessidade de locação de imóvel destinado para funcionamento dos gabinetes provisórios se justifica em razão da reforma do primeiro pavimento do Prédio Legislativo, não havendo espaço físico no pavimento térreo para comportá-los.

Considerando que, para o pleno funcionamento do referido objeto é indispensável a locação de imóvel com características específicas de localização e espaço físico adequado, com salas amplas e em número suficiente para acomodação de todos os gabinetes de forma a viabilizar o atendimento de forma eficiente e segura.

Considerando a necessidade de o imóvel atender aos requisitos mínimos estabelecidos por esta Casa Legislativa, como localização estratégica, facilidade de acesso e proximidade.

Tendo em vista que a Câmara Municipal não dispõe de imóvel de sua propriedade que possa abrigar os serviços objeto desse processo, justifica-se a escolha do imóvel a ser locado, que diante das características estruturais, de instalação e peculiaridades quanto à região (acesso, segurança, proximidades, etc.), o imóvel ambicionado é o único imóvel na área que atende as necessidades e possui preço compatível com o que é praticado no mercado.

Considerando que esta contratação trata-se de serviços de natureza comum, conforme especificações, quantitativos e características descritas no Termo de Referência, dispensa-se a elaboração de Estudo Técnico Preliminar - ETP e análise de risco, nos termos do Decreto Legislativo nº 005/2023.

## FORNECEDOR/PARTICIPANTE

Nome: SÉRGIO LUIZ SANTANA NUNES

CNPJ/CPF: 28629078553

Endereço: RUA B

Compl: LT 04

Bairro: CENTRO

Cidade: Simões Filho

UF: BA

E-Mail:

Telefone: ( ) -

RG: 1385669

ADOS BANCÁRIOS

Banco:

Agência:

Conta:

Produto/Serviço

64565 - Locação de 01 imóvel

destinado para funcionamento de 3 (três) gabinetes provisórios dos vereadores, enquanto perdurar o período de reforma do primeiro pavimento do prédio legislativo.

Und.	Qtd.	Estimado	Total
MÊS	4,00	3.692,77	14.771,08

Valor Reservado: 14.771,08

## PARECER

Manifesto-me favorável.

UILTON RAMOS DE ALENCAR  
PRESIDENTE DA CÂMARA Mat.2288

Declaro para os devidos fins que há dotação orçamentária compatível com o objeto sendo possível abertura do processo licitatório, contudo a reserva orçamentária ocorrerá no ato do empenho.

Solicitada: 27/11/2025

Aprovada 27/11/2025

Autorizo a solicitação da despesa



ESTADO DA BAHIA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO**  
0, 0 - 0  
Simões Filho - BA  
C.N.P.J.: 13.612.270/0001-03

**Solicitação / Reserva de Dotação**  
NOVEMBRO/2025

Tipo: Processo sem Bloqueio Saldo		Situação: Aprovada
<b>SOLICITANTE</b>		
Orgão: 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		SD Nº: 117 / 2025
Responsável: UILTON RAMOS DE ALENCAR		Data Reserva: 27/11/2025
Cadastrado por: Rosângela Oliveira da Silva		Reservado: 14.771,08
Aprovado por: Uilton Ramos de Alencar		Processo: 14155/2025
DFD: 29		Reg. de Preço: Não







ESTADO DA BAHIA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO**  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA




## ATO DE AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

O Presidente da Câmara Municipal de Simões Filho, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições, após parecer favorável do setor jurídico, quanto a legalidade da contratação direta para Locação de imóvel destinado para funcionamento dos gabinetes provisórios dos vereadores, enquanto perdurar o período de reforma do primeiro pavimento do Prédio Legislativo, cumprindo o disposto no artigo 74, inciso V da Lei Federal 14.133/2021, bem como o artigo 17, inciso VII, da mesma Lei.

### RESOLVE:

Ratificar, Homologar e Adjudicar a Inexigibilidade nº. 013/2025, conforme a Lei Federal nº 14.133/2021 autorizando assim, a emissão do empenho em nome do Senhor SERGIO LUIZ SANTANA NUNES, com o valor global de R\$ 22.156,62 (vinte e dois mil, cento e cinquenta e seis reais e sessenta e dois centavos).

Simões Filho/BA, 27 de novembro de 2025.



**Uilton Ramos de Alencar**

Presidente da Câmara Municipal de Simões Filho

A CIDADE PASSA POR AQUI



## HOMOLOGAÇÃO

A Câmara Municipal de Simões Filho homologa o resultado do Processo Administrativo nº 14155/2025; INEXIGIBILIDADE nº 013/2025 - Objeto: Locação de Imóvel destinado para funcionamento dos gabinetes provisórios dos vereadores, enquanto perdurar o período de reforma do primeiro pavimento do Prédio Legislativo; Locatário: SERGIO LUIZ SANTANA NUNES; CPF nº 286.290.785-53; Valor global de R\$ 22.156,62 (vinte e dois mil, cento e cinquenta e seis reais e sessenta e dois centavos); Uilton Ramos de Alencar – Presidente da Câmara Municipal de Simões Filho/BA, 28 de novembro de 2025.



A CIDADANIA PASSA POR AQUI

## DIARIO OFICIAL



Edição 2.801 | Ano 2025

28 de novembro de 2025

Página 4




### HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 013/2025

#### HOMOLOGAÇÃO

A Câmara Municipal de Simões Filho homologa o resultado do Processo Administrativo nº 14155/2025; INEXIGIBILIDADE nº 013/2025 - Objeto: Locação de Imóvel destinado para funcionamento dos gabinetes provisórios dos vereadores, enquanto perdurar o período de reforma do primeiro pavimento do Prédio Legislativo; Locador: SERGIO LUIZ SANTANA NUNES; CPF nº 286.290.785-53; Valor global de R\$ 22.156,62 (vinte e dois mil, cento e cinquenta e seis reais e sessenta e dois centavos); Uilton Ramos de Alencar – Presidente da Câmara Municipal de Simões Filho/BA, 28 de novembro de 2025.

Certificação Digital: R6KAKBCT-QDW1HW6L-MGYMNOEN-S1HQ3TGH  
Versão eletrônica disponível em: <https://camarasimoesfilho.ba.gov.br/>

A CIDADIA PASSA POR AQUI

Portal Nacional de Contratações Públicas

Entrar

 > Editais

## Ato que autoriza a Contratação Direta nº 013/2025

Última atualização 28/11/2025

**Local:** Simões Filho/BA **Órgão:** CAMARA MUNICIPAL DE SIMOES FILHO

**Unidade compradora:** 3262 - CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO/BA

**Modalidade da contratação:** Inexigibilidade **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 74, V

**Tipo:** Ato que autoriza a Contratação Direta **Modo de disputa:** Não se aplica **Registro de preço:** Não

**Fonte orçamentária:** Municipal

**Data de divulgação no PNCP:** 28/11/2025 **Situação:** Divulgada no PNCP

**Id contratação PNCP:** 13612270000103-1-000033/2025 **Fonte:** IBDM Modernização Assessoria e Consultoria

**Objeto:**  
LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO PARA FUNCIONAMENTO DOS GABINETES PROVISÓRIOS DOS VEREADORES, ENQUANTO PERDURAR O PERÍODO DE REFORMA DO PRIMEIRO PAVIMENTO DO PRÉDIO. LEGISLATIVO

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA	VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA
R\$ 22.156,62	R\$ 22.156,62

Itens

Arquivos

Histórico

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado
1	Locação de 01 imóvel destinado para funcionamento de 3 (três) gabinetes provisórios dos vereadores, enquanto perdurar o período de reforma do primeiro pavimento do prédio legislativo.	6	R\$ 3.692,77

Exibir: 5

1-1 de 1 itens

Página: 1

<

>

< Voltar



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o site eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novo diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o atualizado comitê.

A adequação, fidedignidade e correção das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

 <https://portaldeservicos.gestao.gov.br>

 0800 978 9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS



Texto destinado a exibição de informações relacionadas à licença de uso.

A CIDADE PASSA POR AQUI





ESTADO DA BAHIA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO**  
DIRETORIA ADMINISTRATIVA



Simões Filho- BA, 01 de dezembro de 2025.

**Processo Administrativo:** nº 14155/2025

**Origem:** Diretoria Administrativa

**Destino:** Setor de Contabilidade

**Assunto:** Solicitação da emissão de Nota de Empenho.

Prezados (as) Senhores (as):

Tendo em vista, a regularidade do Processo Administrativo nº 14155/2025, que tem por objeto: Locação de imóvel destinado para funcionamento dos gabinetes provisórios dos vereadores, enquanto perdurar o período de reforma do primeiro pavimento do Prédio Legislativo, venho solicitar a devida emissão da Nota de Empenho no valor global de R\$ 22.156,62 (vinte e dois mil, cento e cinquenta e seis reais e sessenta e dois centavos), conforme dados abaixo:

- Nome: SERGIO LUIZ SANTANA NUNES;
- CPF nº 286.290.785-53;
- Modalidade licitatória: Inexigibilidade nº 013/2025;
- Prazo da contratação: 01/12/2025 a 31/05/2026.

Atenciosamente,

  
**EUDSON CERQUEIRA DA SILVA**  
Diretor Administrativo

Praça da Bíblia, s/n – Centro – CEP. 43.700-00 – Simões Filho – Bahia  
Telefone: (71) 2108-7200  
Site: [www.camarasimoesfilho.ba.gov.br](http://www.camarasimoesfilho.ba.gov.br)

A CIDADE PASSA POR AQUI

ESTADO DA BAHIA  
CAMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHOQ, 0 - 0  
Simões Filho - BA  
C.N.P.J.: 13.612.270/0001-03Nota de Empenho  
DEZEMBRO/2025

Nota de Empenho 156

Tipo: Estimativo

Data: 01/12/2025

## FORNECEDOR

Nome: SÉRGIO LUIZ SANTANA NUNES  
CNPJ/CPF: 286.290.785-53  
Endereço: RUA B, 281  
Bairro: CENTRO  
E-mail:  
PIS/PASEP:Compl: LT 04  
Cidade: Simões Filho  
Telefone: ( ) -  
RG: 1385669

UF: BA

## DADOS BANCÁRIOS

Banco:

Agência:

Operação:

Conta:

Pix:

## CLASSIFICAÇÃO

Unidade Orçamentária: 0101 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
Função: 01 Legislativa  
SubFunção: 031 Ação Legislativa  
Programa: 0001 AÇÕES LEGISLATIVAS E O CONTROLE DAS CONTAS PÚBLICAS  
Atividade: 2001 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS E ADMINISTRATIVOS  
Natureza Despesa: 33903600 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física  
SubElemento: 33903615 LOCAÇÃO DE IMÓVEIS  
Fonte: 15000000 Recursos não Vinculados de Impostos  
Marcador: 15000000 Recursos não Vinculados de Impostos  
IdUso: 0 Recursos não destinados à contrapartida  
IDoc: 0 0000 Sem identificação  
Ind. Result. Prim.: 2 Despesa Primária Discricionária  
SubFonte: 0 Sem subFonte  
Centro Custo:

Licitação: Nº 013/2025 - Inexigível, Art. 74, Inciso V, DA LEI Nº 14.133/21

Nº Recibo:

Processo: 2025/14155

Prazo Liquidação: 0

CONTRATO/ANO	SD/ANO	TIPO	SALDO ANTERIOR	VALOR EMPENHO	SALDO DISPONÍVEL
020 / 2025	116 / 2025	Estimativo	20.770,30	7.385,54	13.384,76

## HISTÓRICO

Locação de imóvel destinado para funcionamento dos gabinetes provisórios dos vereadores, enquanto perdurar o período de reforma do primeiro pavimento do prédio legislativo

Item	Especificação	Unid	Qtde	Unitário	Total
1	64565 - Locação de 01 imóvel	MÊS	2,0000	3.692,7700	7.385,5400

SETE MIL E TREZENTOS E OITENTA E CINCO REAIS E CINQUENTA E QUATRO CENTAVOS

7.385,54

Emitido em 01/12/2025

Autorizo/Ratifico o empenho dessa despesa

Essa despesa foi empenhada em crédito próprio

UÍLTON RAMOS DE ALENCAR  
PRESIDENTE Mat.2288 Mat.2288CARLA SANTOS DE ANDRADE SANTOS  
DIRETOR FINANCEIRO Mat.45



ESTADO DA BAHIA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO**  
DIRETORIA ADMINISTRATIVA  
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS



## CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL (FINS NÃO RESIDENCIAIS) nº 020/2025

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL (FINS NÃO RESIDENCIAIS), QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO E O SENHOR SERGIO LUIZ SANTANA NUNES.

Pelo presente contrato de locação de imóvel à **CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO** ESTADO DA BAHIA, inscrita no CNPJ 13.612.270/0001-03, com sede à Praça da Bíblia, S/N, Centro – Simões Filho–BA, aqui representada pelo seu Presidente, Exmo. Vereador **UILTON RAMOS DE ALENCAR**, brasileiro, portador do RG nº. 537457879 SSP-BA, inscrito no CPF/MF sob o nº. 916.316.375-68, residente e domiciliado em Simões Filho – Bahia, doravante denominado, **LOCATÁRIO** e o Senhor **SERGIO LUIZ SANTANA NUNES**, brasileiro, portador do RG nº 1385699 SSP-BA e CPF nº 286.290.785-53, doravante denominada **LOCADOR**, conforme decisão exarada no Processo Administrativo nº 14155/2025, referente à **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 013/2025**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21 e, consoante as seguintes cláusulas e condições:

### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1 Locação de imóvel destinado para funcionamento dos Gabinetes Provisórios dos Vereadores, enquanto perdurar o período de reforma do primeiro pavimento do Prédio Legislativo.  
§ 1º. O objeto deste CONTRATO será realizado em conformidade com o Termo de Referência (TR) - que juntamente com o Anexo I passam a integrar este instrumento.
- 1.2 Imóvel localizado na Avenida Altamirando de Araújo Ramos, nº 228, Sala 02, 2º andar – Centro, CEP 43.700-120, Simões Filho – Bahia.
- 1.3 Especificações do imóvel: Edificação composta por 3 (três) salas, 01 (um) vão livre e 02 (dois) banheiros.

### 2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 2.1 As despesas para o pagamento deste Contrato correrão por conta do recurso da dotação orçamentária a seguir especificada:

Órgão/Unidade: 01.01.001 – Câmara Municipal de Simões Filho;  
Atividade: 01.031.0001.2.001 – Manutenção dos Serviços Técnicos e Administrativos;  
Elemento de Despesa: 3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física;  
Subelemento da Despesa: 3.3.90.36.15 – Locação de Imóveis  
Fonte de Recursos: 1.500 – Recursos não Vinculados de Impostos.

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – REGIME DE EXECUÇÃO, PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 3.1 O regime de execução será o de locação com preço mensal certo;
- 3.2 O valor global deste contrato é de R\$ 22.156,62 (vinte e dois mil, cento e cinquenta e seis reais e sessenta e dois centavos). Sendo o valor mensal de R\$ 3.692,77 (três mil,



A CIDADE PASSA POR AQUI





ESTADO DA BAHIA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO**  
DIRETORIA ADMINISTRATIVA  
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS



seiscentos e noventa e dois reais e setenta e sete centavos), estimado para o período de **06 (seis) meses**.

- 3.3 O LOCADOR declara que o valor supracitado na cláusula 3.2, já inclui todos os tributos incidentes sobre o imóvel, objeto desta avença.
- 3.4 O pagamento será realizado em até 10 (dez) dias, mediante a apresentação do recibo do aluguel, acompanhado das certidões de regularidade fiscal e trabalhista do LOCADOR, após atesto do Fiscal Responsável.
- 3.5 Quando do pagamento, será efetuado a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 3.6 As despesas referentes ao objeto do TERMO DE REFERÊNCIA - TR correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento existente nas dotações, na data dos respectivos empenhos.

**4. CLÁUSULA QUARTA - SUBLOCAÇÃO**

- 4.1 É vedado ao LOCATÁRIO sublocar, ceder a terceiros, seja a título gratuito ou oneroso, ou dar destinação diversa ao imóvel.

**5. CLÁUSULA QUINTA - VIGÊNCIA E EXECUÇÃO CONTRATUAL**

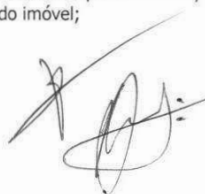
- 5.1 O prazo de vigência é fixado a partir da data da assinatura do contrato de locação, mediante a entrega das chaves, iniciando-se a partir daí o período locatício enquanto durar a reforma do primeiro pavimento do Prédio do Legislativo e a execução do contrato terá a duração de 06 (seis) meses;
- 5.2 Caso a obra do prédio da Câmara Municipal de Simões Filho seja concluída antes do prazo inicialmente previsto, o contrato de locação poderá ser rescindido antecipadamente, a qualquer tempo, sem ônus para o LOCATÁRIO, mediante comunicação prévia por escrito com antecedência mínima de 10 (dez) dias;
- 5.3 O prazo de vigência do presente contrato, poderá ser aditivado em conformidade com a Lei 14.133/2021.

**6. CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DO LOCATÁRIO**

- 6.1. Pagamento do aluguel, bem como, ao pagamento do consumo de luz referente ao período da locação, e das despesas decorrentes desta contratação;
- 6.2. Fica o LOCATÁRIO autorizado a fazer instalação, adaptação, obra ou benfeitoria, inclusive colocação de iluminação, placas, letreiros e cartazes, se houver;
- 6.3. Encaminhar ao LOCADOR todas as notificações, avisos ou intimações dos poderes públicos que forem entregues a destinação da locação;
- 6.4. Restituir o imóvel, quando finda a locação, no estado em que o recebeu, conforme Laudo de Vistoria, salvo as deteriorações de seu uso normal; e que o LOCATÁRIO poderá exercer o direito de retenção do imóvel locado até que seja devidamente indenizado pela execução;
- 6.5. Realizar Benfeitorias necessárias, quando o LOCADOR, previamente notificado, houver se recusado a realizá-las.

**7. CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO LOCADOR**

- 7.1. Pagar os impostos incidentes sobre o imóvel, bem como o consumo de água;
- 7.2. Incorrer nas despesas relacionadas com:
  - 7.2.1 As Obras ou serviços exigidos pela segurança da construção ou pela correção de falhas ocorridas na edificação do imóvel;
  - 7.2.2 Desgastes ou deteriorações anteriores, total ou parcialmente, à presente locação.
- 7.3. Entregar o imóvel em perfeitas condições de uso para os fins a que se destina;
- 7.4. Garantir, durante o tempo da locação, o uso pacífico do imóvel;



A CIDADE PASSA POR AQUI





ESTADO DA BAHIA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO**  
DIRETORIA ADMINISTRATIVA  
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS



- 7.5. Manter, durante a locação, a forma e o destino do imóvel;
- 7.6. Responder pelos vícios ou defeitos anteriores à locação;
- 7.7. Fornecer ao LOCATÁRIO, caso solicitado, descrição minuciosa do estado do imóvel, quando de sua vistoria para entrega, com expressa referência aos eventuais defeitos existentes;
- 7.8. Fornecer ao LOCATÁRIO recibo discriminando as importâncias pagas, vedadas a quitação genérica;
- 7.9. Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nas tratativas para a efetivação da locação.

**8. CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 8.1. O desatendimento, pelo **LOCADOR**, de quaisquer exigências Contratuais e seus anexos, garantida a prévia defesa e, de acordo com a conduta reprovável (infração), a sujeitará às sanções administrativas previstas no artigo 156 da Lei nº 14.133/2021:
  - 8.2. I - advertência;
  - 8.3. II – multa;
  - 8.4. III – impedimento de licitar e contratar;
  - 8.5. IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;
- 8.6. § 1º Na aplicação das sanções serão considerados:
  - 8.7. I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - 8.8. II - as peculiaridades do caso concreto;
  - 8.9. III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 8.10. IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 8.11. V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**9. CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO**

- 9.1. O LOCATÁRIO fiscalizará, mensalmente o imóvel, através de servidor que será designado através de Portaria publicada;
- 9.2. À fiscalização compete:
  - 9.3. Relatar em tempo hábil, ocorrências ou circunstâncias que possam acarretar dificuldade no desenvolvimento da locação;
  - 9.4. Esclarecer prontamente, às dúvidas que lhe sejam apresentadas pelo LOCADOR, através de correspondência protocolada;
  - 9.5. Expedir por escrito, as determinações e comunicações dirigidas ao LOCADOR, determinando as providências necessárias à correção das falhas observadas;
  - 9.6. Rejeitar todo e qualquer documento inadequado ou não especificado e estipular prazo para sua retificação;

**10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO**

- 10.1. A não execução, total ou parcial, deste Contrato ensejará a sua rescisão com as consequências contratuais e as previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 1º. O LOCATÁRIO poderá rescindir administrativamente o presente Contrato nas hipóteses previstas no art. 138 da Lei 14.133/2021.

§ 2º. Nas hipóteses de rescisão com base nos incisos I a VIII do art. 137 da Lei 14.133/2021, não cabe ao LOCADOR o direito a qualquer indenização.



PROCURADORIA  
CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
Página 3 de 5



ESTADO DA BAHIA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO**  
DIRETORIA ADMINISTRATIVA  
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS




**11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS**

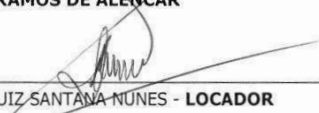
- 11.1. O LOCADOR declara neste ato, ter pleno conhecimento e compreensão das especificações técnicas, dos documentos e demais condições contratuais, não podendo, pois em nenhuma circunstância, alegar o desconhecimento dos mesmos para isentar-se de responsabilidade pela correta execução do objeto deste Contrato;
- 11.2. A tolerância, ou não exercício pelo LOCATÁRIO de quaisquer direitos a ele assegurados neste Contrato ou na legislação em geral, não importará em renovação ou renúncia a qualquer desses direitos, podendo a mesma exercitá-los a qualquer tempo;
- 11.3. O LOCADOR ficará obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, na forma prevista no art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021 e posteriores alterações;
- 11.4. Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, conforme as disposições do art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – FORO**

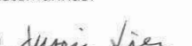
- 12.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Simões Filho, Estado da Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato. E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas, que subscrevem depois de lido e achado conforme.

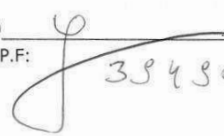
Simões Filho/BA, 01 de dezembro de 2025.

  
CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO – LOCATÁRIO  
**UILTON RAMOS DE ALENCAR**

  
SERGIO LUIZ SANTANA NUNES – LOCADOR

Testemunhas:

1ª   
C.P.F.: 166.830.645-04

2ª   
C.P.F.: 394909825-44



A CIDADE PASSA POR AQUI



ESTADO DA BAHIA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO**  
DIRETORIA ADMINISTRATIVA  
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS



**ANEXO I**  
**REGISTRO DE ANOTAÇÕES DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

REGISTRO DE ANOTAÇÕES DA EXECUÇÃO DO CONTRATO						
<b>OBJETO:</b> Locação de imóvel destinado para funcionamento dos Gabinetes provisórios dos vereadores, enquanto perdurar o período de reforma do primeiro pavimento do Prédio Legislativo.				<b>VIGÊNCIA CONTRATUAL:</b>		
<b>CONTRATADA:</b>				<b>EXECUÇÃO CONTRATUAL:</b>		
<b>CNPJ:</b>				<b>PERÍODO:</b>		
<b>RESPONSÁVEL PELA CONTRATADA:</b>				<b>FISCAL DO CONTRATO:</b> SÉRGIO RICARDO FRAGA SILVA		
<b>TELEFONE RESPONSÁVEL:</b>				<b>MATRÍCULA:</b> 700		
<b>E-MAIL RESPONSÁVEL:</b>				<b>ENDEREÇO CÂMARA:</b>		
PROCESSO ADM. Nº 14155/2025 – INEXIGIBILIDADE 013/2025 – CONTRATO Nº 020/2025						
Nº	OCORRÊNCIA	DATA	DEMANDA SOLICITADA	DATA	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS	DATA
1						
2						
3						
4						
5						
<b>OBSERVAÇÕES:</b>						
<b>DATA:</b>		<b>ASSINATURA/MATRÍCULA/CARIMBO DO RESPONSÁVEL CONTRATADA:</b>				
		<b>ASSINATURA/MATRÍCULA/CARIMBO DO RESPONSÁVEL CONTRATANTE/FISCAL DO CONTRATO:</b>				



Página 5 de 5

A CIDADE PASSA POR AQUI



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO	
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO		CARTARIA NACIONAL DE HABILITAÇÃO	
NOME <b>SERGIO LUIZ SANTANA NUNES</b>			
DOC. IDENTIDADE / ORIG. EMISSOR / UF <b>1385699 SSP BA</b>		DATA NASCIMENTO <b>30/10/1959</b>	
CPF <b>286.290.755-53</b>		DATA EMISSÃO <b>16/03/2027</b>	
PLACAR <b>WALTAMIRO PEREIRA NUNES</b>			
NÚMERO <b>NATALIA SANTANA NUNES</b>			
FOTO		FIMISSÃO <b>16/03/2027</b>	
REC. REGISTRO <b>01001290602</b>		REC. HABILITAÇÃO <b>16/10/1980</b>	
OBSERVAÇÕES <b>A :</b>			
LOCAL <b>SIMES FILHO, BA</b>		DATA EMISSÃO <b>23/03/2022</b>	
Assinatura do Emissor <b>Rodolfo</b> Rodrigo Pinheiro de Souza Lima Diretor Geral			
Assinatura do Emissor <b>BAHIA</b>			

CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
CONFERE COM O ORIGINAL  
EM 01/12/2025  
CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
Yuri Veloso Rosa Almeida do Carmo  
Agente de Contratação



## INSTRUMENTO PARTICULAR DE COMPROMISSO DE VENDA E COMPRA DE BEM IMÓVEL



### I. PARTES CONTRATANTES

**PROMITENTE VENDEDOR:** CURSOS DE LINGUAS HISPANO AMERICANO LTDA, solteira, dona inscrita no CNPJ sob o nº 02.641.667/0001-07, situada à Av. Altamirando de Araújo Ramos, 224, térreo, centro, na cidade de SIMÕES FILHO-BAHIA - CEP 43.700-000, doravante denominada simplesmente VENDEDOR.

**PROMISSÁRIO COMPRADOR:** SÉRGIO LUIZ SANTANA NUNES brasileiro, casado, empresário, portador do RG de nº 1.388.699 - SSA/BA, inscrita no CPF/MF sob o nº 286.290.785-53, residente na Rua Francisco Almeida, 4, centro, na cidade de SIMÕES FILHO-BAHIA - CEP 43.700-000, doravante denominada simplesmente COMPRADOR.

### II. CLÁUSULAS E ESTIPULAÇÕES

As partes contratantes, acima qualificadas e no final assinadas, têm, entre si, justas e acordadas o presente compromisso de venda e compra de bem imóvel que fazem por este instrumento e na melhor forma de direito, mediante as cláusulas e estipulações adiante pactuadas, mútua e reciprocamente outorgadas e aceitas.

#### CLÁUSULA 1ª

A VENDEDORA é senhora e legítima detentora da posse direta do imóvel a seguir descrito: "SALA COMERCIAL com 60,93M2, localizado na Av. Altamirando de Araújo Ramos, 224, sala 2, , 2º andar, com inscrição imobiliária nº 010101700469004.

#### Parágrafo Único

O COMPRADOR declara plena ciência acerca do estado físico e de conservação do imóvel supramencionado, já tendo realizado a vistoria completa do mesmo, concordando em adquiri-lo nas condições de conservação atuais, nada tendo a reclamar nesse sentido, seja a que título for.

Declara o COMPRADOR que tem pleno conhecimento que o imóvel transacionado não está livre de ônus, em razão de financiamento existe com a CAIXA ECONOMICA FEDERAL em nome da VENDEDORA, mediante sistema de amortização constante - SAC e cujo saldo devedor tem pleno conhecimento e concordância.

#### CLÁUSULA 2ª

Assim, por este instrumento particular e na melhor forma de direito, a VENDEDORA promete vender ao COMPRADOR, o imóvel descrito e caracterizado na cláusula 1ª, supra, mediante as estipulações adiante pactuadas.

### CLÁUSULA 3ª

O preço ajustado entre as partes para o presente instrumento é de R\$ 50.000,00 (Cinquanta Mil Reais), que o **COMPRADOR** pagará a **VENDEDORA** à vista, através de transferência bancária para a mesma.

#### Parágrafo Primeiro

A **VENDEDORA** declara sob as penas da lei, que as prestações vencidas até esta data, referente ao financiamento sob sua responsabilidade, encontram-se rigorosamente em dia, assim como outras despesas, como água, energia e IPTU.

#### Parágrafo Segundo

Todas as despesas tais como tributos, certidões, emolumentos, selos e registros do instrumento serão de responsabilidade exclusiva do **COMPRADOR**, isentando a **VENDEDORA** de quaisquer despesas futuras para a transferência do financiamento com a **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL** e/ou registro de escritura pública.

### CLÁUSULA 4ª IRREVOGABILIDADE E IRRETRATABILIDADE

Ressalvada as hipóteses resolutivas acima pactuadas, o presente instrumento é celebrado em caráter irrevogável e irretratável, não sendo lícito a quaisquer das partes se arrependem das condições aqui estabelecidas, respondendo os contratantes, por todos seus termos, cláusulas e condições, por si, seus herdeiros ou eventuais sucessores, com expressa renúncia ao direito de arrependimento.

### CLÁUSULA 5ª CLAUSULA PENAL

Pactuam as partes, independentemente de qualquer outra penalidade antes ajustada, que na hipótese de descumprimento de qualquer disposição aqui avençada, responderá a parte culpada com o pagamento de multa correspondente a 10% ( dez por cento ) do valor contratado, sem prejuízo de outras penalidades neste instrumento pactuadas.

### CLÁUSULA 6ª DISPOSIÇÕES FINAIS

I - A tolerância por qualquer dos contratantes, quanto a alguma demora, atraso ou omissão de qualquer outra parte, no cumprimento das obrigações ajustadas neste instrumento, ou a não aplicação oportuna, das cominações dele constantes e cabíveis, não acarretará o cancelamento das penalidades previstas neste instrumento.

II - O presente instrumento prevalece em relação a todas as tratativas anteriormente estabelecidas pelas partes, sejam elas verbais ou escritas, sendo que todas as disposições a ele contrárias estão expressamente revogadas.

III - As partes autorizam o Sr. Oficial do Registro de Imóveis competente a proceder a todos os atos necessários ao registro deste instrumento. Havendo necessidade de eventuais retificações a ratificações, com a finalidade de adequá-lo às exigências registrarias, bem como em relação a **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, a **VENDEDORA** se compromete a fazê-lo, inclusive outorgando procuração pública.





## CLÁUSULA 7ª FORO

As partes elegem o foro da comarca de SIMÕES FILHO/BA, com renúncia a qualquer outro, por mais especial e privilegiado que seja ou venha a ser, para nele serem diminuídas as dúvidas e questões resultantes deste instrumento particular.

E por estarem assim justas e contratadas, assinam as partes este instrumento, em duas ( 2 ) vias, de igual teor, para o mesmo efeito, juntamente com as duas testemunhas presentes.

Simões Filho, BA, 14 de Julho de 2020.

  
IOMARA NASCIMENTO SANTANA NUNES  
CURSOS DE LINGUAS HISPANO-AMERICANO

  
SÉRGIO LUIZ SANTANA NUNES

Testemunhas:

Nome:   
PATRÍCIA NASCIMENTO DOS SANTOS

Nome:   
MARÍLIA NASCIMENTO DOS SANTOS LIMA

A CIDADE PASSA POR AQUI



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO Nº 47425/2025



Matricula: 183423887

Nome do Titular da Matricula: SERGIO LUIZ SANTANA NUNES

CPF/CNPJ do Titular da Matricula: 286.290.785-53

A Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A – EMBASA, certifica, para os devidos fins, que, na presente data, não constam débitos referentes ao fornecimento de água e/ou esgotamento sanitário, prestados por esta empresa, para a matrícula acima mencionada, situada no endereço: AV ALTAMIRANDO DE ARAUJO RAMOS, 224, CENTRO - SIMOES FILHO, 43.700-000.

Esta Certidão Negativa de Débito tem validade de 30 (trinta) dias, a partir da data de sua expedição, e é exclusiva para o imóvel/ matrícula consultado, não abrangendo outros imóveis/ matrículas vinculados ao CPF/ CNPJ do titular.

Fica ressalvado o direito da Embasa de cobrar débitos anteriores que vierem a ser apurados.

Não tem validade para assinatura de convênios e contratos com o GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA e a sua autenticidade deverá ser confirmada na página do Atendimento Virtual Embasa na internet, no endereço: <https://atendimentovirtual.embasa.ba.gov.br>.

Autenticação: 93E9-E79E-60EB-C5BF-9416-AE00-DCA6-CBF0

Emissão às 14:53 hs do dia 03 de Dezembro de 2025

4ª avenida, nº 420 - Centro Administrativo da Bahia - CAB - Cep nº 41745-300 - Salvador - Bahia

Contato: 0800 0555 195





MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: **SERGIO LUIZ SANTANA NUNES**  
CPF: 286.290.785-53

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 10:00:32 do dia 07/07/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 03/01/2026.

Código de controle da certidão: **EE2E.3440.51D4.5097**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
Yuri Veloso Rosa e Almeida do Carmo  
Agente de Contratação

A CIDADE PASSA POR AQUI



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

SECRETARIA DA FAZENDA

Emissão: 01/12/2025 10:38



## Certidão Negativa de Débitos Tributários

(Emitida para os efeitos dos arts. 113 e 114 da Lei 3.956 de 11 de dezembro de 1981 - Código Tributário do Estado da Bahia)

Certidão Nº: 20256069052

NOME	
SERGIO LUIZ SANTANA NUNES	
INSCRIÇÃO ESTADUAL	CPF
	286.290.785-53

Fica certificado que não constam, até a presente data, pendências de responsabilidade da pessoa física ou jurídica acima identificada, relativas aos tributos administrados por esta Secretaria.

Esta certidão engloba todos os seus estabelecimentos quanto à inexistência de débitos, inclusive os inscritos na Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, ressalvado o direito da Fazenda Pública do Estado da Bahia cobrar quaisquer débitos que vierem a ser apurados posteriormente.

Emitida em 01/12/2025, conforme Portaria nº 918/99, sendo válida por 60 dias, contados a partir da data de sua emissão.

AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO PODE SER COMPROVADA NAS INSPETORIAS FAZENDÁRIA  
OU VIA INTERNET, NO ENDEREÇO <http://www.sefaz.ba.gov.br>



Válida com a apresentação conjunta do cartão original de inscrição no CPF ou no CNPJ da  
Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.

ASSINATURA  
CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
Yun Veloso Rosa e Almeida do Carmo  
Agente de Contratação



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

**Contribuinte:** SERGIO LUIZ SANTANA NUNES

**Endereço:** Rua FELIPE CAMARAO Nº31 - CASA - LUIS EDUARDO MAGALHAES - Simões Filho-BA CEP: 43700-000

**CPF/CNPJ:** 286.290.785-53

Data de emissão: 07/10/2025 Validade: 05/01/2026

Ressalvando o direito do Município cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, **é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda.**

Esta Certidão se refere a inscrição municipal informada no âmbito da Secretaria Municipal da Fazenda, com amparo no artigo 314 da Lei 1.102/2018, que institui o Código Tributário Municipal, combinado com o artigo 205, do Código Tributário Nacional.

A autenticidade deste documento pode ser verificada através do seguinte link:  
<https://gpi09.cloud.ei.com.br/ServerExec/acaoBase/?idPortal=5b0d9cc1-211b-4ffb-a0a3-7a7ecbf439e8&idFunc=f5cb1aab-ffe4-43aa-8ed3-cde72144d105>

Chave de Validação WEB: **ce72314f**

Atenção: Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



ASSINATURA  
CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
Yuri Veloso Rosa e Almeida do Carmo  
Agente de Contratação

Página 1 de 1



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO



## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: SERGIO LUIZ SANTANA NUNES  
CPF: 286.290.785-53  
Certidão nº: 38353871/2025  
Expedição: 07/07/2025, às 10:08:35  
Validade: 03/01/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **SERGIO LUIZ SANTANA NUNES**, inscrito(a) no CPF sob o nº **286.290.785-53**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
Yuri Veloso Rosa e Almeida do Carmo  
Agente de Contratação

Dúvidas e sugestões: [certidao@tst.jus.br](mailto:certidao@tst.jus.br)

A CIDADÃO PASSA POR AQUI





## CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão Negativa Correccional - Entes Privados (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **SERGIO LUIZ SANTANA NUNES**

CPF/CNPJ: **286.290.785-53**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM, mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes ou de procedimentos acusatórios em andamento, relativos ao CPF/CNPJ consultado.

*Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.*

*Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.*

*O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.*

*O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram quaisquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).*

*O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.*

Certidão emitida às 14:15:54 do dia 11/11/2025, com validade até o dia 11/12/2025.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: 5d6bFaQNRsP0pKZOUy40

*Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.*



## DIARIO OFICIAL



Edição 2.807 | Ano 2025  
02 de dezembro de 2025  
Página 15



### EXTRATO DE CONTRATO


### EXTRATO DE CONTRATO

A Câmara Municipal de Simões Filho torna público o resumo do seguinte contrato de locação de imóvel (fins não residenciais): Processo Administrativo nº 14155/2025; INEXIGIBILIDADE nº 013/2025 – Objeto: Locação de imóvel destinado para funcionamento dos Gabinetes Provisórios dos Vereadores, enquanto perdurar o período de reforma do primeiro pavimento do Prédio Legislativo. Locador: SERGIO LUIZ SANTANA NUNES; CPF nº 286.290.785-53. Valor global de R\$ 22.156,62 (vinte e dois mil, cento e cinquenta e seis reais e sessenta e dois centavos); Contrato nº 020/2025; Data da assinatura: 01/12/2025; Vigência: 01/12/2025 a 31/05/2026. Dotação: Órgão/Unidade: 01.01.001 – Câmara Municipal de Simões Filho; Atividade: 01.031.0001.2.001 – Manutenção dos Serviços Técnicos e Administrativos; Elemento de despesa: 3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física; Subelemento: 3.3.90.36.15 – Locação de Imóveis; Fonte de Recurso: 1.500 – Recursos não Vinculados de Impostos. Uilton Ramos de Alencar – Presidente da Câmara Municipal de Simões Filho/BA, 02 de dezembro de 2025.

Certificação Digital: FV4PIZYM-IDAKTMKG-HFXDRTCE-EVNXB8N4  
Versão eletrônica disponível em: <https://camarasimoesfilho.ba.gov.br/>

A CIDADANIA PASSA POR AQUI

[Home](#) > [Contratos](#)

 Portal Nacional de Contratações Públicas

Última atualização 03/12/2025

**Local:** Simões Filho/BA **Órgão:** CAMARA MUNICIPAL DE SIMOES FILHO

**Unidade executora:** 3262 - CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO/BA

**Tipo:** Contrato (termo inicial) **Receita ou Despesa:** Despesa **Processo:** 14155/2025

**Categoria do processo:** Locação Imóveis

**Data de divulgação no PNCP:** 03/12/2025 **Data de assinatura:** 01/12/2025 **Vigência:** de 01/12/2025 a 31/05/2026

**Id contrato PNCP:** 13612270000103-2-000023/2025 **Fonte:** IBDM Modernização Assessoria e Consultoria

**Id contratação PNCP:** [13612270000103-1-000033/2025](#)

**Objeto:**

Locação de imóvel destinado para funcionamento dos gabinetes provisórios dos vereadores, enquanto perdurar o período de reforma do primeiro pavimento do prédio legislativo.

**VALOR CONTRATADO**

R\$ 22.156,62

**FORNECEDOR:**

**Tipo:** Pessoa física **CNPJ/CPF:** 286.290.785-53 [Consultar sanções e penalidades do fornecedor](#)


**Nome/Razão social:** SERGIO LUIZ SANTANA NUNES

**Arquivos** **Histórico**

**Nome:** extrato\_contrato\_publicado\_diario **Data/Hora de Inclusão:** 03/12/2025 - 16:08:17

Exibir: 5 1-1 de 1 itens **Página:** 1

[Voltar](#)



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o site eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novo diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correteza das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

 <https://portal.deservicos.gestao.gov.br>

 0800 978 9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS



Texto destinado à exibição de informações relacionadas à licença de uso.

A CIDADE PASSA POR AQUI



## DIÁRIO OFICIAL



Câmara Municipal  
**SIMÕES FILHO**

Edição 2.465 | Ano 2025  
09 de janeiro de 2025  
Página 3

### PORTARIA N.º 341/2025



ESTADO DA BAHIA  
CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PORTARIA Nº. 341/2025

NOMEIA GESTOR DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS  
NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES  
FILHO-BA.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO, Estado da Bahia, no uso de sua competência delegada pela Lei Orgânica do Município de Simões Filho e Regimento Interno da Câmara municipal.

CONSIDERANDO que cabe à Administração Pública, nos termos da Lei Federal n.º 14.133/2021 e Decreto Legislativo n.º 002/2023, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados, através de um representante da Administração Pública especialmente designado;

CONSIDERANDO a importância de a Administração Pública adotar procedimentos que permitam a gestão mais eficiente dos contratos administrativos;

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar os procedimentos de acompanhamento e fiscalização dos contratos mantidos por este órgão público;

#### RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor EUDSON CERQUEIRA DA SILVA, matrícula n.º 2300, como Gestor de Contratos Administrativos no âmbito da Câmara Municipal de Simões Filho-BA, em conformidade com o art. 6º do Decreto Legislativo n.º 002/2023.

Art. 2º. Designar o servidor EVERTON FERNANDES OLIVEIRA DOS SANTOS, matrícula n.º 2298, como Gestor de Contratos Administrativos no âmbito da Câmara Municipal de Simões Filho-BA, em conformidade com o art. 6º do Decreto Legislativo n.º 002/2023.

Certificação Digital: 1B3YL8WE-OJZJZXCO-ZUEJHCX6-7NVMHWIV

Versão eletrônica disponível em: <https://camarasimoesfilho.ba.gov.br/>

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

## DIÁRIO OFICIAL



Câmara Municipal  
**SIMÕES FILHO**

Edição 2.465 | Ano 2025  
09 de janeiro de 2025  
Página 4



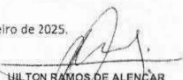
ESTADO DA BAHIA  
CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Art. 3º. O gestor do contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto, deverá observar o quanto disposto no art. 18 do Decreto Legislativo nº. 002/2023.

Art.4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete da Presidência, 09 de janeiro de 2025.

  
WILTON RAMOS DE ALENÇAR  
PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE SIMÕES FILHO - BAHIA



Certificação Digital: 1B3YL8WE-OJZJZXCO-ZUEJHCX6-7NVMHWIV

Versão eletrônica disponível em: <https://camarasimoesfilho.ba.gov.br/>

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

## DIÁRIO OFICIAL



Edição 2.808 | Ano 2025  
03 de dezembro de 2025  
Página 3



### PORTARIA 724/2025



ESTADO DA BAHIA  
CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO-BA  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

#### PORTARIA Nº 724/2025

**DESIGNA SERVIDOR (A) PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DE CONTRATO NO ÂMBITO DESTA CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO/BA, EM CONFORMIDADE COM OS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS NO DECRETO LEGISLATIVO Nº 002/2023 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Regimento Interno da Câmara Municipal, pela Lei Orgânica do Município de Simões Filho-BA e conforme o Decreto nº 002/2023 que "Regulamenta o disposto no § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 01º de abril de 2021, para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação, da equipe de apoio, da comissão de contratação e dos gestores e fiscais de contratos no âmbito da Câmara Municipal de Simões Filho."

#### RESOLVE:

Art. 1º - Designar o (a) servidor (a) **SÉRGIO RICARDO FRAGA SILVA**, matrícula nº 700, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato de Locação de Imóvel (fins não residenciais) nº 020/2025, celebrado entre a **CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO-BA** e **SERGIO LUIZ SANTANA NUNES**, cujo objeto: Locação de imóvel destinado para funcionamento dos gabinetes provisórios dos vereadores, enquanto perdurar o período de reforma do primeiro pavimento do Prédio Legislativo.

Art. 2º - Dê-se ciência para o (a) servidor (a) designado (a) e publique-se.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de assinatura do respectivo contrato.


Gabinete da Presidência, 03 de dezembro de 2025;

  
UILTON RAMOS DE ALENCAR  
Presidente da Câmara Municipal de Simões Filho

Praça da Bíblia, s/n - Centro - CEP. 43.700-00 - Simões Filho - Bahia  
Telefone: (71) 2108-7200  
Site: [www.camarasimoesfilho.ba.gov.br](http://www.camarasimoesfilho.ba.gov.br)

Certificação Digital: 3VRXGZHX-7WPZ4YER-AO891NKP-IXU614ZU  
Versão eletrônica disponível em: <https://camarasimoesfilho.ba.gov.br/>

A CIDADÃO PASSA POR AQUI

**TCM SIGA - Módulo Captura**  
Tribunal de Contas dos Municípios

Usuário: JUSAIR

Página Inicial : Informes Mensais - Dispensa/Inexigibilidade

Unidade: Camara Municipal de SIMÕES FILHO

Competência: 11 / 2025

Alterar Senha

▶ Cadastro

▶ Instrumentos de Planejamento

▶ Informes Mensais

▶ Contábil

▶ Dívida Passiva

▶ Execução - Receita/Despesa

▶ Alterações Orçamentárias

▶ Área de Pessoal

▶ Atos Jurídicos

▶ Contratos

▶ Convênios de Despesa

▶ Termos Parceria / Subvenções

▶ Edital de Licitação

▶ Dispensa/Inexigibilidade

▶ Licitações Homologadas

▶ Obras

▶ Adiantamentos/Subvenções

▶ Outros Informes

▶ Demonstrativo

▶ Tabelas

▶ Relatórios

▶ Baixar Manuais / Utilitários

▶ Administração

▶ Processo Eletrônico

▶ Ajuste de Estorno de Rec. Arrecadada

Sair

Cadastro

Nº processo \*  
1013-2025

Tipo \*  
(Lei 14133/21) CD Inexigibilidade

Competência  
11/2025

Fundamentação \*  
Art. 74, inciso V

Regime de Execução \*  
(Lei 14133/21) Empreitada por preço global

Imprensa Oficial  
Diário Oficial da Câmara Municipal de Simões Filho

Data da Publicação  
28/11/2025

Objeto \*  
Locação de imóvel destinado para funcionamento dos Gabinetes provisórios dos Vereadores, enquanto perdurar o período de reforma do primeiro pavimento do Prédio Legislativo.

Valor \*  
22.156,62

CNPJ/CPF \*  
28629078553

Tipo Pessoa \*  
Física

Fornecedor/Executante \*  
SÉRGIO LUIZ SANTANA NUNES

Responsável \*  
91631637568 - UILTON RAMOS DE ALENCAR - Início de Gestão: 01/01/2025

Data Disp/Inex \*  
12/11/2025

Data da Ratificação  
27/11/2025

Ratificação  
91631637568 - UILTON RAMOS DE ALENCAR



# SIMÕES FILHO

## A CIDADE PASSA POR AQUI

Certificação Digital: HHNUODA2-IJDJ8FMO-NKIZPF5K-BL6YMJTX

Versão eletrônica disponível em: <https://camarasimoesfilho.ba.gov.br/>





ESTADO DA BAHIA

CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO

Ficha de Informação

Dados do Processo

Nº: 14155

Data: 15/10/2025 15:18:40

Assunto: PROCESSO ADMINISTRATIVO



Ficha de Informações

EM BRANCO